

RESSALVA

Alertamos para ausência de capa e folha de rosto, não incluídas pela autora no arquivo original.

Ficha catalográfica elaborada pelo Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação
UNESP – FCT – Campus de Presidente Prudente

V247p Valenciano, Renata Cristiane.

A Participação da mulher na luta pela terra : discutindo
relações de classe e gênero / Renata Cristiane Valenciano. –
Presidente Prudente : [s.n.], 2006
143 f., il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista,
Faculdade de Ciências e Tecnologia
Orientador: Antônio Thomaz Júnior

1. Geografia. 2. Luta pela terra. 3. Coletivo de gênero. 4.
Omaquesp. 5. Relações de gênero.. I. Valenciano, Renata
Cristiane. II. Thomaz Júnior, Antônio. III. Título.

CDD (18.ed.) 910

Dedicatória

Aos trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra que contribuíram diretamente para a construção desse trabalho e que, agora, mais do que nunca, estão se sentindo desafiados a enfrentar e superar as desigualdades nas relações de gênero no cotidiano de suas ações, nas famílias, nas comunidades, nas entidades que participam, enfim, nas diversas esferas da vida social.

Agradecimentos

É chegado o momento de fazer um balanço da nossa trajetória, e agradecer a todos aqueles, que direta ou indiretamente, colaboraram para a realização deste trabalho.

Assim, gostaria de agradecer inicialmente ao Prof. Thomaz, por toda dedicação e acompanhamento destinados à orientação da pesquisa, o qual se mostrou, no decorrer desses anos, não apenas um excelente orientador, mas um grande amigo, sempre ajudando, compreendendo, dando uma força, enfim, o meu profundo agradecimento a esse amigo de todos os dias.

A Maria, mais do que uma amiga, a colaboradora direta e fonte de inspiração constante na organização e estruturação do conjunto de idéias que compõe esse trabalho.

Aos colegas do CEGeT, pela contribuição durante alguns debates e discussões, que com certeza fomentaram a ampliação das idéias. Por todo o convívio e momentos que passamos juntos, os quais, com certeza, vão ficar gravados na memória.

Um agradecimento todo especial aos meus queridos e inesquecíveis amigos: Sônia, Divino, Lima, Marcelino, Fernanda, Jorge, Marcelo, Denis, Karina, e a grande Sílvia. Pelos nossos momentos juntos, toda atenção e carinho.

Aos trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra, sobretudo do município de Teodoro Sampaio, que sempre ajudaram colaborando com o nosso trabalho, sempre nos recebendo de braços abertos e prontos para conversar, bater um papo, fornecer informações, enfim... pelas cantorias, histórias e emoções.

A todas as trabalhadoras sem terra que conhecemos nos encontros, passeatas, acampamentos, sorridentes, fortes e na luta sempre. Um agradecimento todo especial para minha grande amiga Mirian.

Aos meus familiares, Orlando, Lourdes, Gabriela e Amélia, por todo o apoio e incentivo durante esses anos.

Agradeço ao CNPq pelo apoio e financiamento para a consecução dessa pesquisa.

RESUMO

A presente pesquisa apresenta um estudo sobre duas formas distintas de organização de mulheres trabalhadoras sem terra do Pontal do Paranapanema: Coletivo de Gênero e Omaquesp, no qual procuramos apreender o processo de luta pela terra e a mobilização política das trabalhadoras sem terra tendo como perspectiva a “leitura” geográfica desse processo, onde o gênero é a categoria analítica e ferramenta metodológica basilar para compreendermos as manifestações e configurações das relações sócio-espaciais nos territórios de luta: acampamentos e assentamentos.

A partir da análise das duas formas de organização, pudemos verificar as bases que deram sustentação para sua implementação, suas estratégias de organização, principais entraves, obstáculos e avanços em sua luta. Embora tenham sido forjadas no processo de luta pela terra desencadeado no Pontal, ambos os grupos possuem atuações e ações distintas, e vem desenvolvendo uma série de trabalhos, projetos e ações, possuindo um histórico de formação, organização e desenvolvimento de atividades que se diferem uma da outra, com linhas de atuação, ideologia e ligações diretas com outras organizações distintas.

Da análise das relações de gênero no processo de luta pela terra, notamos os mecanismos que dão condições para o estabelecimento e perpetuação das relações de poder desiguais e que impossibilitam a construção de espaços igualitários de participação na luta, onde a existência dessas experiências de organização de grupos de mulheres nos forneceu elementos que mostram como sua participação está contribuindo para a fundamentação e dinamismo do espaço geográfico, rompendo com valores que antes conduziam a sua submissão, exploração, etc. seja no âmbito do trabalho doméstico, na lavoura e até mesmo na militância.

Palavras-chave: Luta pela terra; Coletivo de Gênero; Omaquesp; Relações de Gênero.

SUMMARY

To present research it presents a study on two forms different from hard-working women's organization without earth of Pontal of Paranapanema: Collective of Gender and Omaquesp, in which we tried to apprehend the fight process for the earth and the workers' political mobilization without earth tends as perspective the " geographical reading " of that process, where the gender is the analytic category and tool methodological basilar for we understand the manifestations and configurations of the partner-space relationships in the fight territories: camps and establishments.

Starting from the analysis in the two organization ways, we could verify the bases that gave **sustentação** for its **implementação**, its organization strategies, main entraves, obstacles and progresses in its fight. Although they have been forged in the fight process by the earth unchained in Pontal, both groups possess performances and different actions, and it comes developing a series of works, projects and actions, possessing a historical of formation, organization and development of activities that they are differed one of the other, with lines of performance, ideology and direct connections with other different organizations.

Of the analysis of the gender relationships in the fight process for the earth, we noticed the mechanisms that give conditions for the establishment and perpetuação of the unequal relationships of power and that disable the construction of equalitarian spaces of participation in the fight, where the existence of those experiences of organization of women's groups supplied us elements that show as its participation is contributing to the **fundamentação** and dynamism of the geographical space, breaking up with values that before they drove its submission, exploration, etc. it is in the ambit of the domestic work, in it plows it and even in the **militância**.

Word-key: It fights for the earth; Collective of Gender; Omaquesp; Relationships of Gender.

SUMÁRIO

Lista de figuras.....	8
Lista de tabelas.....	9
Lista de quadros.....	9
Lista de gráficos.....	9
Lista de Siglas.....	10
Apresentação.....	11
Introdução.....	15
Capítulo I – As organizações de mulheres trabalhadoras sem terra no Pontal do Paranapanema	28
1.1 A classe trabalhadora e a luta pela terra em questão.....	29
1.2 O Pontal do Paranapanema: locus da luta e da mobilização política.....	33
1.3 A Organização das Trabalhadoras Sem Terra: O Coletivo de Gênero e a Omaquesp...	37
1.4 O Gênero no MST.....	41
1.4.1 A origem e resistência do Coletivo de Gênero na região do Pontal.....	43
1.5 Omaquesp – Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo.....	51
1.5.1 Origem, organização e lutas.....	51
Capítulo II – O Coletivo de gênero e a Omaquesp: lutas e dinâmica territorial	62
2.1 Dinâmica e Organização do Coletivo de Gênero no Pontal.....	63
2.2 Conquistas e Desafios.....	70
2.3 Do Setor ao Coletivo: Avanços e Retrocessos.....	78
2.3.1 As dificuldades.....	79
2.3.2 O Encontro Regional.....	80
2.3.3 Os entraves nos assentamentos.....	82
2.4 As transformações organizacionais da Omaquesp no Pontal do Paranapanema.....	89
2.4.1 O princípio da separação.....	90
2.5 As distâncias: representação e mobilidade.....	93
2.6 Do acampamento ao assentamento: as relações de gênero nos territórios de luta.....	103
Capítulo III – Gênero, território e mobilização política	106
3.1 Gênero: Uma Categoria Importante para Análise Geográfica.....	107
3.2 Divisão Sexual do Trabalho e Luta pela Terra.....	109
3.3 O Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais - MMTR como pioneiro na luta e resistência.....	116

3.4	O Feminismo na História da Organização Política das Mulheres.....	119
3.5	Gênero e Desenvolvimento Territorial: Questões para o Debate.....	125
	Considerações finais.....	132
	Bibliografia.....	138

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Locais de realização do trabalho de campo no município de Teodoro Sampaio.....	22
Figura 2:	Localização dos principais marcos históricos da luta pela terra no Pontal do Paranapanema.....	36
Figura 3:	Área de atuação dos Grupos Técnicos de Campo do ITESP no Pontal do Paranapanema.....	56
Figura 4:	IV Encontro Estadual de Mulheres Assentadas e Quilombolas – Araraquara.....	57
Figura 5:	IV Encontro Estadual de Mulheres Assentadas e Quilombolas – Araraquara.....	57
Figura 6:	Assentamento Madre Cristina – Área de Reserva Cultivada pelas Mulheres da Omaquesp.....	59
Figura 7:	Assentamento Che Guevara – Área de Reserva Cultivada pelas Mulheres da Omaquesp.....	59
Figura 8:	Divisão dos Núcleos de Trabalho do MST no Pontal do Paranapanema.....	64
Figura 9:	Assentamentos com representantes do Coletivo de Gênero no município de Teodoro Sampaio.....	66
Figura 10:	Acampamento de Mulheres, Teodoro Sampaio – Mulheres e Crianças se preparando para o almoço.....	70
Figura 11:	Acampamento de Mulheres, Teodoro Sampaio – Rotina de Trabalho da Acampada.....	71
Figura 12:	Acampamento de Mulheres na cidade de Teodoro. Sampaio – Vista parcial.....	72
Figura 13:	Acampamento de Mulheres, Teodoro. Sampaio – Um dia no acampamento.....	72
Figura 14:	Prisão de Diolinda Alves de Souza – Jornal <i>O Imparcial</i>	74
Figura 15:	Marcha de Mulheres Sem Terra em Protesto Contra a Prisão de Militantes.....	75
Figura 16:	Contestação e Repúdio à Marcha das Mulheres Sem Terra.....	76
Figura 17:	Divisão das Regionais da Omaquesp e abrangência no Estado de São Paulo.....	91
Figura 18:	I Encontro Regional de Mulheres Assentadas do Pontal no município de Teodoro Sampaio.....	92

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Divisão Territorial da Omaquesp.....	89
Tabela 2:	Planos de ação.....	90

LISTA DE QUADROS

Quadro A:	Organização do MST.....	41
Quadro B:	Organização da Omaquesp.....	41
Quadro 1:	Evolução do Coletivo de Gênero do MST – Pontal do Paranapanema.....	47
Quadro 2:	Conjuntura regional e o desenvolvimento do Coletivo de Gênero no Pontal.....	48

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1:	Pontal do Paranapanema - ocupações (1990 - 2002).....	49
Gráfico 2:	Pontal do Paranapanema - ações do coletivo (1996 - 2004).....	49

LISTA DE SIGLAS

CEGeT – Centro de Estudos de Geografia do Trabalho
CEMOSI – Centro de Estudos, Memória e Hemeroteca Sindical
COCAMP – Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária do Pontal
CUT – Central Única dos Trabalhadores
FMI – Fundo Monetário Internacional
HA – Hectares
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo
MMC – Movimentos de Mulheres Camponesas
MMTR – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OMAUESP – Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo
SP – São Paulo
UNIPONTAL – União dos Municípios do Pontal do Paranapanema

APRESENTAÇÃO

“O medo de ousar, ser agressivo ou inovar, fechou muito mais portas do que a ousadia”. É assim que caracterizamos as experiências que estão presentes neste trabalho, cujos resultados se tornaram possíveis a partir da pesquisa e convivência junto aos trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra do Pontal do Paranapanema

Todo esse caminhar teve início ainda durante o Curso de Graduação¹, sobretudo, a partir de 2000, mas veio a se consolidar quando do nosso ingresso no curso de mestrado, o que aconteceu em 2003. Foi um processo, cujo conteúdo aqui gostaria de frisar. A oportunidade de conhecer e trabalhar com o Prof. Antonio Thomaz Júnior e o contato com os demais membros do Grupo de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) foram decisivos para o nosso aprendizado e identificação com a pesquisa em Geografia. Aos poucos, essa relação foi se constituindo em um espaço de trabalho e pesquisa, e além disso, numa forte e sólida amizade. Junto ao Prof. Thomaz e os demais companheiros de grupo encontramos todo o estímulo, apoio e orientação para dar encaminhamento à atividade de pesquisa. Não poderíamos deixar de registrar a contribuição de uma companheira muito especial do CEGeT, Maria Franco, que, na ausência do Prof. Thomaz, assumiu a orientação do nosso trabalho, e que por isso, mas não apenas, senão por todo apoio, contribuições e amizade, agradeço profundamente.

Ainda como estudante de Graduação em Geografia junto à FCT/Unesp de Presidente Prudente, tivemos a oportunidade de iniciar a pesquisa com bolsa de iniciação científica com o apoio do CNPq durante um ano. Isso foi fundamental para o nosso amadurecimento e ordenamento das idéias, as quais mais tarde viriam a consolidar-se no presente trabalho. Isto é, a soma dessas primeiras impressões formatou o Projeto de Pesquisa apresentado junto ao Curso de Pós-Graduação, e mais uma vez contando com o apoio do CNPq, apresentamos aqui os resultados de mais essa empreitada. As seqüências de atividades,

¹ Referimo-nos ao Estágio Não-Obrigatório, com Projeto Intitulado *“As implicações dos assentamentos rurais no rearranjo das atividades terciárias em Teodoro Sampaio: o trabalho em questão”*, desenvolvido na FCT/UNESP/Presidente Prudente, de março a junho 2000, tendo como seqüência e em caráter de Pesquisa de Iniciação Científica no período de junho de 2000 a março de 2001. E ainda a Pesquisa de Iniciação Científica com o projeto *“A Participação da Mulher na Luta pela Terra”*. *Uma Questão de Gênero e/ou Classe?*. Com financiamento do CNPq/PIBIC, no período de julho de 2001 a dezembro de 2002, ambos sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior.

que se apresentaram nessa transição permitiram aprofundar-nos, elaborar novas questões, ampliar nossos horizontes de pesquisa, dentre eles a pesquisa bibliográfica, o trabalho empírico etc., bem como as contribuições por conta do cumprimento de créditos das disciplinas. O que sentimos é a finalização de uma etapa; sabemos, porém, que se abriram caminhos para que outras sejam iniciadas.

O nosso trabalho está ligado aos estudos designados como “estudos de gênero”, os quais têm conhecido uma ampliação expressiva nos últimos tempos, em variados campos das ciências. Esses estudos se propõem a entender as diferenças que se constroem sobre os corpos sexuais, gerando, portanto, papéis sociais, normas, entre outros, logo, são também constitutivos das relações de poder operadas sobre os gêneros. A especificidade está na tentativa de realizar um estudo geográfico que contemple essa dimensão e contribua para o aprofundamento da Geografia do Gênero, partindo para tanto da análise de duas organizações de mulheres trabalhadoras sem terra atuantes no Pontal do Paranapanema: o Coletivo de Gênero do MST e a Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo – Omaquesp.

Isso significou um grande desafio, pois inicialmente contávamos com poucas indicações ou contribuições sobre essa temática, sobretudo, no âmbito da Geografia. Mas, apesar de todas as dificuldades, procuramos apresentar essas diferentes formas de organização de mulheres sem terra atuantes no Pontal, a fim de destacar sua origem, organização, principais entraves, objetivos, demandas etc. Estruturamos nossa interpretação por meio da “leitura” dos papéis de gênero que marcam esses atores sociais no universo da luta pela terra.

Assim, apresentamos no primeiro capítulo uma contextualização do processo de Luta pela Terra que marca o Pontal do Paranapanema e a organização dos trabalhadores e trabalhadoras inseridas neste processo, destacando a iniciativa das diferentes formas de organização dos grupos de mulheres trabalhadoras sem terra que atuam na região do Pontal.

No segundo capítulo, nos propomos a analisar as diferentes estratégias de organização e manutenção dos grupos que se estabelecem nos territórios da luta pela terra, os acampamentos e assentamentos rurais, destacando a dimensão organizativa e fechando com os principais entraves, dificuldades e obstáculos enfrentados por esses grupos para garantir a efetivação de seus projetos.

No terceiro e último capítulo, apresentamos um debate conceitual sobre as relações de gênero e sua contribuição para a análise das organizações de mulheres, bem como

um resgate de experiências anteriores que serviram de base e exemplo para o fortalecimento e execução das atividades hoje desenvolvidas no Pontal. O fechamento do capítulo aponta para a necessidade de implementação de iniciativas e políticas públicas que contemplem a questão de gênero, visando ao fortalecimento dos grupos e a organização de ações, planos e projetos de desenvolvimento territorial.

Contudo, para chegarmos até esse ordenamento, o trabalho de pesquisa se desenvolveu de forma permanente em duas dimensões. Primeiramente, centramos nosso interesse no levantamento bibliográfico, que nos permitiu arranjar, organizar, revisar, e também descobrir tanto a literatura que aborda a questão de gênero (concepções, enfoques, diferentes análises), quanto aquela direcionada para mobilização social de trabalhadores e trabalhadoras da luta pela terra e a reforma agrária.

O trabalho de levantamento bibliográfico foi realizado, sobretudo, nas bibliotecas e Centros de Documentação das seguintes instituições: Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP de Presidente Prudente; Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) da UNESP de Presidente Prudente; Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, com destaque para as publicações da linha de pesquisa “Gênero e Geografia”, do Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero (NEMGE/USP); e Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, por meio do acervo do Núcleo de Estudos de Gênero, PAGU/UNICAMP.

Concluimos nossa pesquisa documental nos acervos da sede da Coordenação Nacional do MST, na Secretaria Estadual do MST, ambas localizadas em São Paulo, onde pudemos consultar as publicações do Coletivo Nacional de Gênero, Cadernos de Formação, e demais produções ligadas à temática na sua totalidade.

Nesse âmbito, a pesquisa empírica baseou-se na realização de entrevistas junto aos trabalhadores e trabalhadoras rurais, assentadas e acampadas, militantes e lideranças do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra e Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo, funcionários e técnicos do Instituto de Terras de São Paulo (ITESP), membros de Organizações Não-Governamentais (ONG's), técnicos municipais envolvidos diretamente com a temática e representantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT) nos assentamentos e acampamentos. Participamos dos eventos, reuniões, encontros, passeatas e mobilizações organizadas pelo MST e, ainda, das atividades programadas pela Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São

Paulo (OMAUESP). Para tanto, acompanhamos o desenvolvimento da luta nos acampamentos e assentamentos na região do Pontal do Paranapanema durante todo o período de pesquisa.

Podemos afirmar que o balanço da nossa experiência vivenciada foi muito positivo e construtivo. Entendemos que o mesmo se evidenciará por meio não só dos capítulos apresentados, senão de toda construção pessoal e coletiva vivenciada, que agora se consolida como produto das reflexões realizadas e das experiências provadas no período de março de 2003 a abril de 2005.

INTRODUÇÃO

A base da pesquisa está centrada na contextualização e localização de duas estratégias distintas de mobilização de mulheres trabalhadoras sem terra, no Pontal do Paranapanema: o Coletivo de Gênero e a Omaqesp. As duas iniciativas são estratégias de organização das trabalhadoras que se evidenciam na conquista de um espaço de visibilidade e atuação social. Por meio da participação em ambas as organizações, e sua inserção nas atividades é que as mulheres superam os limites do barraco, do lote e do assentamento, contestando a ideologia de gênero hegemônica na nossa sociedade. Buscamos ainda apresentar quais são os impedimentos de acesso aos grupos e aos trabalhos desenvolvidos por eles, apontando as limitações, entraves e contradições que também estão presentes e atuando no contexto da luta nesses territórios.

Como observamos especificamente com relação a nossa dissertação, propomo-nos a realizar uma análise que contribua para as referências relativas a uma Geografia do Gênero, por dentro, pois, da temática do trabalho, já que essa perspectiva se insere em um dos eixos temáticos existentes do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) e conta com estudos desenvolvidos por outros pesquisadores, com destaque para a tese de doutorado sob a responsabilidade de Maria Franco Garcia e a dissertação de mestrado de Terezinha Brumatti Carvalhal.

Tomamos, portanto, o gênero como categoria de análise, pois este permite analisar diferentemente homens e mulheres, destacando seus papéis¹. Por meio desses papéis analisar o acesso, a participação, o controle, as necessidades, as oportunidades, os conflitos etc., que se apresentam e se concretizam nos lugares. Dessa forma, esperamos contribuir para desvendar os processos que criam e reproduzem a ideologia hegemônica de gênero por meio das experiências de organização dos grupos, e ainda apresentar as práticas de resistência tomadas, que podem contribuir para sua superação, rumando em busca de mudanças, e de construção de relações solidárias e de igualdade.

¹ Por papéis de gênero, entendemos as funções atribuídas aos diferentes gêneros, em cada sociedade e cultura. Em nossa análise a definição de tarefas é o primeiro passo para a apreensão das relações sociais que se estabelecem entre homens e mulheres. Uma definição mais apurada sobre a noção de papéis e relações de gênero, é apresentada por Louro, 1999.

A contribuição das análises que visam a entender as relações de gênero no processo de luta pela terra baseia-se no intuito de revelar os mecanismos que dão condições para o estabelecimento e perpetuação das relações de poder desiguais e que impossibilitam a construção de espaços igualitários de participação na luta. Essa análise fornecerá elementos que mostrem como sua participação está contribuindo para a fundamentação e dinamismo do espaço geográfico, rompendo com valores que antes conduziam a sua submissão, exploração, etc. seja no âmbito do trabalho doméstico, na lavoura e até mesmo na militância.

Acreditamos não só na importância desse tipo de análise, quanto na conveniência da aplicação da mesma a objetos de pesquisa como o nosso, no qual não há estatísticas disponíveis, tampouco um aporte de dados possíveis de serem encontrados. Isso poderia oferecer informações suficientemente significativas para outros estudos.

Procuramos apreender o processo de luta pela terra e a mobilização política das trabalhadoras sem terra tendo como perspectiva a “leitura” geográfica desse processo, em que o gênero é a categoria analítica e a ferramenta metodológica basilar para compreendermos as manifestações e configurações das relações sócio-espaciais nos territórios de luta: acampamentos e assentamentos. O sujeito e o objeto de nossas indagações se apresentam na mobilização das mulheres na luta pela terra, tanto as acampadas quanto as assentadas. No interior dessa luta social, a luta pela terra é uma dimensão da luta de classe.

A sociedade se desenvolve e se movimenta por dentro do sistema capitalista, que, por sua vez, é efeito da contradição capital e trabalho. O trabalho e suas mutações são as expressões do modo de ser e de existir da classe trabalhadora; logo, esta se apresenta de diferentes formas e sentidos nos lugares, já que o desenvolvimento do capitalismo é desigual, gerando, portanto, configurações distintas. Sabedores de que a expansão das relações capitalista de produção no Brasil se deu de forma desigual e diferenciada nos lugares, expressando hoje as marcantes diferenças regionais, o trabalho também se estruturou de forma diferenciada, fragmentada, sendo que muitas vezes encontramos os trabalhadores separados/segmentados em corporações ou entidades representativas. Também é preciso chamar a atenção para as externalizações do trabalho e

as diferentes formas que este pode tomar, territorializando-se num momento, desterritorializando-se e reterritorializando-se num outro momento. Trata-se de um movimento que expressa as transformações no mundo do trabalho e também os níveis diferenciados de consciência de classe. Mas essas transformações foram e continuam sendo acompanhadas de outras mudanças. Em cada lugar, o patriarcalismo e as relações capitalistas articulam-se e contextualizam-se de maneiras diferentes.

A mulher trabalhadora também é movida por tais mudanças, transformações e conformações, que se dão no âmbito da classe trabalhadora. Podemos tomar, como exemplos disso, a movimentação constante dos trabalhadores tanto do campo para a cidade e vice-versa, e na própria atividade que desenvolvem. Assim, entender a mulher trabalhadora sem terra é buscar na luta pela terra, no desenvolvimento do capitalismo no campo e nas mutações do mundo trabalho, as explicações para a construção das relações sociais e de gênero.

Assim, como eixo norteador não apenas deste trabalho, mas também das pesquisas desenvolvidas no âmbito do CEGeT, temos a classe trabalhadora como sujeito da história, de forma que entender a classe trabalhadora é dizer que esses sujeitos, além de sofrerem com a exploração, sofrem uma outra opressão, que é a opressão de gênero, articulando os papéis sociais que por sua vez fazem perpetuar as relações de submissão e impedem a viabilização e transformação da sociedade. Dessa forma, queremos enfatizar que articular classe com outras categorias de análise, como o gênero, é fundamental, pois a construção ideológica está colocada, assim como os impedimentos para que as trabalhadoras se mobilizem politicamente.

De acordo com autores da questão de gênero (SCOTT, 1995; FRANCO, 2004; LOURO, 1999), este compreende dois níveis de definição. Um primeiro nível percebe o gênero como elemento constitutivo das relações sociais, baseado nas diferenças perceptíveis entre os sexos e, em um segundo nível, toma o gênero como forma primária de representar relações de poder². Assim, nosso recorte metodológico, prioriza a questão do

² O presente estudo se constrói com base na pesquisa qualitativa, tendo como referencial o gênero, importante para entendermos a construção das relações sócio-espaciais, sendo que este se apresenta enquanto elemento constitutivo das relações sociais, baseado nas diferenças perceptíveis entre os sexos, e como forma de representação das relações de poder (SCOTT, 1995).

poder de classe e do conflito social, visando a apreender os significados da mobilização das trabalhadoras rurais por meio das duas entidades organizadas no Pontal do Paranapanema.

A análise da questão de gênero como processo teórico-prático na pesquisa geográfica, permite-nos analisar diferencialmente, entre homens e mulheres, os papéis, cargos, noções, promoção, acesso e obstáculos, demandas e prioridades que compreendem o processo de Luta pela Terra, materializado nos assentamentos e acampamentos. Estando o objetivo colocado, a contribuição se concentrou na tentativa de desvendar os processos que criam e reproduzem a ideologia hegemônica de gênero, os quais perpetuam as relações de poder, e, da mesma forma em como as práticas de resistência presentes no território da Luta pela Terra são capazes de contribuir para a construção de espaços mais igualitários de participação e transformação nas estruturas de poder predominante rumo à emancipação dos trabalhadores e trabalhadoras do jugo do capital.

O caminhar da pesquisa

A pesquisa empírica e o acompanhamento constante de ambas as organizações analisadas foi fundamental. Antes de qualquer coisa, devemos salientar que o acompanhamento das organizações é anterior à fase que se iniciou com a entrada no Programa de Pós-Graduação em Geografia, já que vimos nos dedicando a esta temática em momentos anteriores, o que acrescentamos ao conjunto de informações conseguidas nesse período. Logo, é fundamental apresentar essas experiências que antecederam a nossa entrada no Curso da Pós-Graduação. Dividimos, assim, nossa atividade empírica em três fases.

A primeira se iniciou ainda quando cursávamos a graduação, quando desenvolvemos o projeto de Iniciação Científica/PIBIC/CNPq. Naquele momento, entramos em contato com o universo de militância tanto do Movimento Sem Terra, e particularmente do Coletivo de Gênero, no ano de 2001. A participação em eventos organizados pelo Coletivo, bem como pelo MST foi constante. Já nos relacionávamos, então, com o universo que compunha o Coletivo de Gênero e os trabalhos que eram desenvolvidos por seus integrantes. Naquele mesmo ano, participamos pela primeira vez do Encontro Estadual de Mulheres Assentadas do Estado de São Paulo, ocorrido na cidade de

Araraquara e que contou com a participação de assentadas de várias regiões do Estado, organizado pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP. Estavam presentes mulheres representantes de outros movimentos de luta pela terra, portanto, de experiências distintas daquela de que até então tínhamos conhecimento. Na ocasião desse encontro, uma outra organização estava sendo forjada e dava os primeiros passos para sua constituição em nível estadual. Essa organização era Omaquesp, que viria logo depois a se efetivar e organizar seus grupos por regiões.

Foi exatamente nesse momento que nos voltamos também para o acompanhamento das atividades que viessem a ser desenvolvidas por esse grupo, na região do Pontal do Paranapanema. A partir daí, organizamos um trabalho de campo para conhecermos mais de perto como estava sendo estruturada a organização. Nessa atividade, visitamos duas áreas de assentamentos e um acampamento. Foram eles: Santa Zélia, em Teodoro Sampaio, e Che Guevara, em Mirante do Paranapanema. Escolhemos essas áreas porque estavam sendo desenvolvidos, na época, projetos voltados para renda familiar, organizados pelo ITESP, em conjunto com a Omaquesp, e também por serem esses assentamentos exemplos de áreas com representatividade do Coletivo de Gênero do MST. Nestes locais, conhecemos algumas militantes, fizemos entrevistas com as mesmas, e também, tivemos oportunidade de visitar as áreas onde estavam sendo cultivados os produtos que, num segundo momento, serviriam para comercialização e o retorno financeiro para as mulheres envolvidas no projeto. Registramos as áreas cultivadas, por meio de fotos. O Acampamento escolhido foi o Padre Josimo, localizado em Teodoro Sampaio, no qual a presença do Coletivo também se fazia relevante. Passamos um período neste acampamento, onde apreendemos toda a dinâmica de funcionamento daquele acampamento. Foram dias e noites em contato com as acampadas e acampados, ou seja, com as famílias acampadas.

Durante o mestrado, e já tendo como objeto de estudo as duas organizações, passamos para uma segunda fase de acompanhamento de ambas, no Município de Teodoro Sampaio. Realizamos outra atividade de campo, sendo que retornamos aos locais visitados no período anterior, já que nosso objetivo era acompanhar o desenvolvimento e as mudanças que possivelmente pudessem ter ocorrido.

Dessa forma, foi possível notar uma série de mudanças ocorridas no interior dos assentamentos visitados, bem como na organização dos grupos de mulheres. Nos assentamentos, os projetos em desenvolvimento, já mencionados, foram interrompidos, e da mesma forma que antes, buscamos entrar em contato com as militantes e as assentadas para apreender as mudanças que, possivelmente, tivessem sido efetivadas naquele intervalo de tempo. Como já havíamos entrado em contato com elas num período anterior, nossa recepção foi muito positiva; acreditamos, inclusive, ter sido uma experiência importante, já que acompanhamos o desenvolvimento e transformação tanto dos espaços como da atuação e participação daquelas mulheres.

O acampamento Padre Josimo encontrava-se então sob outras condições. Os próprios acampados tiveram a iniciativa de organizar e produzir uma divisão da área em lotes, concebida sob uma forma diferente de outros assentamentos implantados no município. O assentamento foi concebido de tal forma que todos os lotes convergiam para o centro comunitário, formando assim vários núcleos. Segundo um militante assentado que esteve ligado a essa iniciativa desde o começo, tal modelo de disposição dos lotes facilita e fortalece uma vida comunitária mais intensa entre os assentados. As vias de circulação internas também possuem uma estrada principal que permeia todos os núcleos, de forma a tornar a circulação dos assentados mais integrada. Enfim, a experiência, segundo ele, foi muito importante nesse caminhar de contatos com os assentados do município. Entramos em contato com as mulheres que antes se encontravam na condição de acampadas e que estavam então na condição de assentadas; foi possível compreender por quais mudanças passaram e como isso rebateu na própria organização da sua vida dentro do Pré-assentamento São Pedro.

A última fase da atividade se deu no início do ano de 2004, quando sentimos a necessidade de fazermos uma incursão em outras áreas distintas das visitadas até então. Procuramos entrar em contato com assentados e assentadas em áreas onde não tínhamos realizado nenhum contato anterior e, principalmente, nas quais houvesse um histórico de formação e ligação com outros movimentos diferentes do MST; ou ainda, áreas que não tivessem um trabalho de representação expressivo, justamente para compreender de que forma estão estruturadas as relações dentro delas bem como conhecer quais são as grandes diferenças notadas do ponto de vista da inserção na luta pela terra, enfim, conhecer

uma outra realidade, diferente daquela até então visitada. São assentamentos cuja luta primeira, em alguns casos, não esteve necessariamente vinculada ao MST, e que não existe uma representatividade dos grupos de mulheres (Coletivo de Gênero e Omaquesp), etc. Foram eles: Santa Cruz da Alcídia, Santa Terezinha da Alcídia, Tucano (localizado em Euclides da Cunha), e Ribeirão Bonito. Este último é um assentamento com representantes do Coletivo e da Omaquesp, mas que não tinha sido visitado no trabalho de campo anterior.

Para fechar a importância da escolha desse município para realização do trabalho de campo, destacamos os inúmeros projetos implantados e as ações desenvolvidas pelos grupos em assentamentos e acampamentos existentes até então. Mas isso não excluiu, de qualquer forma, a necessidade de acompanharmos algumas atividades e realizar o trabalho de campo em outras áreas de assentamentos e acampamentos em outros municípios, como o Assentamento Tucano, em Euclides da Cunha, e o Che Guevara, em Mirante do Paranapanema. Essa necessidade se efetivou por existirem, nesses outros municípios, áreas onde estavam sendo desenvolvidos trabalhos diretamente ligados à esfera de organização dos dois grupos, ou pelo fato de haver ali uma representação interna destacada.

Nossa pesquisa tem, como foco, assentamentos e acampamentos localizados no município de Teodoro Sampaio, existindo, ainda, algumas áreas nas quais entendemos ser necessário um acompanhamento por conta dos fatores acima enunciados. Outro fato extremamente relevante se deve às transformações e modificações que foram ocorrendo no decorrer da pesquisa. Procuramos satisfazer nossas indagações ampliando nosso universo de pesquisa que a princípio tinha como composição apenas duas áreas de assentamento e um acampamento localizado no município.

Na Figura 1, podemos visualizar todas as áreas de assentamentos do município de Teodoro Sampaio. Dentre eles, há aqueles nos quais fizemos atividades de campo. Atualmente, existem 19 assentamentos no município de Teodoro Sampaio.

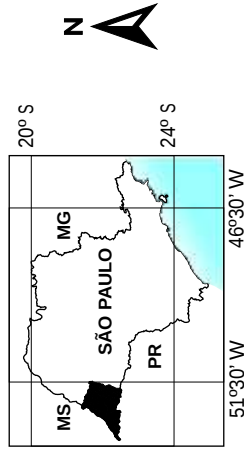
LOCALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS VISITADOS NO MUNICÍPIO DE TEODORO SAMPAIO-SP

CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

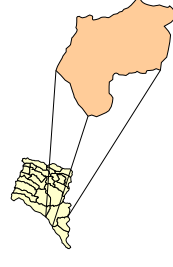
-  Divisa municipal
 -  Área dos assentamentos
 -  Estrada sem pavimentação
 -  Estrada pavimentada
 -  Ferrovia
 -  Área urbana
 -  Corpos d'água

LEGENDA

-  Assentamentos visitados no trabalho de campo
 Assentamentos não visitados
 Área de assentamento



LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TEODORO SAMPAIO NO EXTREMO OESTE PAULISTA



ESCALA GRÁFICA



Fonte: Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio
Base Cartográfica: Carta Base do Setor de Obras e Engenharia, 2000
Organização: Renata Cristiane Valenciano, 2004

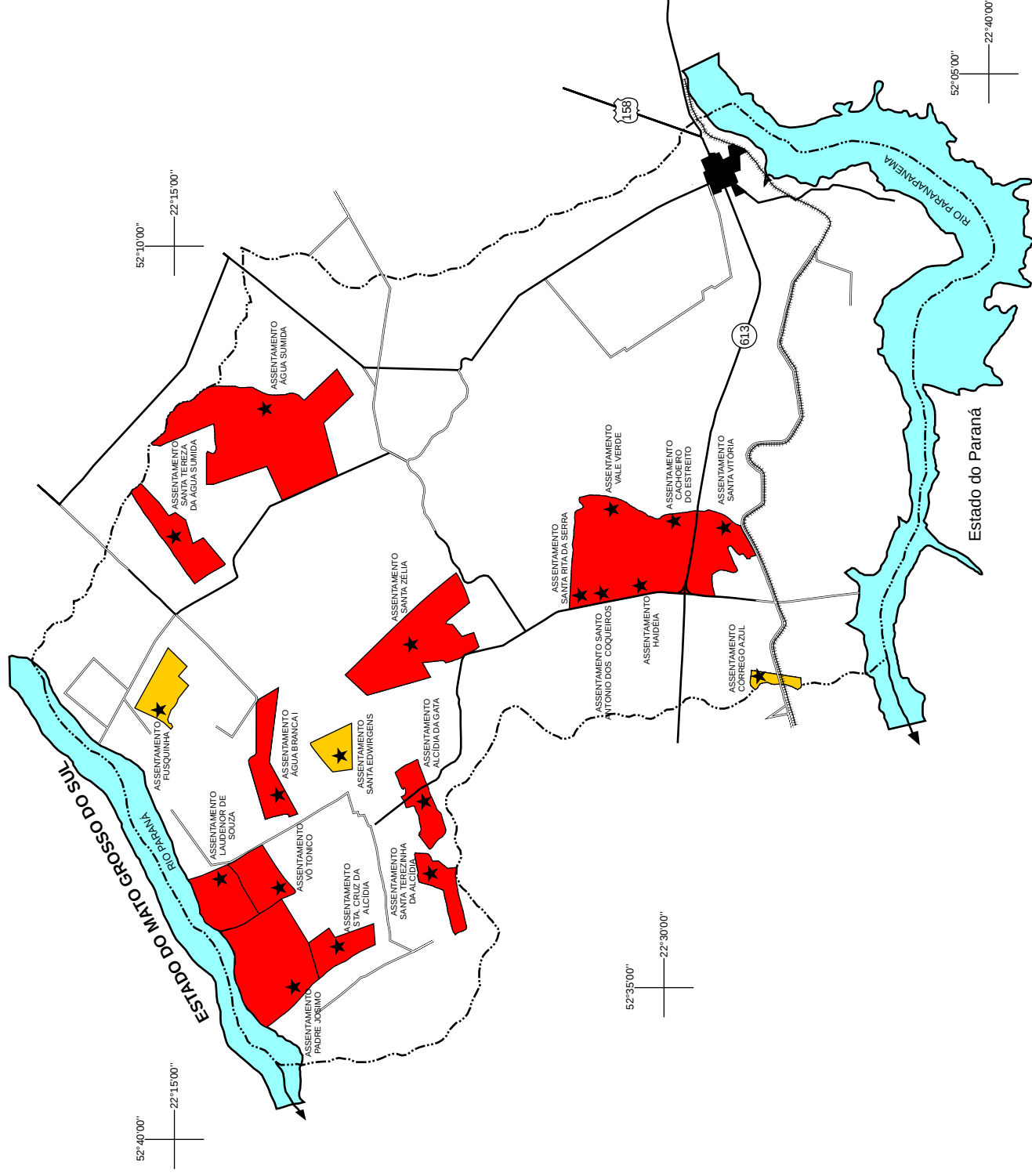
APOIO FINANCEIRO

INSTITUIÇÃO

 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
  UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

FIGURA: 01

PÁGINA: 22



Essas foram às atividades de campo realizadas diretamente junto aos assentamentos e acampamentos, muito embora o acompanhamento minucioso de atividades, como ações e manifestações organizadas pelos grupos de mulheres na região, tenha sido permanente e continue até hoje.

Como já tínhamos realizado um contato com as representantes de ambas as organizações, sempre fomos comunicados de reuniões organizadas para realização das atividades das mulheres. Assim, acompanhávamos toda a organização das atividades, desde a primeira reunião, até a execução da atividade em si. Foram passeatas, caminhadas, ocupações de órgãos como o ITESP, Agências do Banco do Brasil etc. Dentre elas, destacamos uma experiência muito interessante que vivenciamos na cidade de Teodoro Sampaio: a organização de um acampamento de mulheres do MST. Foram dez dias de mobilização diante do Fórum da cidade, onde convivemos com mulheres e crianças vindas de vários municípios, realizando místicas, discussões, manifestações. Enfim, foi um momento de interlocução com as assentadas e acampadas.

Um outro momento extremamente marcante foi a organização do primeiro Encontro Regional de Assentadas e Acampadas do MST. Nesse encontro, além de participarmos das reuniões que antecederam sua realização, contribuímos com as atividades, com as místicas, de forma a nos inserirmos profundamente no universo daquelas mulheres ali presentes. Nessas atividades, registramos toda evolução e transformação pelas quais as organizações de mulheres do Pontal passaram. Chegamos ao final de todas essas atividades carregando um conjunto amplo de informações, de contatos com as militantes dos grupos, tanto as assentadas e como as acampadas, e não apenas mulheres, mas também os militantes, assentados e acampados, ou seja, mulheres, homens e crianças inseridos nesse processo de Luta pela Terra da região.

Opção Metodológica

Essas transformações pelas quais passaram o Coletivo de Gênero e a Omaquesp, motivaram a organização de várias atividades de campo, como já salientamos, bem como o acompanhamento minucioso de ações por elas desenvolvidas. Foi justamente

por meio dessas incursões, que conseguimos ver de perto todas as modificações do ponto de vista da organização, que ambas sofreram desde sua formação. Foram mudanças de representantes, de divisão regional de trabalho, de dissidências e rompimentos, de constituições de novos grupos, enfim, toda essa espiral que compreende o universo pesquisado. Podemos destacar a dimensão empírica como central na pesquisa, pois além do acompanhamento das atividades organizadas pelas (os) trabalhadoras (os), salientamos a importância das entrevistas realizadas ao longo desse período, que abrangeram assentadas (os), acampadas (os) e militantes. As entrevistas foram realizadas também junto aos demais militantes do MST e lideranças do Coletivo de Gênero, na região do Pontal do Paranapanema. Paralelamente, entrevistamos as dirigentes da Omaqesp nos assentamentos, as suas representantes regionais.

E ainda nessas incursões de Trabalho de Campo, foram elaboradas fichas das reuniões, nas quais organizamos toda a pauta a ser discutida, os participantes, e os encaminhamentos decididos, sendo que pudemos registrar os fatos também por meio de fotografias, conseguidas em grande parte por meio de trabalho de campo em equipe.

Na elaboração dos roteiros (anexos A, B, e C), baseados em questões abertas, optamos por dividir, para fins analíticos, as mulheres entrevistadas em acampadas, assentadas e militantes do movimento social e/ou representantes da organização de mulheres, e demais atores envolvidos direta ou indiretamente no universo da luta pela terra. Mas, como já esperávamos, os depoimentos das trabalhadoras, especialmente das acampadas e assentadas não engajadas em nenhuma entidade, (logo, não comprometidas com nenhuma delas), contribuíram sobremaneira para a percepção de uma série de elementos que nos motivou a desenvolver outras análises.

Os trabalhos de campo desenvolvidos em equipe para a finalização desta pesquisa contaram com a participação de Maria Franco Garcia, Edvaldo Carlos de Lima e Sônia Maria Ribeiro de Souza. Todos são colegas e membros do CEGeT, e desenvolvem projetos de pesquisa em nível de mestrado e/ou doutorado, voltados à temática da Luta pela Terra e a organização das mulheres trabalhadoras, aos movimentos sociais de Luta pela Terra no Pontal do Paranapanema e o MST no discurso jornalístico.

Quando nos colocamos o desafio de apreender a dinâmica dos grupos de mulheres, e os significados que se verificam no território da luta dos trabalhadores e

trabalhadoras, por meio da perspectiva de gênero, assumimos, como instrumento válido e fundamental, a análise qualitativa, vislumbrada nas entrevistas, no acompanhamento e na participação tanto às reuniões, quanto às atividades desenvolvidas pelos trabalhadores sem terra. Primeiramente buscamos apreender, por meio dessas técnicas, as relações sociais de gênero presentes nos territórios de luta: assentamentos e acampamentos. Isso se deve a que os mesmos elucidam muitas das questões colocadas para a pesquisa e para os estudos de gênero. Pela fala das trabalhadoras e trabalhadores, procuramos entender o significado e o universo desses atores, suscitando novas problemáticas, idéias, e hipóteses, prosseguindo, enfim, na interpretação da realidade.

Ocupamos-nos da história oral³, pois o relato de vida é a técnica, por excelência, para estudo dos processos ligados à exclusão social: ele nos permite captar as rupturas que marcam as tortuosas trajetórias de todos os que se envolvem na luta pela terra.

Sob essa perspectiva, utilizamos as entrevistas como aporte fundamental de contato com as trabalhadoras e trabalhadores rurais dos acampamentos e assentamentos já referidos acima. As entrevistas nos permitiram apreender os diferentes significados inerentes a cada uma das organizações, bem como os resultados, ou reflexos internos às próprias organizações e aos espaços em que incidem. Muito mais que meras descrições, ou simples coleta de dados, é fundamental salientar a problemática dos diferentes grupos, os seus alcances e objetivos, e os resultados alcançados.

As reuniões foram momentos nos quais pudemos acompanhar regularmente os trabalhos realizados pelo Coletivo de Gênero do MST. As reuniões sempre iniciavam com a chamada “análise de conjuntura”, em que são tratados os desafios colocados para o momento e a importância e contexto das ações a serem realizadas. Esse espaço também garantia aos participantes a oportunidade de expressar suas opiniões, ampliando as discussões e divulgação posterior das mesmas em assentamentos e acampamentos.

Os encontros e reuniões do Coletivo também se tornaram ótimas oportunidades para desenvolver discussões em *grupos focais*, que é uma técnica que

³ A metodologia utilizada em nossa pesquisa, e desenvolvida pelos estudos de História Oral, fundamenta-se em WHITAKER, 2000.

permite alcançar, por meio da análise qualitativa, resultados muito positivos. Tal prática traz inúmeras vantagens, como destaca Placco (2004):

Esta técnica permite obter dados qualitativos relativos à opinião do grupo participante, suas representações, atitudes, sentimentos e expressões verbais, além das diferenças existentes entre as representações expressas. (p. 7).

Começamos por identificar o assunto a ser discutido na reunião, traçamos a pauta do dia e passamos a destacar, algumas questões. Dentre elas destacamos as questões presentes nos roteiros de entrevistas, as quais incentivavam a discussão, a conversação e troca de experiências.

A participação em todas essas atividades, além de permitir o contato com inúmeras fontes, trouxe também a oportunidade de criar um banco de imagens. São fotos que ilustram as atividades realizadas pelos protagonistas da luta. São ações como passeatas, ocupações, acampamentos, atos públicos etc., além de cenas do cotidiano, como o trabalho, o dia-a-dia nos acampamentos e nos assentamentos.

Aos poucos, essas práticas da pesquisa participante foram-se evidenciando como uma parte fundamental e integral do nosso estudo. Também não podemos deixar de nos lembrar dos outros atores sociais com quem mantivemos interlocução contínua: técnicos do ITESP, funcionários da prefeitura de Teodoro Sampaio e a ONG vinculada ao desenvolvimento de projetos em parceria com as organizações, como o IPÊ (Instituto de Pesquisas Ecológicas).

Na cidade de Teodoro Sampaio, entrevistamos os técnicos do ITESP, que acompanham o trabalho nos assentamentos, o Secretário de Desenvolvimento Local e Meio Ambiente, a Assistente Social da Prefeitura, o diretor da Organização Não Governamental IPÊ, a Vice-Presidenta Estadual e Representante Regional da Omaquesp, e outra representante regional dessa organização, a Representante Estadual do Coletivo de Gênero, além de várias lideranças regionais do MST.

Dessa forma, buscamos compreender a dimensão do poder e do conflito, por meio dos significados da organização das mulheres trabalhadoras sem terra: Coletivo de Gênero e Omaquesp, pois entendemos que as desigualdades de gênero podem ser apreendidas nas relações interpessoais e mais do que isso, tais desigualdades são

produzidas e perpetuadas por meio das instituições sociais, além de se contextualizarem e se configurarem territorialmente.

CAPÍTULO I

AS ORGANIZAÇÕES DE MULHERES TRABALHADORAS SEM TERRA NO PONTAL DO PARANAPANEMA



“Pra mudar a sociedade do jeito que a gente quer,
Participando sem medo de ser mulher
Porque a luta não é só dos companheiros
Pisando firme sem pedir nenhum segredo
Pois sem mulher a luta vai pela metade
Fortalecendo os movimentos populares
Na aliança operário-camponesa
Pois a vitória vai ser nossa com certeza.”

Zé Pinto, 1996
(Participando sem medo de ser mulher)

1.1. A classe trabalhadora e a Luta pela Terra em Questão

A organização das mulheres trabalhadoras sem terra envolvidas na Luta pela Terra e a Reforma Agrária é nossa referência para compreendermos de que forma estão estruturadas as relações de gênero que permeiam os territórios de luta, acampamentos e assentamentos. Dessa forma, devemos nos ater à contextualização dessas instâncias organizativas, tendo como base o universo da Luta pela Terra. Esses grupos têm como contexto de origem a luta travada pelos trabalhadores rurais sem terra, que organizaram e encontraram no Pontal do Paranapanema o berço para a constituição tanto do Coletivo de Gênero como para a composição da Omaqesp.

Contudo, inicialmente procuraremos abordar o processo mais geral de Luta pela Terra, ou seja, quais são os embates, conflitos e transformações que deram margem para o surgimento e constituição da luta travada pelos trabalhadores rurais no Brasil, reportando-nos logo em seguida, para o contexto do conflito estabelecido atualmente no Pontal do Paranapanema, palco das manifestações e ações dos trabalhadores e das trabalhadoras organizadas.

Todos os embates sociais que tiveram emergência nos últimos tempos, não podem ser considerados sem fazer menção à diversidade de realidades, das quais destacamos as transformações na agricultura e as respectivas formas de organização e luta dos trabalhadores rurais diante dessas transformações. A Luta pela Terra no Brasil possui suas bases fundadas no questionamento dos modelos expropriador e excludente, impresso secularmente no latifúndio e nos setores modernizados/mecanizados, e agroexportador.

Mesmo com o passar dos tempos, esse modelo de propriedade permanece, registrando seu legado de exclusão social. Sendo esses latifúndios a marca da elite ruralista

brasileira, expressam o interesse do capital como um todo pela sua ampliação, articulando de forma combinada a expropriação e a exclusão (MARTINS, 1980). À medida que o capital se desenvolve no campo, sua tendência é apoderar-se dos meios de produção, subtraindo dos trabalhadores seus recursos e instrumentos de trabalho. Assim, pequenos agricultores ou foram expropriados de suas terras, ou tiveram de submeter-se ao trabalho assalariado, ao sistema de parceria, dentre outras formas de arrendamento para garantir sua sobrevivência.

Segundo Thomaz Jr., (2000, p. 2):

Esse é o retrato da travagem ou mesmo do impedimento ao acesso à terra de milhões de famílias sem terra, sendo que também se apresenta como indutor da expulsão de milhares de famílias da terra, na condição de posseiros, agregados, arrendatários e pequenos proprietários etc., como ainda fragiliza e exclui milhões de trabalhadores do direito ao trabalho, à moradia etc., nos centros urbanos. Mas também é o centro da estimulação rumo às ocupações de terras.

O desenvolvimento do capitalismo na agricultura envolve diversos atores, por meio de um processo desigual, excludente e contraditório, em que a crise social desponta como resposta a essas transformações. Esse desenvolvimento trouxe ainda conseqüências estruturais que se anunciam na deterioração das condições de vida da população rural, desapropriação de suas terras, aumento do número de agricultores sem terra, dando margem, por conseguinte, aos crescentes conflitos pela conquista de terra.

Os conflitos revelam, ao longo da história, a expropriação dos trabalhadores e trabalhadoras em favor da emergência das grandes empresas rurais e dos grandes latifundiários. Esse processo, além de modificar intensamente a economia e a sociedade, marcou a exclusão social dos trabalhadores rurais, dos camponeses e a supressão das suas raízes históricas, culturais, entre outros.

Perante a conjuntura de desigualdade, expropriação e exploração, que privou o trabalho e vetou sua dignidade e identidade, os trabalhadores do campo, os sem terra, se organizaram em busca dos seus direitos e na conquista daquilo que deles foi tirado: a terra. O processo de ocupação de terras passou a ser uma das estratégias de luta e resistência nessa conquista (FERNANDES, 2000).

Dessa dinâmica social é que surgiram as lutas sociais desencadeadas nas últimas décadas. Os trabalhadores e as trabalhadoras rurais passaram a lutar pelo seu espaço de sobrevivência, mas não apenas isso. Passou a questionar as formas de ocupação e uso da terra pelos grandes proprietários e grileiros, de forma organizada. A conquista da terra vai

além da conquista de um lote para produção. Isso significou a retomada e/ou resgate da identidade do camponês, a criação de novos espaços sociais, onde se vivencia uma nova fase de relações sociais. Aqueles atores desenraizados surgiram buscando a transformação. É uma nova realidade que está sendo construída por homens e mulheres, ambos organizados na luta, em busca de uma sociedade mais justa, onde possam sobreviver e exercer seus direitos. Assim, enfatiza Fernandes (1999, p. 53):

Desta forma, a luta pela reforma agrária não passa apenas pela distribuição de terras, vai além... vai em direção da construção de novas formas de organização social que possibilitem a (re)conquista da terra de trabalho – a propriedade familiar. Vai em direção à (re) construção da propriedade coletiva dos meios de produção, e, mais importante ainda, vai em direção à construção de novas experiências realizadas cotidianamente pelos trabalhadores rurais no movimento de luta pela terra.

Concebemos a organização e a luta pela conquista da terra como sendo geradas em torno da existência de uma identidade social, uma situação de vida que é comum a todos esses trabalhadores e trabalhadoras. Isso os faz reconhecerem-se como atores de uma mesma realidade e de um mesmo passado, forjando, na luta, a tentativa de tornar possível o resgate de suas raízes e o seu sonho de uma vida mais digna. (MST, 1995). São homens e mulheres vindos de muitos lugares, os quais se despertaram, se reconheceram, como integrantes de uma luta e engajados na busca por um futuro mais digno; tornaram-se sujeitos sociais coletivos, modificando a sua história e a da sociedade, deixando suas marcas para sempre na história.

É possível notar a crescente adesão aos movimentos sociais do campo de trabalhadores e trabalhadoras proletarizados e semi-proletarizados, os quais buscam, no acesso à terra, a retomada da dignidade e o direito ao trabalho. Referimos-nos àqueles que foram expropriados. Dessa forma, temos que este é mais um elemento, o qual, adicionado ao modelo concentrador/modernizador da agricultura, requalifica o perfil dos trabalhadores rurais sem terra no Brasil, como salienta Thomaz Jr., (2001, p. 20):

Isto é, a demanda por terra não se restringe tão somente aos trabalhadores que já têm ou que tiveram ligação com a terra, mas um conjunto diversificado de trabalhadores, ex-assalariados urbanos, engrossa as fileiras dos sem terra no Brasil, passam a compor os movimentos sociais afins e as frentes de luta pela terra, redefinem o perfil e o conteúdo societal do trabalho envolvido na luta pela terra.

A reprodução ampliada do capital e a sua hegemonização, tanto no campo quanto na cidade, tiveram como repercussão, para o universo do trabalho, novas conformações marcadas pelas novas territorialidades que se materializam. Assim, poderemos apreender as diferentes formas às quais os trabalhadores têm-se submetido para a conquista da manutenção de sua existência, o que implica a sua inserção cada vez mais acentuada em atividades precarizadas ou mesmo ao desemprego. Esses são os referenciais para entendermos as alterações e transformações que dão contorno ao mundo do trabalho e às suas expressões.

Dessa forma, acreditamos estar mais próximos da compreensão das mutações que atingem a classe trabalhadora, visto que assistimos a um quadro de fragmentação do trabalho que repercute diretamente na noção de (des) pertencimento de classe. Ao que Thomaz Jr. (2003), denomina de plasticidade do trabalho, em que diferentes formas de externalizações do trabalho, juntamente com as diferentes externalizações do capital e do Estado (re) estruturam tais formas geográficas, ou a dinâmica geográfica do trabalho. Essas diferentes externalizações do trabalho corroboram para a constituição de diferentes estratégias de luta, nas quais os trabalhadores, inseridos em diferentes atividades, caminham entre uma e outra, redimensionando constantemente o desenho da classe trabalhadora no Brasil. Observa-se que essa realidade faz extrapolar os limites, as fronteiras, entre ser trabalhador (a) rural, bóia-fria, e um trabalhador (a) urbano, um (a) operário (a) fabril. Logo, nossa compreensão de classe trabalhadora é mais ampla, pois consideramos os trabalhadores e trabalhadoras independentemente do universo laboral no qual estejam inseridos.

Essas transformações no mundo do trabalho que fragmentaram, separaram e obstaculizaram o entendimento e as relações solidárias entre os trabalhadores, observadas sobretudo nas corporações, substanciaram ou deram margem para o isolamento, segmentando e desqualificando uns e evidenciando outros. E não apenas isso: o poder do capital sobre o tecido social além de gerenciar as atividades laborativas, ainda se reportou para a reprodução da vida, para a subjetividade da classe trabalhadora, o que repercutiu pontualmente sobre as formas de organização política dos mesmos. Assim, quando demandas distintas se fazem notar, como reivindicação por melhores salários ou realização da Reforma Agrária, apresenta-se de forma dispersa, quase oposta, o que implica nas dificuldades de representação dos trabalhadores e na interlocução entre si mesmos.

No entanto, o que apreendemos no contexto da Luta pela Terra, principalmente no que tange aos trabalhadores e trabalhadoras que estão nas fileiras da luta, é que existem trabalhadores (as) com experiências distintas, tanto do campo quanto da cidade, o

que é revelador do movimento contínuo dos mesmos pelas mais variadas atividades laborativas.

Desde o primeiro passo da luta, que é a ocupação, a mulher está presente. Ela qual se destaca ao lado dos homens, muito embora a cultura e os preceitos que referenciam a organização patriarcal familiar tenham, na mulher, a dona de casa, a senhora do lar, a mãe, a esposa. Ou seja: todos os aspectos que caracterizam o espaço privado. A sua luta é justamente para extrapolar essa condição, ganhando também a esfera pública. Essas mulheres desenvolvem inúmeras funções dentro da organização e seguem junto com os companheiros a luta pela Reforma Agrária e pela fundamentação da luta política.

1.2. O Pontal do Paranapanema: *Lócus* da Luta e da Mobilização Política

O processo de enfrentamento entre sem-terras e fazendeiros desencadeado no Pontal do Paranapanema, envolveu, desde o princípio, conflitos violentos, muitas vezes armados. Esse quadro reflete o caráter tenso da Luta pela Terra travada não só no Pontal, mas em quase todo o país. Conforme Fernandes (1999, p. 93): “O avanço da organização dos trabalhadores acirrou os ânimos das outras classes que não pouparam atitudes de violência extrema”.

Essa classe que veio a se formar, a se organizar e a desempenhar a luta pela Reforma Agrária no Pontal do Paranapanema, é constituída por trabalhadores e trabalhadoras rurais, com experiências distintas, e também por trabalhadores (as) egressos dos centros urbanos. São parceiros, meeiros, bóias-frias, ex-proprietários (pequenos produtores), e trabalhadores urbanos desempregados, que já vivenciaram as diferentes facetas da precarização do trabalho (informalidade, por exemplo). Mas, provaram, sobretudo a radicalidade da despossessão, do desemprego. A respeito dessa questão, afirma Gonçalves (2002, p. 58):

O fenômeno do desemprego e da precarização das condições de trabalho na nova era do capital, podem facilmente ser observados na maior parte das cidades brasileiras. É nesse cenário que se tornam mais visíveis a partir do ano de 1990, assumindo dimensões nunca registradas antes.

Segundo o autor, o desemprego pode ser facilmente notado no espaço urbano em grande parte do país. Contudo, o fenômeno ao qual se refere extrapola esse limite e vai

além da cidade. A pobreza oriunda desse fenômeno também pode ser observada no campo, à beira de rodovias de muitas pequenas cidades do Pontal.

A região do Pontal ainda se mantém num quadro de empobrecimento, que foi gerado por um agravamento econômico devido à expansão do latifúndio. O estrangulamento da pequena propriedade, por sua vez, está intimamente associado à expansão das pastagens. A pecuária disseminou-se por inúmeras propriedades (em grande parte, latifúndios) do Pontal. Esse cenário atual de empobrecimento, sem dúvida nenhuma, se agravou por conta da concentração fundiária que suprimiu as pequenas propriedades, e que expropriou os trabalhadores e trabalhadoras.

Resultado desse processo, os conflitos entre fazendeiros e sem-terras agravaram-se durante toda a década de 1990. A onda de violência que marcou o Pontal assegurou, em grande parte, a expulsão desses trabalhadores (as). Violências de toda ordem têm sido cometidas contra essas pessoas, especialmente por jagunços e pistoleiros, a fim de assegurar a sua expulsão da terra. Muitos trabalhadores (as) foram recebidos a bala quando tentavam fazer uma ocupação¹. Esse quadro de violência ainda está ativo, sendo que existem fazendas vigiadas 24 horas por dia por jagunços armados, que controlam inclusive a entrada e a saída de pessoas.

Em alguns municípios, o clima tenso entre sem-terras e fazendeiros vigora até hoje. Porém, é no plano local que esses conflitos acontecem e vão ganhando dimensões cada vez maiores, já que a mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras, para lutar pela Reforma Agrária, se inicia com a identificação das áreas devolutas. É pertinente chamar a atenção para o que caracterizou o Pontal do Paranapanema² como sendo um dos principais focos de luta pela reforma agrária: a imensidão de terras devolutas e latifúndios improdutivos. A conquista dessas terras se intensificou na década de 1990, quando se deu início a transformação das áreas em assentamentos rurais.

Todo esse processo de formação dos assentamentos no município de Teodoro Sampaio teve sua gênese no final de 1994 e início de 1995, momento em que o MST chega ao

¹ Ver anexo 01.

² O processo de ocupação da região do Pontal do Paranapanema aconteceu com base na conhecida “grilagem” de terras e pela destruição de duas grandes reservas florestais: a Lagoa São Paulo e a Reserva do Pontal. O poder político, econômico e social, concentrado nas mãos de grandes coronéis e fazendeiros, conhecidos como “os grileiros”, os quais se apropriaram da terra, fortalecendo seu poder local, contando para isso com a exploração da classe trabalhadora rural. Esses trabalhadores tinham, como condição de permanecer na terra, a derrubada da mata para a formação das pastagens. Uma vez tendo sido realizada a formação da fazenda, esses trabalhadores, os posseiros, eram expulsos e quando resistiam à saída, eram por vezes assassinados. Todo esse processo de exploração da madeira, formação de grandes latifúndios e a exploração dos trabalhadores é descrito por FERRARI LEITE (1998), cuja obra serve de referência para compreendermos o processo de ocupação da região do Pontal do Paranapanema.

município e inicia um trabalho de base, envolvendo trabalhadores que, juntos, não ultrapassavam 500 participantes. No entanto, o MST já contava, à época com outras ações na região do Pontal, ocorridas num período anterior, das quais podemos destacar a ocupação da Fazenda Nova do Pontal no município de Rosana, em 1990, com cerca de 800 famílias que ocuparam uma área de 287 hectares, cujo objetivo foi, segundo Bergamasco e Norder (1996, p. 101):

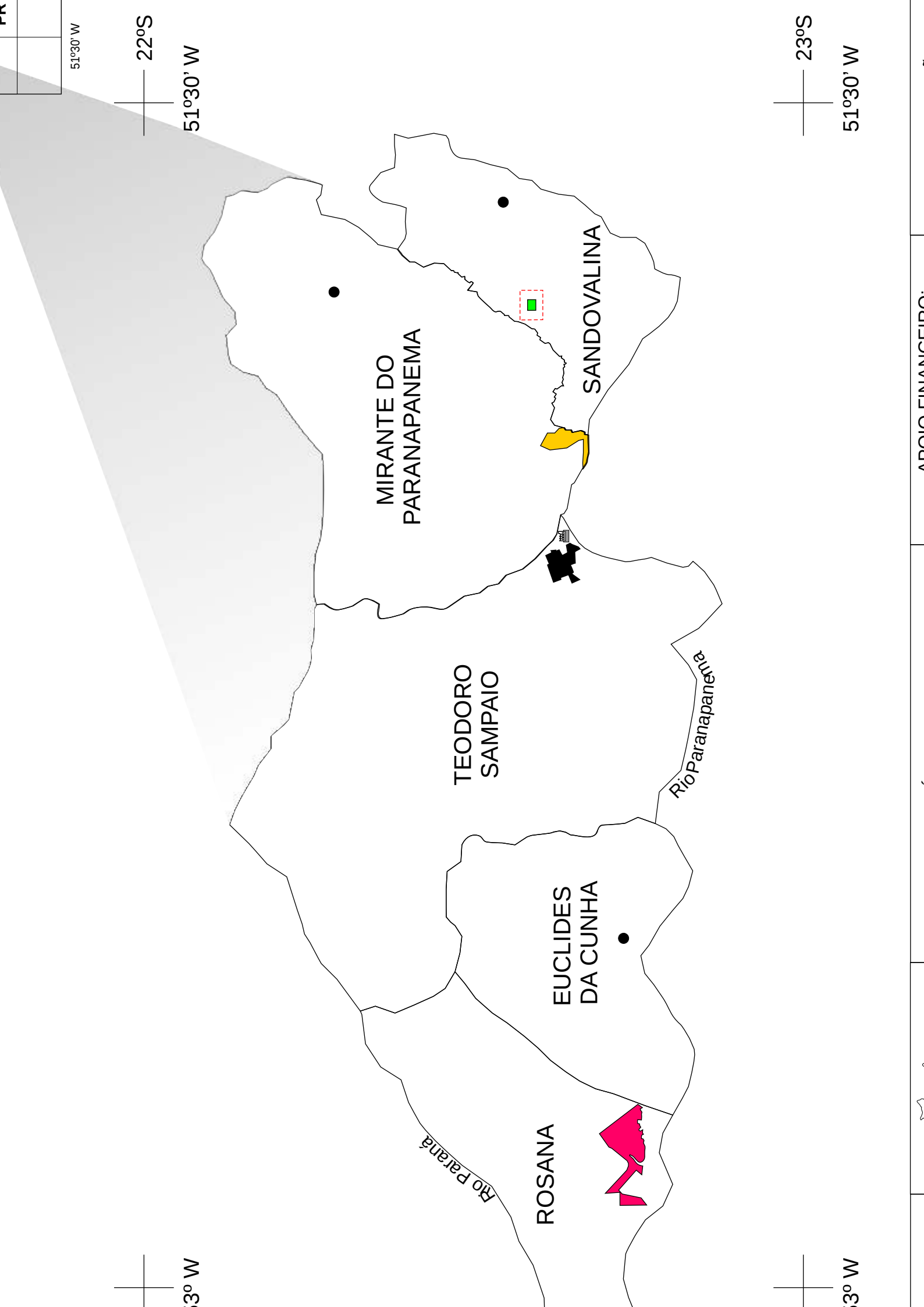
reverter sua forma de ocupação. Em sete dias, receberam uma liminar de reitengração de posse e oito meses depois, 247 destas famílias ocuparam a Fazenda São Bento. Iniciava-se a efetivação de uma série de estratégias políticas visando à ocupação destas áreas que resultariam, no final de 1994, no assentamento emergencial de 316 famílias na Fazenda Santa Clara, no município de Mirante do Paranapanema.

A localização da Fazenda, hoje Assentamento Nova do Pontal, pode ser visualizada na Figura 02.

Uma outra ocupação ocorrida em 1991 da qual se originou o Assentamento Che Guevara, no município de Mirante do Paranapanema, é mais uma das grandes ações de ocupação que se converteram em assentamentos. Essas ações são consideradas as primeiras que o MST realizou na região do Pontal do Paranapanema. A localização desse assentamento pode ser conferida também na Figura 02.

Com o passar do tempo, outras frentes de luta vieram a se formar. Organizaram-se e promoveram-se ações na região do Pontal, deixando, a luta pela terra, de ser restrita ao MST. Segundo Lima (2002, p. 13):

Neste contexto além do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), enquanto movimento social organizado, existe outras frentes de luta pela terra que se manifestam no Pontal do Paranapanema, porém com propostas ainda embrionárias num projeto de reforma agrária. Em sua maioria são organizações sociais geradas a partir de dissidências do MST, em busca de construir novas relações e uma nova territorialidade.



A cidade de Teodoro Sampaio é considerada atualmente “uma referência no que tange à organização dos trabalhadores no Pontal” (Localização da cidade ver: Figura 02). Entende-se, assim, que Teodoro Sampaio encontra-se inserida nesse processo de forma especial, sendo hoje um dos principais focos representativos da luta pela terra no Pontal do Paranapanema. (VALENCIANO, 2001).

O município de Teodoro Sampaio foi o local no qual nos debruçamos para compreender a dinâmica de atuação das organizações de mulheres. Primeiro, porque, como já salientamos, o município encontra-se inserido de forma especial no contexto da luta na região. Está também presente ali a Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços para os Assentados de Reforma Agrária – COCAMP, cujas instalações sempre foram utilizadas para uma série de ações do MST, além de servirem como referência para os assentados e acampados, tanto os do próprio município quanto os da região. Inúmeras reuniões do Coletivo de Gênero foram organizadas na COCAMP, além de encontros e cursos de formação.

A COCAMP foi construída com o objetivo de se tornar a materialização do sistema de cooperativismo amplamente trabalhado no âmbito do MST, em que no processo de (re) dimensionamento da luta política, o cooperativismo, revelou-se como um dos pilares da gestão dos assentamentos rurais, tanto no que tange à viabilização da produção, como na reafirmação da sua luta política e na viabilidade da reforma agrária (RIBAS, 2004). Se tanto o projeto de gestão de assentamentos, quanto o próprio funcionamento das unidades de processamento da COCAMP viessem a se tornar realidade, a COCAMP representaria um ícone da luta e das estratégias de viabilização do projeto político-ideológico do MST para a região do Pontal. Contudo, os projetos não passaram desse plano, logo, inviabilizaram-se todos esses ideais. O que temos atualmente é um projeto falido esvaído entre paredes, máquinas e implementos. Ou seja, há apenas o que sobrou desse plano.

1.3. A Organização das Trabalhadoras Sem Terra: O Coletivo de Gênero e a Omaqesp

Partimos da existência de organizações de mulheres rurais sem terra na região do Pontal para tecer algumas considerações sobre as diferentes formas de implementação e ação de ambas, as quais surgiram de mobilizações, que envolviam inicialmente homens e mulheres com demandas, *a priori*, semelhantes. Contudo, no decorrer do processo de luta pela terra, seus contextos e histórias foram-se tornando distintos e resultaram em características organizacionais, metas e estratégias significativamente diferentes.

O Coletivo de Gênero do MST é um dos segmentos do MST, tendo sido forjado a partir de 1995; é composto por mulheres, e registra atualmente, a participação e a ligação com mulheres assentadas e acampadas em, praticamente, todos os assentamentos e acampamentos da região do Pontal. Apresenta um grupo minoritário de militantes que são representantes municipais, cujo número varia constantemente. O leque de demandas e ações desse grupo variou. Ele evoluiu consideravelmente, partindo de reivindicações iniciais, desde liberdade aos presos políticos do MST até direitos extensivos às mulheres no que tange: à saúde, aos direitos trabalhistas, à violência doméstica, à representação das mulheres nas instâncias organizativas do movimento e fora dele, entre outros.

Já a Omaquesp está disposta em cinco regionais no Estado de São Paulo, das quais o Pontal do Paranapanema é uma dessas regionais. É uma organização muito recente, cujo projeto embrionário data de 2001; no entanto, já coleciona muitas transformações internas, que posteriormente serão tratadas com o devido rigor. Nasceu a partir de iniciativas e estímulos do ITESP, tornando-se uma forma organizacional estimulada para garantir incremento de renda familiar, a princípio, a partir de projetos forjados com esse intuito.

Esses projetos têm focado, primeiramente, a implantação de pequenas áreas de cultivo nas áreas de reserva dentro dos assentamentos, seguido da colheita e comercialização desses produtos, convertendo-se, na sequência, em uma renda extra para a família. Outra iniciativa desse grupo é promover a execução de cursos de formação, em parceria com entidades do governo e algumas Ong's feministas³.

O objetivo principal de estabelecer uma linha de análise entre essas duas organizações é compreender as diferentes estratégias executadas pelos grupos, com base em todo o histórico de origem e estruturação das mesmas, nas quais as linhas de atuação ficarão mais claras.

As formas pelas quais as mulheres dessas duas organizações optaram por trabalhar são determinadas pela história específica de formação de ambos os grupos e o contexto político em que surgiram. Assim, pretendemos apresentar as diferentes influências organizacionais, políticas etc., em ambos os casos, que deram margem à formação de grupos com distintas características e especificidades.

As mulheres ligadas ao Coletivo de Gênero do MST possuem uma estratégia de desafiar os papéis tradicionalmente identificados como sendo de mulheres, tentando construir novos espaços de socialização e participação política, além de questionar outros

³ Podemos destacar o trabalho realizado em parceria com Sempre-Viva Organização Feminista – SOF.

assuntos que envolvem a classe trabalhadora na qual estão inseridas, como a criminalização de lideranças, lutas por melhores condições de moradia, saúde, educação etc.

A Omaquesp optou por trabalhar no âmbito social, não abordando de forma pontual a condição da precarização e expropriação da classe na qual estão inseridas as mulheres. Uma outra característica que podemos vislumbrar com muita clareza tanto pelas atividades que desenvolvem, como pelo próprio conteúdo de seu Estatuto⁴, é o repúdio a qualquer manifestação de cunho contestador contra o Estado e demais Instituições e/ou órgãos diretamente ligados à questão agrária. Manifestações e ações públicas não fazem parte das atividades da Omaquesp. Essa organização optou por manter um canal aberto de interlocução não conflitiva com tais instituições.

Uma apreciação mais cuidadosa dessas organizações aponta algumas diferenças centrais entre elas: O Coletivo de Gênero tem a sua gênese dentro de um movimento de oposição, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), (este, por sua vez, mantém vínculos com grupos de iniciativas populares que compartilham um enfoque ideológico que privilegia de um lado 1) o confronto com o Estado e os grupos representantes da elite ruralista, os latifundiários, os opressores dos trabalhadores rurais, os quais manifestam as formas de expropriação e exploração dos mesmos; e, por outro o lado, 2), a organização da classe trabalhadora. Já a Omaquesp não fundamenta suas ações em oposição ao Estado ou qualquer uma de suas instâncias de representação. Suas lideranças alinharam-se ao ITESP, inicialmente, visando, com essa relação, a estabelecer um canal de interlocução obter os recursos públicos e fomentos necessários para desenvolver seus trabalhos, implantar projetos e viabilizar suas atividades.

Aliás, foi esse financiamento que sustentou vários projetos e o próprio funcionamento do grupo desde a sua constituição até o período de crise vivenciado na região do Pontal, onde a regional da Omaquesp optou por se desligar da organização, evento recente, porém muito instigante. O desligamento da regional do Pontal é revelador de uma série de conflitos que se deram no âmbito dessa organização e servem para compreendermos de que forma está solidificada a base do grupo, tanto do ponto de vista organizativo quanto das aspirações político-ideológicas que permeiam sua luta.

Do ponto de vista das ligações com outras entidades, podemos notar que as militantes do Coletivo têm estabelecido contatos consistentes e significativos com outros grupos ou movimentos de objetivos similares como a MMTR; o que se confunde com a

⁴ Para saber mais sobre o Estatuto da Omaquesp, ver Anexo 2.

própria história de organização do MST, de abrangência nacional. Também, tem trabalhado com cursos de formação, visando à transformação dos papéis opressivos pela construção de novas relações de gênero.

As mulheres da Omaquesp, como já salientamos, mantêm contatos com instâncias do governo, e algumas Ong's feministas. O reconhecimento da importância da luta desenvolvida pela MMC em âmbito nacional também faz com que a Omaquesp mantenha contatos e organize um espaço de participação para esse Movimento que teve presença garantida nos Encontros Estaduais.

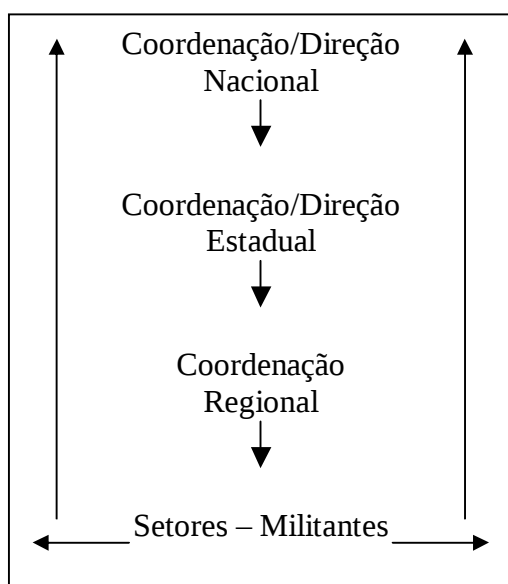
Desde o seu surgimento até hoje, as lideranças que representam o Coletivo de Gênero foram relativamente marginalizadas ou tiveram os seus trabalhos subestimados dentro da organização maior. Muito embora a participação da mulher na Luta pela Terra seja uma das metas priorizadas pelo movimento como um todo, são inúmeros os depoimentos de militantes, tanto homens quanto mulheres, que reconhecem esse problema, existente no cerne da luta, como um obstáculo, a ser gradativamente trabalhado, futuramente rompido e, por consequência excluída. Aprendendo com essa experiência, o Coletivo luta por uma estrutura de funcionamento e inserção da mulher que garanta sua atividade dentro dos mais diferentes setores do MST, inclusive na participação de cargos de liderança de maior visibilidade.

A Omaquesp optou por se efetivar com base numa forma hierarquizada de estruturação do grupo, ou seja, pautada numa rede de distribuição de tarefas hierarquicamente subordinadas entre si. Isso, mais tarde, deu margem a uma exclusão no interior da própria organização, e, posteriormente, a uma fragmentação interna seguida por crise entre as lideranças. As dissidências internas foram os reflexos mais diretos do problema, sendo que os resultados dessa crise foi o rompimento da regional Pontal do restante do Estado e os rumores de surgimento e implementação de um novo grupo independente na região.

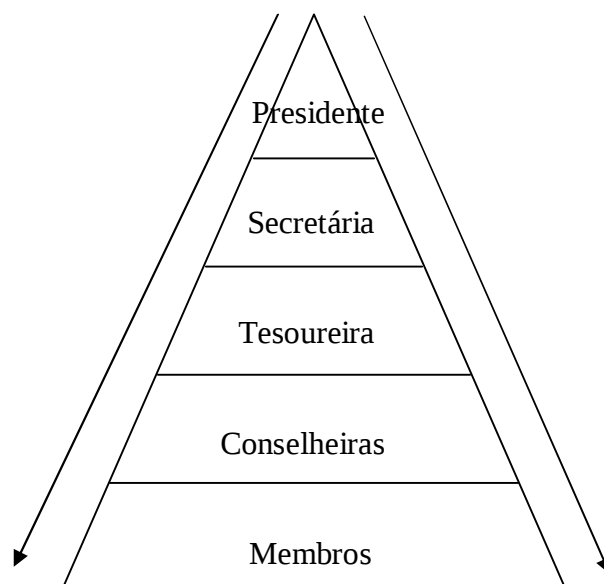
Com o objetivo de compreender melhor essa relação de hierarquias e distribuição de tarefas, papéis, cargos etc., montamos dois quadros, dispostos na seqüência. Eles ilustram as diferenças existentes entre os grupos com relação a esse aspecto. Temos dois esquemas de distribuição de cargos: o primeiro (A) ilustra a organização do MST, em que existem as coordenações distribuídas por ordem territorial. Há também as representações nacionais, estaduais e regionais, fechando com as representações dos setores e a militância que na verdade, essas representações estão dentro das outras divisões. Não existe uma hierarquia definida por poderes, mas um esquema que permite à base constituída pelos setores atuar, e até mesmo organizar, representar, deliberar dentro dos grupos de direção. Essas deliberações partem da base para o topo e vice-versa. Existe uma fluência entre um e outro. Já

o esquema da Omaquesp (B) é organizado hierarquicamente, distribuindo poderes que estão definidos de acordo com o papel a ser desempenhado. As deliberações partem da direção para a base, sempre nesse sentido.

A)



B)



Para refletirmos mais profundamente e, ao mesmo tempo, deixarmos mais clara as colocações acima presentes, é necessário um resgate de como se forjaram ambas as organizações: os principais objetivos, as dinâmicas e a estruturação. Essa experiência, proporcionada sobretudo nos momentos de atividades de campo, foi fundamental e imprescindível para um estudo minucioso sobre cada grupo, com destaque para sua origem, organização, atuações, lutas, conquistas, desafios e limites.

1.4.- O Gênero no MST

Assim como as outras formas de organização do MST, dentre as quais temos setores, coletivos, comissões, direções, instâncias, que organizam e atendem a várias demandas dentro do movimento (educação, produção, saúde, comunicação, formação, frente de massa, gênero etc.), aqui nada se formou como um projeto pré-elaborado. As bases surgiram de acordo com as demandas e necessidades que foram aparecendo no decorrer do

processo de luta nos mais diversos lugares. Nada ocorre da mesma forma, pelo mesmo processo, em diferentes lugares.

A discussão de gênero dentro do MST, ou seja, a reflexão sobre o que é construído socialmente sobre os sexos, originando, dessa forma, os papéis específicos de homens e mulheres, e as relações de poder oriundas desse processo, surgiu como uma preocupação que despontou dentro da organização, já que a participação das mulheres nos cargos de direção e demais atividades era reduzida e o preconceito contra as mulheres alvos da formação conservadora em termos de costumes e cultura, era muito visível. Dessa forma, sentiu-se a necessidade de introduzir esta discussão, com a finalidade de promover uma transformação nas relações de gênero, ou seja, a construção de relações mais igualitárias de participação e valores, bem como ainda dar margem a uma maior vinculação da mulher às ações promovidas pelo MST e a sua própria inserção na estrutura organizativa.

Como podemos notar, na fala, introduzida logo em seguida, há uma resistência muito grande dentro do MST com relação às discussões de gênero, consideradas às vezes uma “perda de tempo”, ou assunto secundário dentro da pauta de discussões levadas a cabo pelo MST. No entanto, é possível detectar os avanços que desdobraram da introdução dessa discussão, tais como os Coletivos de Gênero, fruto da introdução dessa contenda, organizados dentro dos Estados e articulados em nível regional:

Um dos marcos que considero como sendo o principal no início da implantação da discussão de gênero no movimento, foi o Encontro Estadual de Companheiros e Companheiras do MST, ocorrido em 1995, onde os militantes foram chamados a discutir as questões de gênero, porque suas mulheres não participavam das discussões etc. Foi muito difícil realizar esse encontro, encontramos muita resistência, e essa foi a primeira vez que aceitaram discutir gênero, que era visto como uma perda de tempo, ou questão secundária. Mas ele acabou acontecendo e despertou um problema que existia, chamou a atenção para essa questão e, a partir daí ela começou a ser discutida. Foi uma espécie de embrião do gênero, e a partir desse marco, as discussões foram fluindo naturalmente em vários pontos do país, nos Estados, dentro das regionais etc. A formação dos coletivos de gênero trouxe a tona essa discussão, esse problema, apesar de não termos avançado muito, mas já se discute. É um começo. Uma coisa interessante foi depois disso, quando veio a soma de gênero e classe, pois os dois andam junto, ambos são relações de poder. E essa questão do poder é histórica. Aos poucos o MST foi crescendo e na sua grandeza, foi crescendo também a necessidade de se discutir mais e mais assuntos, de abordar e trabalhar com problemas que surgiam. E o gênero é um problema, é mais um no rol dos problemas que o MST discute.

(Militante do MST, integrante da Direção Estadual e Direção da COCAMP, assentado no Assentamento Che Guevara em Mirante do Paranapanema)

Segundo Fernandes (2000, p. 38), a primeira manifestação de organização das mulheres, surgiu no 1º Congresso do MST, no qual:

As mulheres compuseram a organização e iniciaram os trabalhos para a formação da Comissão Nacional das Mulheres do MST. Em março de 1986, conquistaram o direito de receberem lotes na implantação dos assentamentos, sem a condição de serem dependentes de pais ou irmãos. Nesse período, nos Estados, as mulheres sem-terra organizaram encontros para reflexão e avaliação das formas de participação na luta.

Além de estarem presentes em diversos encontros nacionais e estaduais de mulheres, participando das diversas esferas organizativas do MST como os setores e instâncias, criou-se o “Coletivo Nacional das Mulheres do MST”, como mais uma atividade de organização do movimento e um espaço para debate sobre as ações das mulheres na luta pela terra e as relações sociais envolvidas nesse processo. O nosso desafio é entender como o Coletivo de Mulheres, posteriormente chamado Coletivo de Gênero, veio a se efetivar na região do Pontal.

1.4.1.- A Origem e Resistência do Coletivo de Gênero na Região do Pontal

O período de 1997 a 1999 foi marcado por uma atuação destacada por parte das mulheres integrantes do MST. No decorrer dessa fase, alguns fatos relevantes ocorreram e culminaram na formação de um *Coletivo de Mulheres* – o que mais tarde passaria a ser o Coletivo de Gênero –, no âmbito do Pontal do Paranapanema. Como mencionamos anteriormente, a origem dessas formas de organização do MST assume características específicas que configuram a realidade de um dado lugar, organizando-se territorialmente de acordo com as demandas assumidas. A respeito da primeira forma de organização do Coletivo de Gênero, que foi a formação de um coletivo só de mulheres, existiu, mesmo com a mudança para Coletivo de Gênero – o que sugere além dessa discussão a participação de homens na composição do grupo –, uma resistência por parte dos homens do movimento, que ainda consideram o coletivo como espaço de formação único e exclusivo de mulheres. Esse era o objetivo da mudança para Coletivo de Gênero: introduzir as discussões acerca do papel da mulher na organização, e inserir também os homens nas atividades, além de fazer um trabalho de conscientização para ambos os gêneros. O que não se efetivou na prática. Isso é sintomático da reafirmação das separações e demarcações espaciais dentro da organização, bem como do estabelecimento das funções para as quais estão voltadas as atividades

desenvolvidas pelas mulheres militantes. Internamente, a resposta para essa realidade se anuncia na necessidade de implementar o grupo, as ações e as discussões a serem desenvolvidas pelo Coletivo de Gênero. Mas, apesar da resistência, as mulheres do Coletivo de Gênero seguiram realizando seus trabalhos e, a partir de algumas ações de notada relevância e destaque, o trabalho do grupo foi, ao longo do tempo, ganhando mais expressão. Existem assim algumas atividades organizadas pelo grupo que consolidaram o Coletivo, e são essas atividades que vamos descrever na sequência.

Uma militante do movimento e integrante do Setor de Saúde e Gênero foi vítima de um tiro em um dos confrontos entre sem-terra e jagunços durante a ocupação da Fazenda São Domingos, em 23 de fevereiro de 1997⁵. Em novembro de 1997, outra liderança que era uma das principais dirigentes do movimento é presa e encaminhada para a cadeia feminina de Presidente Bernardes. Nesse período de ascensão das manifestações, ocupações e resistências do MST, um grupo de militantes organizou um ato no dia internacional das mulheres, em 1997, em protesto contra a violência desencadeada em relação às lideranças do movimento. Participaram da manifestação aproximadamente 150 mulheres de assentamentos e acampamentos da região. Além de promover a manifestação, um grupo constituído apenas por mulheres, no ano anterior, organizou uma ocupação na Fazenda São Domingos, a mesma Fazenda onde uma de suas principais lideranças foi alvejada por um tiro. Essa seria a primeira mobilização de grande repercussão organizada e praticada pelo Coletivo. Foi a primeira ocupação de terras realizada apenas por mulheres na região. Eram 200 mulheres protestando contra a prisão de uma liderança pertencente ao grupo.

Diante desse quadro de represálias envolvendo as mulheres e a organização de forma geral, o MST, na figura de muitas militantes, sentiu, portanto, a necessidade de criar um grupo de mulheres e de organizar um espaço amplo para discussão e formação das militantes. O grupo ficou mais fortalecido quando em 1999, aproximadamente 500 mulheres ocuparam o Fórum de Pirapozinho. Existiam na época cerca de 10 militantes presos e um número considerável de processos em andamento nesse Fórum. As mulheres do Movimento Sem Terra se reuniram e decidiram fazer uma marcha para exigir uma audiência com o Juiz de direito. Mesmo contanto com a resistência do Juiz, foram atendidas. Os resultados dessa ação e outras surtiram efeitos positivos pouco tempo depois, garantiu-se também respaldo e

⁵ A Fazenda São Domingos é até hoje uma das áreas disputadas por fazendeiros e sem terras. As ocupações que se deram no local foram inúmeras, com confrontos de toda ordem. Para visualizar a localização da área ver Figura 02.

consideração para o grupo dentro da organização. Esse foi um dos marcos para a articulação do Coletivo de Gênero na regional do Pontal.

No início, esse grupo era composto apenas por algumas militantes. Foi no decorrer das ações e dos resultados positivos surgidos que se sentiu a necessidade de articular essas mulheres e trazer novas militantes para, mais tarde, formar uma instância em que se pudesse discutir, estudar, formar politicamente e desenvolver ações programadas. As primeiras militantes a iniciar o processo de formação do Coletivo de Gênero no Pontal permanecem até hoje desenvolvendo e organizando outras mulheres. Com o tempo, novas mulheres foram se integrando ao grupo e buscando representação em todos os assentamentos cuja origem fosse a luta do Movimento Sem Terra. De acordo com a agenda histórica de lutas das mulheres do Coletivo de Gênero, os principais fatos ligados à história de constituição do Coletivo na região, indicam a atuação das mulheres, os principais conflitos e as grandes vitórias ocorridas.

Agenda Histórica de Luta das Mulheres Sem Terra do MST - Pontal do Paranapanema

1996

- (27) Fevereiro: Diolinda Alves, liderança do MST é presa e encaminhada para a cadeia de Álvares Machado, onde inicia greve de fome.
- (08) Março: Ocupação da Fazenda São Domingos, participação de 200 mulheres em protesto contra a prisão de Diolinda.
- (13) Março: A militante Diolinda é solta.
- Maio: Debate de comemoração do dia das mães no Acampamento Taquaruçu, em Sandovalina.
- (28) Julho: O Jornal *O Imparcial* publica a seguinte reportagem “Entre sem-terra, mulheres rompem com a submissão” (destaque para a iniciativa de participação de mulheres em atividades do MST).
- (25) Agosto: Ato de mulheres sem-terra reúne 700 participantes, numa caminhada de 8 Km (Saída do acampamento Santa Rita), terminando com uma concentração em Teodoro Sampaio. O objetivo: denunciar o quadro de tensão que se instalou no Pontal.
- (27) Setembro: Cerca de 80 mulheres bloqueiam agência do Banco do Brasil em Teodoro Sampaio em protesto contra a demora na liberação de créditos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf.
- (01) Outubro: Cerca de 50 mulheres voltam a bloquear Banco do Brasil em Teodoro Sampaio, em protesto contra a demora na liberação do financiamento para o plantio da chamada safra de verão. (Recurso do Pronaf).
- (02) Novembro: Ocupação da Fazenda Santa Irene.
- (05) Novembro: A militante Edna Torreane sofre ferimentos ao tentar escapar de tiroteio na Fazenda Santa Irene. Durante mais de duas horas os funcionários da fazenda atiraram nos trabalhadores rurais sem-terra.

1997

- Janeiro: “Marcha das panelas vazias” do acampamento Santa Rita de Sandovalina até a cidade de Teodoro Sampaio.
- Janeiro: Entrega de flores para jagunços por mulheres e crianças na fazenda Santa Rita.
- (23) Fevereiro: Conflito da São Domingos em Sandovalina deixa oito feridos dentre eles, a militante Miriam de Oliveira é baleada no peito durante a ocupação.
- Setembro: Seminário Estadual do Coletivo de Mulheres no Convento de Santo Anastácio.
- A militante Diolinda Alves é presa no Carandiru – São Paulo.

1998

- Seminário de plantas medicinais e curso de formação na sede do Assentamento São Bento, em Mirante do Paranapanema.
- (28) Agosto: Ocupação do Banco do Brasil pelas mulheres sem terra na cidade de Teodoro Sampaio.

1999

- (08) Março: Mobilização das mulheres no Fórum de Pirapozinho contra a perseguição do Delegado de Sandovalina e Juiz de Pirapozinho.

2000

- Seminário de plantas medicinais na Gleba XV de Novembro, em Rosana.
- Março: Acampamento Nacional de Mulheres em Brasília.
- Participação no Encontro Estadual de Mulheres Assentadas, em Promissão.

2001

- Participação no Encontro Estadual de Mulheres Assentadas na cidade de Araraquara.

2002

- Março: Acampamento Estadual de Mulheres, em São Paulo
- (06 a 15) Junho: Acampamento de mulheres no Fórum de Teodoro Sampaio
- Participação das mulheres no Encontro Estadual de Mulheres Assentadas (Euclides)

2003

- (11) Setembro: Diolinda Alves, militante e liderança do MST, é presa em Piquerobi.
- (16) Setembro: Participação no Encontro Regional de Mulheres Assentadas (Presidente Venceslau)
- (17) Setembro: Marcha das Mulheres pela Paz, Reforma Agrária e Justiça, desde o aeroporto até Presidente Prudente, finalizando com o ato político na catedral São Sebastião.
- Participação no Encontro Estadual de Mulheres Assentadas (Araras)
- (28 e 29) Setembro: I Encontro Regional de Mulheres Assentadas e Acampadas do Pontal, com a participação de aproximadamente 200 mulheres. (Teodoro Sampaio)

2004

- (08 e 09) Março: Acampamento de Mulheres no prédio do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) em Presidente Prudente.

Fonte: Coletivo de Gênero do MST; Nera – Núcleo de Estudos de Reforma Agrária; Trabalho de Campo, 2004.
Org.: Renata Cristiane Valenciano, 2004.

Depois de ter explicitado a agenda história de luta na qual destacamos os principais fatos que envolveram a organização do Coletivo, passamos, no quadro que segue, a ilustrar as diferentes formas e denominações que o Coletivo assumiu no decorrer de sua existência, tendo como marcos históricos algumas das principais ações organizadas e implementadas pelo grupo.

Quadro 01: Evolução do Coletivo de Gênero do MST – Pontal do Paranapanema



O quadro acima ilustra de forma clara todo o caminho percorrido pelo grupo da região do Pontal, as suas idas e vindas, as diferentes marcas, os significados e denominações. Recorreremos a este quadro explicativo novamente no decorrer do texto. Assim, antecipamos aqui todo o percurso pelo qual o Coletivo de Gênero passou, desde sua gênese até hoje: de um grupo de mulheres a Coletivo de Gênero; depois, para Setor; e, novamente, volta a ser Coletivo. Isso denota muito mais do que simples mudanças de nomes; externa uma série de implicações que irão incidir sobre sua organização interna, sua articulação com outros setores, a própria organização do MST, os principais entraves, dificuldades etc.

Com base nessas informações, elaboramos um quadro no qual podemos compreender todo o contexto de luta do grupo, destacando para isso a conjuntura em que se desenvolveram, os fatos propriamente ditos e a repercussão deles, com base nas ações que se desdobraram.

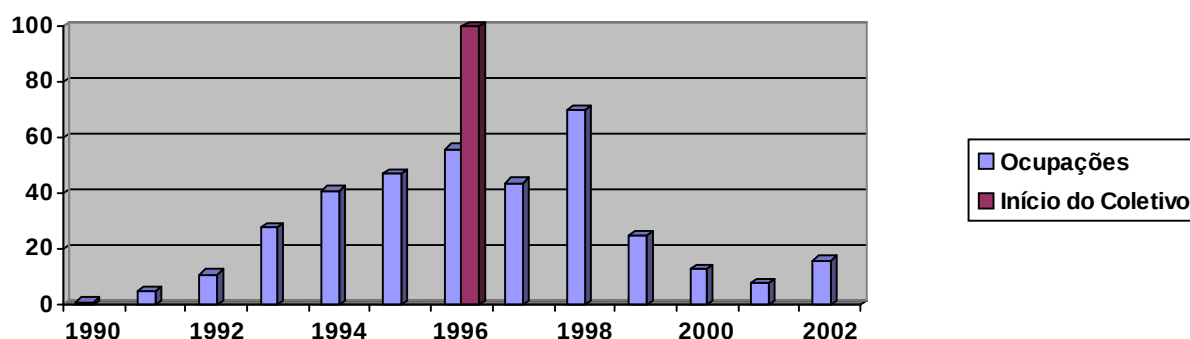
Quadro 2: Conjuntura regional e o desenvolvimento do Coletivo de Gênero no Pontal

COLETIVO DE GÊNERO PONTAL	Período	CONTEXTO DE LUTA REGIONAL	FATOS	AÇÕES
	1990 a 1994	O MST inicia suas atividades de organização dos trabalhadores no Pontal. As formas de repressão para tais ações são embates diretos com fazendeiros e policiais.	Existe um movimento de ações ascendente, sobretudo ocupações de terras.	Aumento considerável de participação das mulheres nessas ações, o que dá a base para o surgimento ou gestação da idéia de compor o Coletivo de Gênero no Pontal. Contudo, o que temos inicialmente é um a formação de um grupo de mulheres, ainda não articulado.
	1995 a 1999	As ocupações continuam crescendo a cada ano, contudo, o processo de criminalização do Movimento ganha novas qualificações.	A prisão de integrantes e/ou lideranças na região.	As mulheres se organizam em torno de atos de contestação e repúdio à perseguição de militantes: caminhadas, ocupações de prédios públicos etc. O Coletivo de Gênero se estabelece e o grupo já organizado trata assuntos e temas voltados para à mulher.
	2000 a 2004	Haverá uma diminuição de determinadas práticas até então observadas. A desmobilização sentida por conta da perseguição de lideranças e as suas respectivas prisões a tiram de cena e dão margem para um recuo considerável de ações.	Diminuição observada nos atos de ocupações. As prisões repetidas de líderes que respondem por atos cometidos no início da década de 1990.	Muito mais do que ações, as mulheres do Coletivo se mobilizam em torno da participação ou elaboração de seminários e encontros, ressaltando os momentos de estudo e formação. Contudo, existe, ainda que esporadicamente, atos pela liberdade dos presos e pela rapidez no processo de julgamento das áreas destinadas à formação dos assentamentos. Em 2002 o Coletivo de Gênero passa a ser Setor de Gênero, voltando à condição inicial de Coletivo em 2003.

Org.: Renata Cristiane Valenciano, 2003.

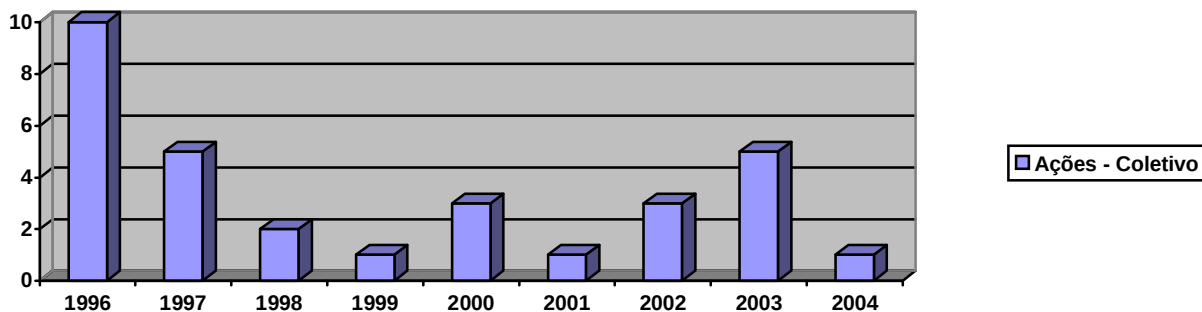
Na sequência, apresentamos os gráficos 1 e 2 nos quais procuramos fazer um paralelo entre a atuação do atual Coletivo de Gênero no Pontal do Paranapanema e uma das principais estratégias de luta do MST: as ocupações. Com isso, aproximamos as duas lutas e podemos perceber a consonância entre elas, sobretudo no período de 1996 em diante. Apesar de os gráficos fazerem referência a períodos diferentes (1º. 1990 a 2002; 2º. 1996 a 2004), os apresentamos dessa forma com o intuito de: a) com base na informação do primeiro gráfico que traz justamente a evolução do MST na região, destacar o período que precedeu e forneceu as condições para que em 1996 se estabelecesse o Coletivo de Mulheres; b) apesar de não possuímos os dados referentes às ocupações de terra até o ano de 2004, acreditamos ser extremamente relevante considerar o referido período para o Coletivo já que este informa a condição de organização e ação do mesmo, elementos fundamentais para a pesquisa em apreço.

GRÁFICO 1: PONTAL DO PARANAPANEMA - OCUPAÇÕES (1990 - 2002)



Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2003.

GRÁFICO 2: PONTAL DO PARANAPANEMA - AÇÕES DO COLETIVO (1996 - 2004)



Fonte: Coletivo de Gênero do MST – Pontal do Paranapanema, 2004.

Questões como violência contra a mulher, discriminação, dentre outros assuntos, eram predominantes entre as pautas de discussões deste grupo. Dessa forma, os primeiros objetivos colocados para o coletivo que nascia era trabalhar a educação, a saúde e a formação da mulher⁶. Por isso, esse grupo ficou, em grande medida, vinculado às mulheres e organizado apenas por elas. Como podemos concluir, a primeira manifestação deste grupo se deu em torno da organização de um coletivo, formado única e exclusivamente por mulheres.

O atual Coletivo de Gênero, inicialmente denominado Coletivo de Mulheres passou por um período de transição como pudemos notar no Quadro 1. Nesse período muitas questões foram levantadas e estudadas. As mulheres sentiram a necessidade de ampliar os objetivos para os quais o coletivo foi criado, dentre eles, a formação política e a inserção de um número cada vez maior de mulheres nas ações a serem promovidas pelo grupo. Nessas ações, as questões de fundo extrapolariam as discussões sobre a condição da mulher e retomariam assuntos ligados à organização dos trabalhadores.

A luta pela terra, é uma luta da família, do homem, da mulher e da criança. A idéia do fortalecimento do MST, como uma ferramenta da classe trabalhadora na luta contra o capital, o latifúndio, incorporou também a idéia de que é preciso envolver mulheres e homens, construir internamente no Movimento novas relações de gênero. Um dos objetivos de transformação da sociedade colocados pelo MST é construir uma sociedade solidária, com justiça social, capaz de garantir vida digna a toda a população. Essa transformação radical só seria possível pela neutralização das bases ideológicas de sustentação da sociedade capitalista; entre elas, a desigualdade nas relações de gênero. Dentre os objetivos gerais do Movimento Sem Terra, existe um direcionado especificamente para este fim: “Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher”.

Dentro do movimento, é impossível acreditar que não existam desigualdades de gênero, já que este é formado por indivíduos que possuem valores, qualificações e práticas disseminadas ao longo dos tempos. Por meio das lutas e das diversas formas de conscientização, a militância busca ter saltos de consciência, rompendo com a ideologia dominante. A idéia mais interessante aparece quando a proposta do Coletivo de Gênero não prioriza a luta pela igualdade de gêneros em detrimento da luta de classes. Essas duas lutas não aparecem separadamente. Podemos concluir tal fato tendo em conta as pautas de discussão das reuniões promovidas pelo Coletivo de Gênero. Ali São abordados diversos

⁶ Existe internamente ao Coletivo de Gênero a produção de cartilhas, livros e textos que abordam desde a saúde, educação, até a formação política das mulheres. É um material que é distribuído às militantes em cursos e momentos de estudos.

assuntos que priorizam questões específicas e dirigidas às mulheres, assim como assuntos amplos e dirigidos às ações da organização dos trabalhadores de forma geral.

A partir dessa concepção, entendemos que as mulheres do MST procuram construir uma consciência de classe, com compromisso com a classe trabalhadora, a fim de que tenham condições iguais para militar e dirigir o movimento, como sujeitos e não apenas “objeto da história”. Romper com a consciência social burguesa, como podemos notar na passagem de um texto produzido pelo Coletivo de Gênero apresentado na sequência, significa não somente quebra e constituição de novos valores culturais; implica também, a emancipação da classe trabalhadora:

Entendemos que é fundamental no processo de luta, mobilização e organização popular ir discutindo e criando condições reais para que se estabeleçam novas relações de gênero, garantindo as condições objetivas e subjetivas para que se gere o novo homem e a nova mulher. Nesse sentido, concordamos com Bogo quando afirma que a questão de gênero deve ser trabalhada no contexto da revolução cultural, uma vez que alterar o padrão de gênero significa romper com valores, princípios, comportamentos, enfim com a “consciência social” burguesa⁷.

1.5. Omaquesp – Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo

1.5.1. – Origem, Organização e Lutas

É de fundamental importância fazer algumas referências à adição de novos elementos que foram lançados no exercício da pesquisa em seu decorrer. A princípio, uma das organizações de mulheres que seriam referenciadas para análise seria o Coletivo de Gênero do MST. Ao longo do estudo, deparamo-nos com a existência de outras organizações, como é o caso da Omaquesp, caracterizada pela formação e composição apenas de mulheres assentadas e quilombolas (descendentes de áreas de quilombos existentes no Estado de São Paulo, situadas próxima ao litoral, portanto, inexistentes na região do Pontal) e que vem desenvolvendo uma série de atividades não só na região do Pontal, mas em todo o Estado de São Paulo. Importante salientar que essa organização esteve ligada ao ITESP, o qual sempre compareceu dando apoio e fomentando cursos, encontros. Debruçarmo-nos sobre mais essa

⁷ “Refletindo sobre as Relações de Gênero e/no MST”, texto produzido pelo Coletivo de Gênero Nacional, (mimeo), Anexo 3.

forma de organização das mulheres trabalhadoras sem terra, que hoje se apresenta em nossa região, tornou-se, a partir de então, mais um de nossos objetivos.

Os grupos de mulheres, assim como a mobilização deles, não são fatos recentes. Desde 1986 esses grupos já se organizavam e desenvolviam uma série de ações que iam desde a luta pela terra em si, constituindo o processo de ocupação, até a reivindicação por melhorias e demais necessidades que despontariam no pós-assentamento das famílias. Até então eram grupos pontuais, espalhados pelos assentamentos no Estado. Uma das primeiras manifestações desses grupos surgiu no período de 1993 a 1997, quando as mulheres organizadas lutaram para sanar as dificuldades econômicas e de transporte nos assentamentos do Estado de São Paulo. Mas as lutas anteriores mantiveram vivos os grupos e as iniciativas das mulheres dentro dos assentamentos, com o anseio de conquistar o desenvolvimento econômico e de promover a plena integração na vida sócio-econômica e político-cultural, tanto de suas integrantes quanto de suas comunidades⁸:

As próprias mulheres começaram a ver as dificuldades nos assentamentos e começaram a se reunir. Sempre que uma liderança desses grupos vinha, corríamos atrás, indo até as prefeituras etc. A partir de então começaram a realizar os encontros de mulheres, onde se encontravam com mulheres de outros assentamentos e elas perceberam que os problemas enfrentados eram quase sempre os mesmos. Então surgiu a idéia e a vontade de se organizar no nível de Estado.

(Vice-presidente da Omaquesp, assentada no Assentamento Ribeirão Bonito em Teodoro Sampaio)

O ITESP favoreceu a coordenação dos grupos de mulheres nos assentamentos, até porque estes estavam prontos antes mesmo da chegada do Instituto. A colaboração do órgão veio no sentido de apoiar e fomentar alguns aspectos como o deslocamento de uma cidade para outra, de assentamento para assentamento, a articulação das mulheres, enfim, o transporte; além da organização de cursos e do desenvolvimento de projetos dentro dos assentamentos. Foi a partir de então que o ideal de autonomia despertou a atenção dos grupos.

Somente em fevereiro de 2002, é que a Omaquesp veio a se constituir numa Organização legalizada⁹, com base nas e vividas desde o ano de 1986. A organização já

⁸ Todas as informações referentes à fundação e seus fins, ver Dos Objetivos e Finalidades Capítulo I do Estatuto da Organização Estadual de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo, Anexo 2

⁹ Para saber mais detalhes, ver Omaquesp – Estatutos, em Anexo 2.

contava com grupos de mulheres em diversos assentamentos, nos municípios de Sumaré, Promissão e na região do Pontal do Paranapanema. Os primeiros objetivos traçados, discutidos e levados adiante pela organização foram:

- reconhecimento da profissão de agricultora;
- salário maternidade para as produtoras rurais;
- aposentadoria aos 55 anos, para as mulheres, e 60, para os homens;
- acesso à terra para as mulheres.

Essa organização também mantém vínculo com a MMTR (Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais), hoje Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

Em 1998 foi realizado o 1º Encontro Estadual das Mulheres Assentadas, ocorrido em Castilho – SP, no qual o apoio do ITESP se deu integralmente. Esse primeiro encontro contou com a presença de 80 mulheres. Em 1999, o 2º Encontro se realizou no município de Rosana, região do Pontal. O objetivo principal, debatido nos encontros, era como ampliar os recursos e influir na política do ITESP para que a discussão acerca das questões do universo feminino fosse realmente introduzida nos assentamentos de Reforma Agrária.

A partir dessas iniciativas, a organização ganhou o apoio governamental para a construção de fábricas de doces, fábrica de costura, horticultura etc., com a finalidade de investir em projetos para aumentar a renda das famílias. No ano de 2000, foi realizado o 3º Encontro, em Promissão, contando com a presença de 350 mulheres participantes. Dessa vez, o destaque foi para a participação das quilombolas da região do Vale do Ribeira. Ainda debatendo questões como produção e crédito para a agricultura familiar, cresceram as referências e o acúmulo em temas específicos como saúde, educação, previdência. Nesse encontro, discutiu-se exaustivamente a autonomia da organização das mulheres.

Em 2001, foi realizado o 4º Encontro Estadual, em Araraquara, com a presença de 450 mulheres e, ainda, a participação de algumas das organizações que atuam no campo. Esse Encontro destacou-se pela discussão sobre saúde, educação e produção. Foram realizados debates sobre questão ambiental e demarcação das terras dos quilombos. Foram eleitas as 26 representantes das 13 regionais do Estado. O esquema de representação seguiu a mesma estrutura de divisão dos escritórios do ITESP, distribuídos pelo Estado de São Paulo.

Percebe-se que os Encontros Estaduais aconteceram em sistema de alternância, ou seja, privilegiando num primeiro momento a região da Alta Paulista (cujos municípios sede de encontros foram Promissão, Araras e região de Andradina) e, na sequência, o Pontal.

Por deliberação da Comissão Estadual, na reunião realizada nos dias 26 e 27 de fevereiro de 2002, com assessoria da Ordem dos Advogados do Brasil – Mulher (OAB-MULHER), Centro de Pesquisa e Estudo Agrário – CPEA, e o apoio do ITESP, definiu-se sobre a Omaquesp, com elaboração do estatuto e realização de todos os procedimentos necessários para a sua fundação.

A diretriz da organização é promover, em todos os níveis, a defesa e a proteção dos direitos e interesses das mulheres em sua comunidade, visando à eliminação das discriminações, promovendo o bem-estar e a integração das mulheres na vida socioeconômica, política e cultural. Por meio de estudos temáticos, do incentivo à educação e à formação, o intuito é elevar a auto-estima e o nível intelectual de intervenção das mulheres assentadas e quilombolas em sua comunidade, município etc.

As mulheres que hoje integram a Omaquesp vêm de experiências distintas no que tange ao envolvimento com outras organizações e manifestações de luta, seja pela terra, seja pela moradia. Muitas delas passaram pela organização e mobilização de acampamentos, ocupações, isto é, estavam ligadas anteriormente a outras frentes de luta, da qual podemos destacar no Pontal, o MST, do qual grande parte da população atualmente assentada fez ou ainda faz parte. Assim, a experiência com lutas, segundo algumas integrantes da Omaquesp, facilitou o envolvimento das mesmas em torno dessa organização.

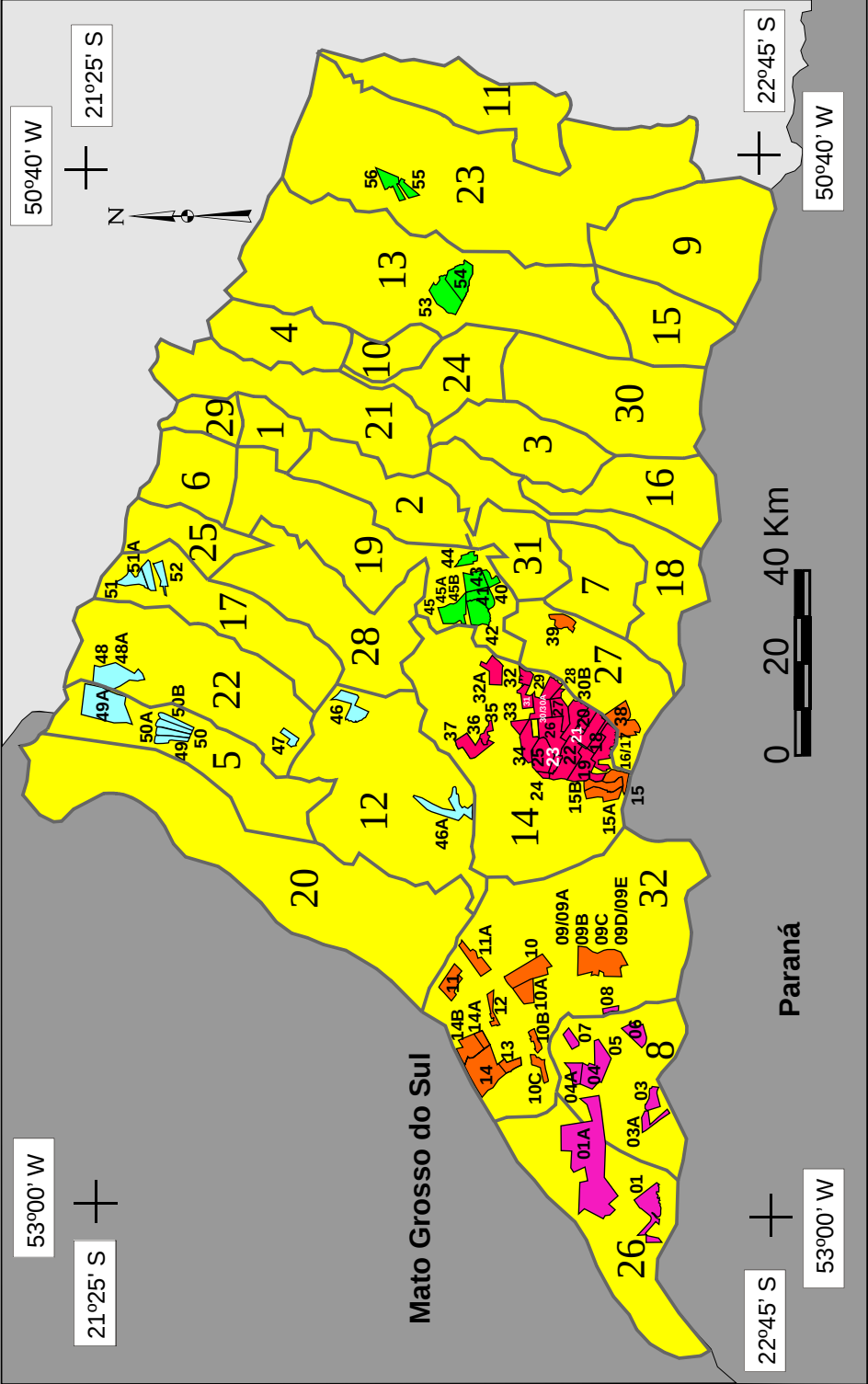
A cada encontro estadual realizado pelas mulheres assentadas e quilombolas do Estado, o número das participantes foi aumentando de tal modo, que um dos problemas notados foi a falta de infra-estrutura capaz de suportar o número de mulheres interessadas em participar desses eventos. A intervenção do ITESP foi fundamental para a consolidação dos encontros e dos contatos entre as mulheres das várias regiões do Estado, proporcionando e subsidiando os espaços para as reuniões e articulação das participantes que, vindas de vários assentamentos, poderiam nesses momentos discutir e debater sobre os problemas que afetavam o seu cotidiano, como produção, família, saúde, filhos etc. Além disso, o ITESP apostou na capacidade de mobilização e articulação das mulheres para encaminhar uma série de projetos que poderiam ser desenvolvidos dentro dos seus espaços de vivência. Apesar de ser fundada oficialmente em 2002, o grupo de mulheres que compõem a Omaquesp já contava

com um esquema de organização territorial que lhes permitia desenvolver suas atividades. Esse modelo de divisão de trabalho seguia o mesmo esquema de divisão regional do ITESP.

Mais tarde surgiu, no Encontro Estadual de Araraquara, a idéia de formar uma comissão de mulheres, que contaria com uma representante em cada região. Essas representantes seriam em nível regional e municipal, correspondendo com a área de atuação do Grupo Técnico de Campo¹⁰ - GTC. O ITESP dividiu a região do Pontal em cinco GTC's, sendo que a cada GTC corresponderia um escritório da instituição. Os escritórios localizam-se, então, nos municípios de Teodoro Sampaio, Presidente Bernardes, Mirante do Paranapanema, Presidente Venceslau e Primavera. Esses grupos não atendem a divisões municipais. Dessa forma, ao GTC de Teodoro Sampaio corresponde uma área de atuação que abrange a totalidade dos assentamentos do município de Teodoro, dois assentamentos de Sandovalina e três, de Mirante do Paranapanema. A forma de gestão territorial corresponde à proximidade com a sede de cada escritório do ITESP, como podemos visualizar na Figura 3.

Portanto, cada GTC reuniria um número de representantes de acordo com os seus respectivos assentamentos. Essa forma de organização e representação da organização das mulheres subordinada ao modelo de divisão territorial do ITESP passou a ser questionada. Segundo as mulheres, essa divisão trouxe algumas dificuldades para a articulação da organização, sobretudo quando se trata de dirigir reivindicações junto às Prefeituras, onde os limites municipais influenciam muito na tomada de decisão ou ajuda para o grupo de mulheres. A proposta de uma nova forma de divisão da organização das mulheres com base na divisão municipal, e não mais na divisão dos GTC's, foi sendo, então, construída. A idéia de transformar o grupo de mulheres, que já se encontrava articulado em nível de Estado, em uma organização surgiu quando essas mulheres começaram a entrar em contato com alguns órgãos, sobretudo do governo, para reivindicar melhorias. Segundo as mulheres, o grupo, a sua origem, a sua representação sempre foi questionada. Surgiu, assim, a necessidade de legalizar o grupo, pela criação de um estatuto, com o intuito de ganhar mais credibilidade.

¹⁰ Os GTC's são divisões territoriais utilizadas pelo ITESP para definir a área de abrangência e atuação dos seus escritórios. Essa divisão não corresponde aos limites municipais, mas abrange as áreas de assentamentos mais próximas a cada escritório. No município de Teodoro Sampaio existe um escritório do ITESP, o qual possui um GTC que abrange, além dos assentamentos deste município, outros assentamentos dos municípios de Mirante do Paranapanema e Sandovalina.



Fonte: NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária Desenhista: Anderson Antonio da Silva, 2003 Organização: Renata Cristiane Valenciano, 2004

Identificação dos Municípios

01 - Alfredo Marcondes

02 - Álvares Machado

03 - Anhunas

04 - Caiabu

05 - Caiuá

06 - Emilianópolis

07 - Estrela do Norte

08 - Euclides da Cunha Paulista

09 - Iepê

10 - Indiana

11 - João Ramalho

12 - Marabá Paulista

13 - Martinópolis

14 - Mirante do Paranapanema

15 - Nantes

16 - Naranhã

17 - Piquerobi

Localização no Estado de São Paulo

Legenda

Limite Estadual

Limite Municipal

Municípios do Pontal do Paranapanema

GTC de Presidente Bernardes

GTC de Presidente Venceslau

GTC de Euclides da Cunha e Rosana

GTC de Teodoro Sampaio

GTC de Mirante do Paranapanema

Sede de Município

ÁREA DE ATUAÇÃO DOS GTC's DO ITESP NO PONTAL DO PARANAPANEMA	
ASSENTAMENTOS	01 - Nova do Pontal 01A - Gleba XV de Novembro 02 - Bonanza 03 - Santa Rita do Pontal 03A - Porto Lefícia 04 - Santa Rosa 05 - Rancho Grande 06 - Rancho Alto 07 - Tucano 08 - Corrego Azul 09 - Santa Rita da Serra 09A - Sto. Ant.dos Coqueiros 09B - Vale Verde 09C - Haldéia 09D - Cachoeiro do Estreito 09E - Santa Vitória 10 - Santa Zelía 10A - Santa Edwírges 10B - Alcídia da Gata 10C - Sta. Terezinha da Alcídia 11 - Recanto do Porto X 11A - Sta Terez da Água Sumida 12 - Água Branca I 13 - Santa Cruz da Alcídia 14 - São Pedro da Alcídia 14A - Vô Tonico 14B - Laudenor de Souza 15 - Che Guevara (Sta. Clara) 15A - Paulo Freire 15B - Antônio Conselheiro 16 - Canaã 16 - Canaã 17 - King Meat 18 - Santana 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 27 - Santa Cruz 28 - Washington Luiz 29 - Flôr Roxa 30 - Lua Nova 30A - Santa Rosa I 30B - Santa Antônio I 31 - Santa Cristina 32 - Santa Lúcia 32A - Santa Isabel I 33 - Novo Horizonte 34 - Vale dos Sonhos 35 - Pontal Sta. Rosa 2 36 - Santo Antônio 37 - Santa Carmem 38 - Bom Pastor 39 - Guarany 40 - Quatro Irmãs 41 - Palu 42 - Rodeio 43 - Florestan Fernandes 44 - Santo Antônio II 45 - Água Limpa I 45A - Água Limpa II 45B - Santa Eudóxia 46 - Santo Antônio 46A - N. Senhora Aparecida 47 - Santa Maria 48 - Primavera I 48A - Primavera II 49 - Vista Alegre 49A - Maturí 50 - Santa Rita 50A - Santa Angelina

APOIO FINANCEIRO	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
INSTITUIÇÃO	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JULIO DE MESQUITA FILHO"
FIGURA: 03	PÁGINA: 56

No encontro em Promissão surgiu a idéia de legalização do grupo, mas foi somente em Araraquara, durante o IV Encontro, que a Omaquesp veio a se consolidar.



Figura 4: IV Encontro Estadual de Mulheres Assentadas e Quilombolas -Araraquara

As dinâmicas são partes integrantes do Encontro de Mulheres, momentos em que por meio de uma apresentação ou interação com as demais participantes, são passadas mensagens a partir de leituras, cânticos etc. Podemos notar, nessa dinâmica, a utilização de símbolos. Nesse caso, uma colcha de retalhos que ilustra a união de mulheres vindas de diferentes lugares, portanto diferentes culturas e representando distintas organizações, mas cuja união significa o fortalecimento das trabalhadoras rurais em torno de objetivos comuns.

Fonte: Trabalho de campo em equipe, 2001.



Figura 5: IV Encontro Estadual de Mulheres Assentadas e Quilombolas - Araraquara

Observamos todo o conjunto das participantes durante uma palestra no encontro. Ao fundo, vemos a faixa com o símbolo do ITESP, principal fomentador do evento, e uma outra faixa que representa o grupo de Teodoro Sampaio, presente também no evento.

Fonte: Trabalho de campo em equipe, 2001.

Foram eleitas as representantes das regionais do Estado, totalizando 33 mulheres. Existe em todo o Estado de São Paulo um total de 13 GTC's, somando assim 13 representações regionais, as quais possuem três membros em cada uma. Como existem regionais que não possuem esses três membros (o que equivaleria a um total de 39 representantes), há apenas 33 mulheres nas representações regionais.

A articulação das mulheres não se limita somente àquelas que já tiveram uma experiência em algum movimento social. Independentemente dessa participação, a organização entende que toda mulher trabalhadora do campo deve ser chamada a integrar-se e participar. Dessa forma, as mulheres se organizam em grupos e realizam visitas aos assentamentos, onde, por meio de reuniões, divulgam os trabalhos da organização com o intuito de chamar outras mulheres para participarem. O ITESP realiza reuniões periodicamente em todos os assentamentos para tratar dos mais variados assuntos.

Mas essa parceria não se restringe somente a isso. O GTC de Teodoro Sampaio desenvolveu alguns trabalhos dirigidos especificamente para as mulheres assentadas. São oferecidos alguns cursos e oficinas das quais podemos destacar o curso de educação continuada, que seria realizado regulamente por meio de oficinas sediadas em Teodoro Sampaio, e que já conta com um local cedido pela prefeitura, embora não tenha sido efetivado. O deslocamento das assentadas seria, inicialmente, providenciado pelo instituto. O curso seria dirigido às mulheres que, nos grupos criados dentro de cada assentamento, se destacassem pelo seu dinamismo ou implicação nas propostas dirigidas pelo ITESP. As oficinas inseridas no curso são: Oficina de gênero e liderança; Oficina de Planejamento participativo; Oficina de diagnóstico e negociação; Oficina sobre associacionismo e estatutos; Oficina de elaboração de projetos comunitários.

Existem ainda em andamento os Projetos Agroflorestais¹¹, dos quais podemos destacar duas experiências. Uma delas deu-se no município de Teodoro Sampaio, no assentamento Madre Cristina, onde são cultivados 6 ha. A outra fica no assentamento Che Guevara, no município de Mirante do Paranapanema, onde é cultivada uma área de 1 ha (Figuras 6 e 7). O objetivo é incrementar a renda familiar por meio da comercialização dos produtos cultivados nessas áreas, onde as mulheres são as responsáveis pelo plantio, cuidado, colheita e a posterior venda dos produtos.

¹¹ Esses projetos agroflorestais se constituem na tomada de áreas de reserva para fazer o reflorestamento e, em consórcio, desenvolver o cultivo de culturas como: mandioca, milho, batata-doce e ainda algumas árvores frutíferas como a acerola, manga, jaca etc.



Figura 6: Assentamento Madre Cristina – Área de Reserva Cultivada pelas Mulheres da Omaquesp

Podemos observar na figura a área preparada para o plantio de mandioca, localizada em uma área de reserva. Todo o trabalho realizado até então contou com a participação de aproximadamente quatro mulheres, todas assentadas no Assentamento Madre Cristina. Contudo, a área já apresenta problemas com relação à conservação das mudas, pois não é cercada e existe a circulação de animais por toda a extensão da reserva.

Fonte: Trabalho de Campo em Equipe, 2002.



Figura 7: Assentamento Che Guevara – Área de Reserva Cultivada pelas Mulheres da Omaquesp

É utilizado o mesmo tipo de espaço para plantio observado na figura anterior. Podemos visualizar o projeto localizado no Assentamento Che Guevara. Esse projeto encontra-se no mesmo estágio de desenvolvimento do anterior. A diferença é que este conta com mais variedade de mudas de espécies frutíferas, embora não esteja visível na imagem, pois se trata de mudas muito pequenas. Para este projeto ser desenvolvido, foi necessário a participação de 3 mulheres inicialmente.

Fonte: Trabalho de Campo em Equipe, 2002

Um outro projeto a ser desenvolvido é o da horta comunitária. Esse projeto ainda está em fase de negociação e a previsão é de que seja implantado no assentamento Santa Terezinha de Água Sumida.

A idéia da organização é trabalhar com parcerias que estão sendo buscadas com o INCRA e com a CESP, com relação a essa última há a previsão de doação de dois carros para auxiliar na mobilidade das mulheres. Outro objetivo traçado, e que veio a se concretizar em parte, foi a construção da Sede da Omaqesp em Araras, sendo que a subsede, que deveria ser construída em Teodoro Sampaio, não se efetivou devido a problemas de organização, rompimentos internos etc. A idéia era construir um local onde pudessem ser desenvolvidos, além dos trabalhos e reuniões da organização, espaços para a produção de artesanato, cozinha, enfim, uma casa de apoio à mulher.

Essas mulheres traçaram ainda, como linha de atuação do grupo, o trabalho de formação e conscientização das integrantes. Esse trabalho teria o intuito de fazer fluir, nas mulheres, a sua autovalorização, seja com relação à sua profissão de trabalhadora rural, seja como mulher que luta por uma vida melhor para sua família. Além disso, todos os projetos desenvolvidos nos assentamentos dirigidos para as mulheres buscam, em certa medida, o incremento da renda familiar:

Porque não adianta você ter consciência e não ter uma casa onde morar. Somente a consciência não vale para nada. As mulheres têm que batalhar para conseguir tudo o que precisam nos assentamentos como se estivessem na cidade.

(Vice-Presidente da Omaqesp)

São mantidos contatos com várias organizações. Dentre tais organizações são feministas, como a SOF (Sempre-Viva Organização Feminista), a qual proporciona alguns cursos de formação para as mulheres da Omaqesp. O curso acontece na própria sede da SOF, em São Paulo. Algumas pautas de discussão do curso referem-se a questões de saúde da mulher, preparação para negociar, sexualidade etc. O objetivo da participação das representantes nesses cursos seria o de retornar aos assentamentos e por meio de reuniões e assembléias, transmitir os conhecimentos adquiridos. Essas experiências têm sido concretizadas sem o apoio direto do ITESP, já que, com a Omaqesp, o Instituto tem colabora por meio de parcerias.

Existe, em andamento, um projeto voltado para a educação, vinculado a EUCAFRO (Educação Comunitária para Negros e Afrodescendentes), segundo o qual haverá a formação de grupos de estudos que utilizarão materiais e apostilas doadas.

Em linhas gerais podemos, notar que as preocupações, projetos e demais assuntos discutidos pelas mulheres nos levam a concluir que os objetivos delas estão voltados para o incremento da renda familiar, financiamento, infra-estrutura para o assentamento, educação, saúde, lazer etc.

Ao analisarmos todo o processo de formação e organização dos grupos de mulheres presentes no Pontal, o Coletivo de Gênero e a Omaquesp, pudemos apreender as diferentes marcas que deram origem aos mesmos e às diferentes formas de organização, atuação e objetivos para os quais ambas estão voltadas, sobretudo quanto ao desvendamento das diferenças entre as duas organizações.

Buscaremos desenvolver, no próximo capítulo, as dinâmicas e lutas que expressam os grupos, pautadas nas principais transformações e contradições que deram margem a uma série de rearranjos, tanto do ponto de vista organizacional quanto territorial, das organizações no Pontal. A reestruturação interna do Coletivo de Gênero e as clivagens e dissidências que marcaram a Omaquesp nos fornecerão elementos para compreendermos o movimento contínuo que delineia o universo da organização dos trabalhadores a partir do processo de luta pela terra.

CAPÍTULO II

O COLETIVO DE GÊNERO E A OMAQUESP LUTAS E DINÂMICA TERRITORIAL



“Eu penso que neste momento é muito mais importante lutar pela libertação de nosso povo junto com o homem. Não é que eu aceite o machismo, não. Eu considero o machismo também uma arma do imperialismo, assim como o é o feminismo. Portanto, considero que o fundamental não é uma luta entre sexos; é uma luta de casais. E, ao falar de casais, falo também dos filhos, dos netos, que tem que se integrar, na sua condição de classe, à luta pela libertação”.

Domitila Chungara, 1978.

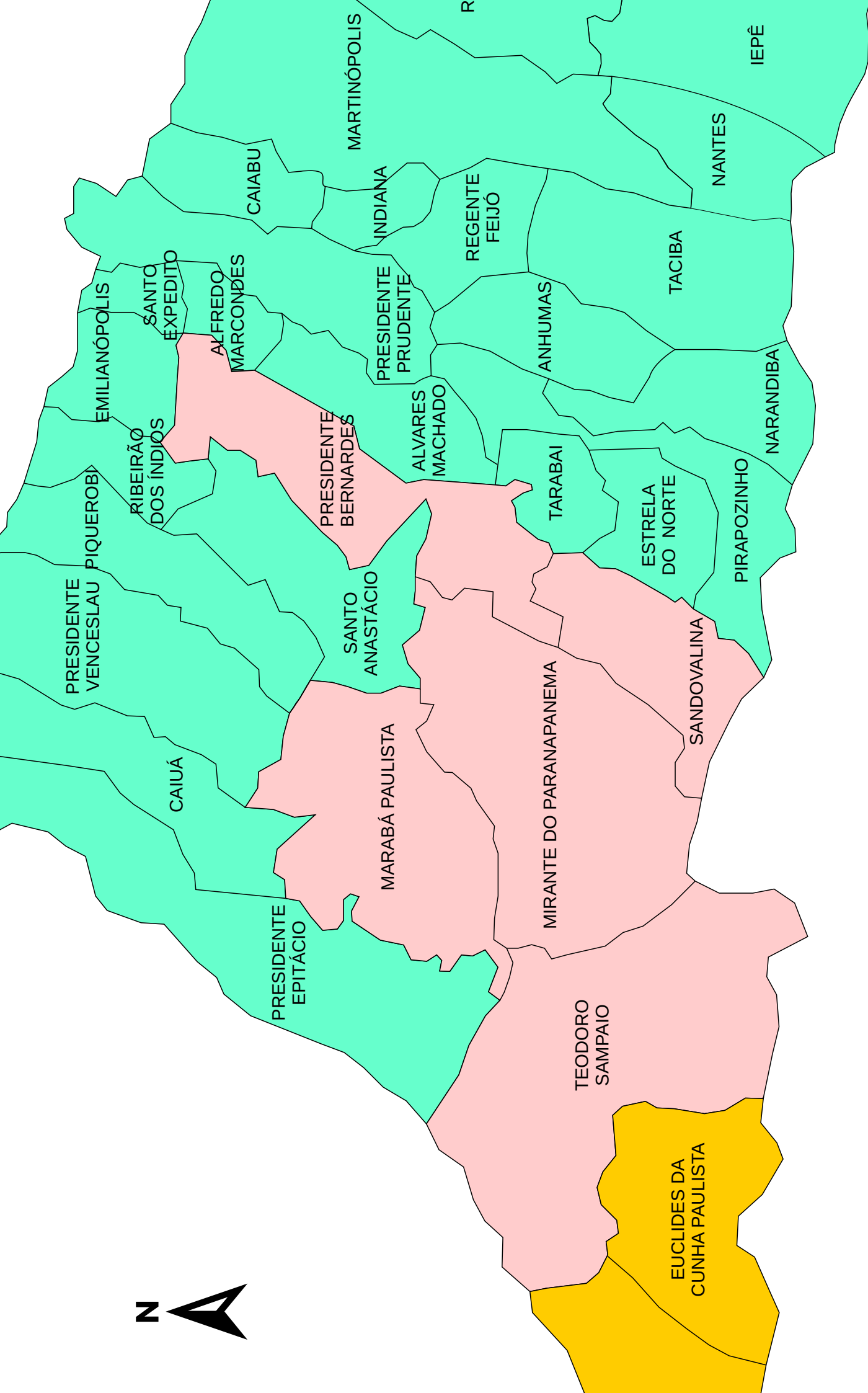
2.1. Dinâmica e Organização do Coletivo de Gênero no Pontal

A partir de um grupo de mulheres militantes, o Coletivo se estendeu por todo Pontal. Atualmente, há pelo menos uma representante do Coletivo em cada assentamento e/ou acampamento, vinculado ao MST. Existe ainda uma representante estadual. A regional do Pontal, uma das maiores do Estado de São Paulo, está dividida em três micro-regiões, como podemos observar na Figura 8. Cada núcleo regional¹², bem como os municípios que compõem cada um deles, possui as militantes que são representantes e que por sua vez estão à frente da organização de trabalhos e atividades.

As linhas de atuação do Coletivo, discutidas em reuniões, contam com a participação de mulheres militantes integrantes do Coletivo de Gênero distribuídas nas três micro-regionais. O grupo ainda possui representantes homens, embora a participação deles seja muito pequena.

No princípio de sua organização, o grupo contava com o envolvimento de aproximadamente 70 mulheres, espalhadas por toda a regional do Pontal. Suas reuniões eram realizadas quinzenalmente, amparadas por um esquema que lhes permitia realizar cursos de formação. Essas reuniões aconteciam na Secretaria Regional do Movimento ou na COCAMP. Os acampamentos também foram objetos da realização desses encontros.

¹² Os núcleos regionais são delimitações que obedecem aos limites municipais, aglomerando um determinado número de municípios em cada um deles. Essa é uma divisão elaborada e utilizada pelo MST para fins de organização. Dessa forma, as atividades, trabalhos e ações, que venham a ser realizadas pelo movimento, ficam divididas para os militantes que atuam nas regionais, uma espécie de divisão de trabalho. Assim, são estabelecidos os vínculos e ligações da militância com a sua respectiva regional. Geralmente esses militantes possuem residência fixa na regional da qual fazem parte e desempenham a militância nos assentamentos e acampamentos existentes nos respectivos municípios.



Como já foi salientado anteriormente, em cada assentamento cuja origem tenha sido a luta desencadeada pelo MST, existe pelo menos uma mulher que integra o Coletivo de Gênero, desenvolve os trabalhos e leva as discussões para dentro do seu respectivo assentamento. Assim, com base em informações de integrantes do Coletivo de Gênero, pudemos fazer um levantamento de quais assentamentos, no município de Teodoro Sampaio, contavam com representação e participação de militantes ligadas ao Coletivo. Essas informações encontram-se dispostas na Figura 9.

Do total de assentamentos existentes atualmente no Pontal do Paranapanema, há uma participação relativamente alta de mulheres inseridas no Coletivo de Gênero. No entanto, por conta da falta de informações precisas, não é possível apontar, no momento, quais são esses assentamentos dentro da regional do Pontal. Podemos indicar, porém, uma *estimativa* de participação, baseada nas entrevistas dirigidas a militantes do Coletivo de Gênero da região, nas quais temos que 81% do total de assentamentos possuem pelo menos uma representante do Coletivo de Gênero, restando, portanto 19% dos assentamentos sem representação.

Nesses momentos de encontros e reuniões, as mulheres discutem assuntos que perpassam a Luta pela Terra, a reforma agrária, a emancipação dos trabalhadores, etc. De acordo com as pautas das reuniões¹³, podemos detectar alguns dos principais assuntos discutidos pelo Coletivo de Gênero no decorrer desses últimos anos: a) a construção de hortas medicinais dentro dos assentamentos; b) a implantação e organização dos Projetos de Saúde Familiar - PSF's; c) o lançamento e conseqüente utilização de material para cursos e palestras como cartilhas sobre saúde e defumação de carnes; d) a organização de ações e manifestações específicas das mulheres e ações gerais da organização dos trabalhadores, como Encontro Estadual das Assentadas e Acampadas, Encontro Regional do MST e a organização para mobilização das mulheres, etc.

Sempre que é necessário decidir alguma coisa ou organizar determinada ação, as mulheres são convocadas para as reuniões, de forma que não existe uma relação de datas pré-estabelecidas para os encontros e reuniões. As decisões estão ancoradas na deficiência de algo, na eleição de algum problema em discussão. Daí são tiradas as linhas de atuação do Coletivo.

¹³ Para saber mais sobre as questões discutidas nas reuniões ver Anexo 4.

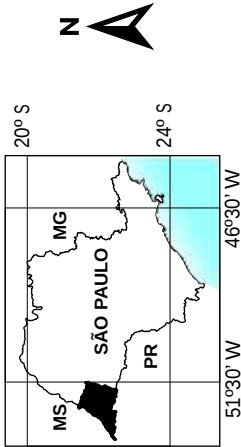
ATUAÇÃO DO COLETIVO
DE GÊNERO NOS ASSENTAMENTOS
DO MUNICÍPIO DE TEODORO SAMPAIO/SP

CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

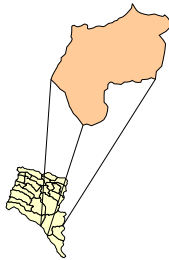
- Divisa municipal
- Área dos assentamentos
- Estrada sem pavimentação
- Estrada pavimentada
- Ferrovia
- Área urbana
- Corpos d'água

LEGENDA

- Assentamentos com representantes no coletivo de gênero
- Assentamentos sem representantes no coletivo de gênero
- Área de assentamento



LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TEODORO
SAMPAIO NO EXTREMO OESTE PAULISTA



ESCALA GRÁFICA



Fonte: Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio
Base Cartográfica: Carta Base do Setor de Obras e Engenharia, 2000
Organização: Renata Cristiane Valenciano, 2004

APOIO FINANCEIRO

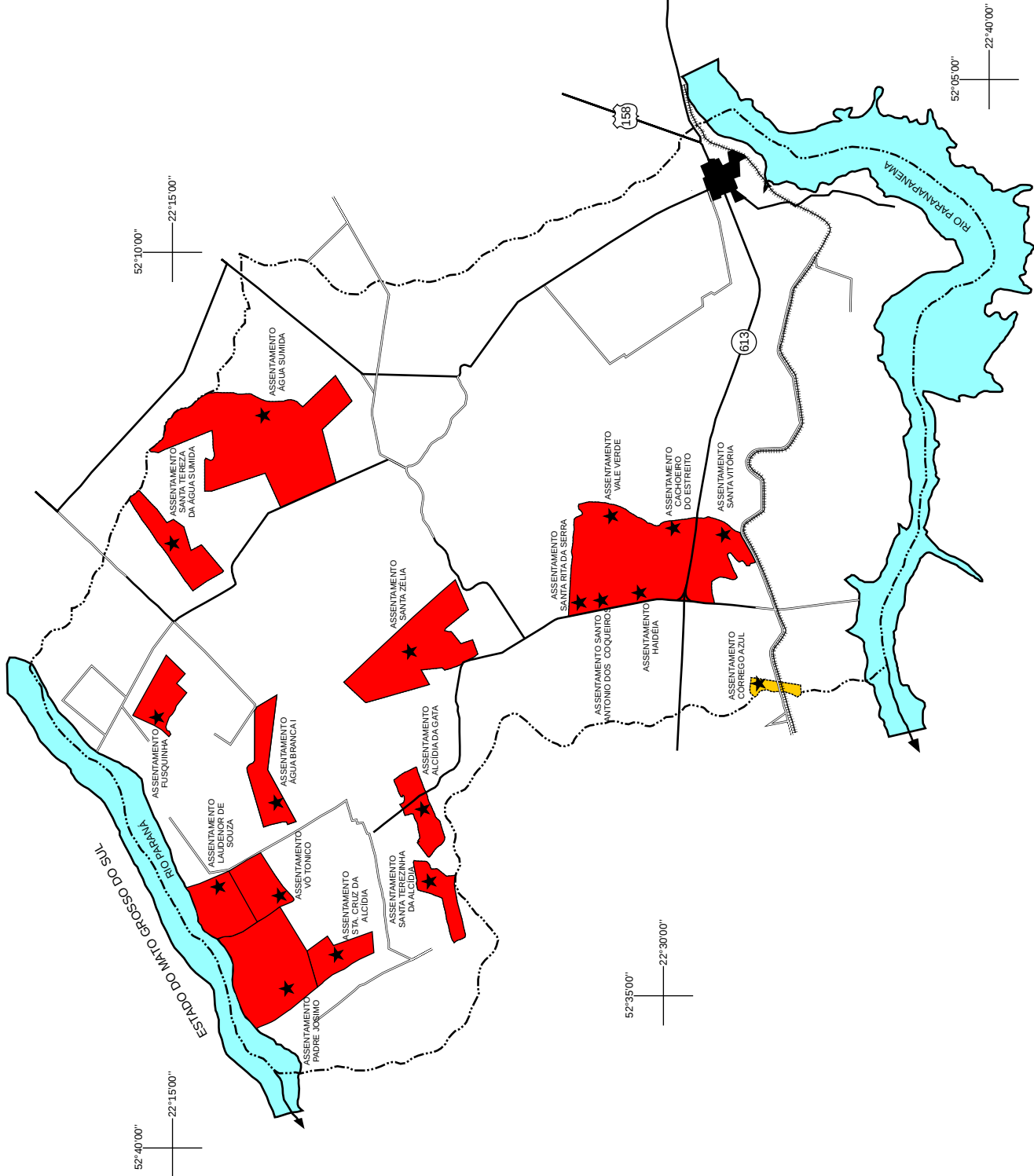


INSTITUIÇÃO



FIGURA: 09

PÁGINA: 66



Mas as ações promovidas pelo Coletivo de Gênero não se resumem apenas a momentos de estudos e formação política das militantes ou a realização de ações como passeatas, mobilizações, ocupações, etc. Esses trabalhos se estendem aos territórios em que temos materializado um dos resultados da Luta pela Terra: os assentamentos. Alguns desses trabalhos, como mencionamos acima, é a aplicação de cursos para os assentados como o plantio de mudas medicinais e a sua manipulação para a produção de medicamentos caseiros, defumação de carnes, hortas comunitárias, viveiros de mudas de árvores, etc. Esses projetos foram pensados e idealizados dentro do Coletivo de Gênero e de outros Setores como o da Saúde e Educação. Porém, tais projetos, em parte, não tiveram aplicação ou sequência satisfatória. A falta de recursos seria uma das explicações para a paralisação dos mesmos, já que a estrutura que possui o movimento não é suficiente para atender a demanda que existe dentro dos assentamentos e acampamentos. Esse problema foi apontado durante entrevistas com algumas militantes no Assentamento Santa Zélia, em Teodoro Sampaio.

O Coletivo de Gênero surgiu como um *espaço de formação e ação das mulheres*. Muitos projetos, para serem aplicados diretamente dentro dos assentamentos visando à educação, à saúde, ao crédito, enfim, ao desenvolvimento material e à formação de consciência, foram discutidos e assinalados por esse grupo de trabalhadoras. Poucos foram os projetos que tiveram aplicação. Mas, desde sua gênese, o caráter informacional (a tentativa de promover a integração das mulheres ao MST, por meio da disseminação das informações, ou seja, manter as militantes informadas, ou *conjunturadas*¹⁴) e de formação política das militantes foi a principal marca desse Coletivo. O objetivo de deixar as militantes *conjunturadas*, informadas foi alcançado e até hoje vigora como um dos objetivos mais marcantes do Coletivo de Gênero.

Organizar, formar e informar as militantes, sempre foi possível e trouxe resultados fundamentais. Os momentos de estudo, as discussões de formação, enfim, a aglutinação das militantes, reforçou, no decorrer dos anos, sua participação e envolvimento na organização. As reuniões que levantavam as dificuldades das mulheres trabalhadoras, as necessidades delas, os embates pessoais, tudo isso foi discutido, além da promoção e organização de inúmeras ações.

Trazer para as mulheres assentadas as notícias do que acontecia em termos de política e de conquistas do movimento, fez nelas a vontade de mudança. Mas o engajamento mais profundo nessa forma de organização, realizada pelas mulheres do MST

¹⁴ Expressão utilizada pelas militantes do Coletivo de Gênero e que tem o sentido de informar.

esbarra numa série de condições que esboçamos acima. O fato de ser mulher coloca desde cedo muitas condições, cercadas por valores, símbolos, rotinas e uma série de elementos pertinentes à construção delas como sujeitos, bem como de seu respectivo papel na sociedade. Dessa forma, o ideário do Coletivo de Gênero não ganhou as pretensas extensões. É nesse sentido que ainda não se avançou nos trabalhos e na realização dos objetivos colocados:

A conquista no futuro é transformar a mulher trabalhadora, para defender a nossa classe. Esse é o maior desafio e será a maior conquista. Nós não conseguimos muitas coisas ainda. Nós simplesmente não queremos elogiar tanto o coletivo porque não existe ainda uma coisa que deveria existir. Existe um grupo que pensa, que discute, um grupo onde estão inseridos militantes que buscam formar mais militantes no futuro. Exatamente transformar nossas bases em guerreiras. E essa transformação sem dúvida, passa por politizar as companheiras. Esse será o nosso grande desafio, não só do coletivo, senão da organização.

(Entrevista realizada com uma das principais lideranças do MST, militante e idealizadora do Coletivo de Gênero no Pontal, assentada no Assentamento Che Guevara em Mirante do Paranapanema).

Assim, diante dos empecilhos colocados para o Coletivo surgiu a idéia de fortalecer esse grupo, criando, de alguma forma, os meios que permitissem viabilizar seus projetos, suas idéias, enfim, criar um canal de participação e reconhecimento de suas ações.

O ano de 2002 trouxe algumas mudanças para a composição dos Coletivos de Gênero do Estado de São Paulo e dos demais estados do país onde o MST está organizado. Foi votada uma proposta no Encontro Nacional do MST, realizado em janeiro de 2002, cujo conteúdo está baseado na mudança de Coletivo de Gênero para Setor de Gênero. A transição de Coletivo para Setor reúne uma série de novas conformações, das quais podemos destacar a maior autonomia e organicidade. Ou seja, há uma nova reestruturação não apenas do Coletivo de Gênero, mas de todas as formas de organização, assim como da própria estrutura do MST. Atualmente as mulheres que compõem o quadro do Coletivo são chamadas de polivalentes, pois contribuem com ações desempenhadas dentro do Coletivo de Gênero e dentro de outros setores como educação, saúde, frente de massa, etc. Essas mulheres estão inseridas em várias instâncias de organização. A mudança para Setor implica uma maior atenção para os trabalhos de gênero, ou seja, uma dedicação mais canalizada nesse sentido, além de uma forma de buscar mais credibilidade para o grupo.

A pauta de reivindicações para o ano de 2002 foi muito extensa, permeada por uma série de ações nas quais se trabalhou, inicialmente, assuntos como pagamento da dívida externa, MERCOSUL, ALCA, dentre outros. As jornadas de luta do MST e do Setor de Gênero ultrapassam o questionamento dessas e outras questões. A estruturação do Setor fez parte da meta colocada pelas mulheres, pois, além de recuperar e ampliar os cursos de formação e organização das mulheres da base, (dos assentamentos e acampamentos), isso poderia proporcionar um momento de rever as linhas de atuação e promover uma nova estrutura de trabalho para o Coletivo e o movimento sem terra de forma geral.

A posição ocupada por tais mulheres no MST mostra que a forma como o mesmo encontra-se estruturado, apesar de ainda estar dominado por valores conservadores, fortalece a participação feminina nos espaços de debate e de formação política. No entanto, mais do que desenvolver um trabalho de militância, essas mulheres estão engajadas nas outras esferas do trabalho, como as atividades domésticas e a lida no campo. Apesar de toda a carga de ocupações, as mulheres estão presentes nas frentes de luta, desempenhando assim a terceira jornada de trabalho.

Esse envolvimento crescente das mulheres revela que já existe uma alteração significativa nas atitudes de homens e mulheres frente a vários preconceitos sexistas, não apenas sobre a mulher, mas também sobre o homem. Essas transformações, no entanto, não atingiram ainda o alcance desejado.

Internamente à organização, foi necessário conjecturar, junto com homens e mulheres, os comportamentos, as atitudes, as crenças, os valores, as normas, as regras, as rotinas e os códigos, criados pela cultura, pela tradição de uma sociedade milenarmente conservadora. O campo e o MST não são imunes a tais transformações; contudo, é necessário implementar estratégias que estimulem e facilitem as transformações inevitáveis. Os Coletivos de Gênero, durante todo o seu processo de estruturação, foram responsáveis pela inserção das questões acerca das relações de gênero no MST, e certamente desencadearam uma discussão que em muito deve avançar. A reestruturação que se iniciou em 2002, ou seja, a formação de um Setor de Gênero, veio com o objetivo de trazer muitas mudanças, as quais poderiam fazer avançar os trabalhos, desenvolver projetos que “desde então” afetem a base e sejam introduzidos dentro dos assentamentos e acampamentos.

2.2.- Conquistas e Desafios

As mulheres vêm escrevendo uma história de mobilização e organização na região do Pontal do Paranapanema desde a metade da década de 90. Elas organizaram ocupações e continuam promovendo inúmeras ações em protesto contra a violência desencadeada sobre as mulheres do movimento e a prisão de vários militantes do MST na região. Atualmente, as mulheres voltam a se organizar da mesma forma em que fizeram na gênese do Coletivo de Gênero, para protestar contra a violência e a prisão de suas lideranças.

Desde o momento em que o Coletivo de Gênero passou a ser considerado um Setor com vistas às reformulações na estrutura orgânica do MST e à atual conjuntura que se apresenta para os trabalhadores sem terra, a experiência de organização do acampamento de mulheres aparece como uma das mais expressivas diante do quadro colocado na região. O acampamento das mulheres do Movimento Sem Terra se deu entre os dias 06 a 15 de junho de 2003, num local próximo ao Fórum de Teodoro Sampaio.



Figura 10: Acampamento de Mulheres, Teodoro. Sampaio – Mulheres e Crianças se preparando para o almoço.

No acampamento, existe uma série de normas e disciplinas organizacionais a serem seguidas pelos integrantes. O almoço preparado para todo o grupo é servido em forma de fila.

Fonte: Trabalho de campo em equipe, 2002.



Figura 11: Acampamento de Mulheres, Teodoro. Sampaio – Rotina de Trabalho da Acampada.

Buscar a água para o preparo da alimentação e demais atividades realizadas no barraco é função realizada, quase na sua totalidade, por mulheres e/ou crianças. A água, quase sempre escassa, é armazenada em galões ou potes carregados por um longo trecho até chegar no barraco.

Fonte: Trabalho de campo em equipe, 2002.

O acampamento contou com a participação de aproximadamente 100 mulheres, vindas dos vários acampamentos e assentamentos da região. Entre os protestos estava a crítica contra a criminalização do MST, a perseguição política desencadeada contra as lideranças do movimento e a reivindicação de liberdade aos militantes presos. Podemos visualizar nas Figuras 12 e 13 o acampamento, as faixas com reivindicações e a mobilização das mulheres e crianças.



Figura 12: Acampamento de Mulheres, Teodoro. Sampaio – Vista parcial.

Podemos visualizar, além do acampamento, as faixas com reivindicações atestadas pelas mulheres. É muito comum encontrar faixas com as mensagens que, na verdade, externam os motivos pelos quais estão protestando, seus objetivos ou palavras de ordem.

Fonte: Trabalho de campo em equipe, 2002.



Figura 13: Acampamento de Mulheres, Teodoro. Sampaio – Um dia no acampamento.

Os momentos de descanso estão intercalados com outras atividades realizadas pelas mulheres, como podemos notar mais ao fundo: um varal com roupas a pouco lavadas e secando ao sol.

Fonte: Trabalho de campo em equipe, 2002.

Esse fato se torna muito relevante para as mulheres da região, visto que é a primeira vez que as mulheres organizam um acampamento no Estado de São Paulo, coordenado então pelo Setor de Gênero. A primeira vez que as mulheres realizaram uma ação semelhante foi no ano de 1999, no Fórum de Pirapozinho. As mulheres se mobilizaram diante do Fórum em protesto contra a prisão de alguns membros da direção regional.

Na região do Pontal do Paranapanema, vem-se desenvolvendo, ao longo desses anos, uma trajetória de luta e resistência permanente por parte do Movimento Sem Terra, que sofre diariamente com as ações repressivas, como prisões, perseguições, despejos, etc. As mulheres têm um papel significativo nessa história, visto que têm desenvolvido uma série de ações, contestando, discutindo e refletindo sobre essa realidade, que nada mais é do que uma expressão da luta de classe. Esse trabalho, ainda embrionário em 1996 e 1997, hoje já é expressivo e dá provas da força que reúne as mulheres militantes.

O movimento não muda a sua estrutura, mas sim as ações que são desenvolvidas como ocupação, caminhada, mobilização das mulheres, etc. São ações que surgem como uma reação diante da situação que se instalou na região. No momento, as investidas do Poder Judiciário, no sentido de reprimir a organização, prendendo militantes, têm desencadeado uma contra-reação do movimento. Esse contra-ataque se exprime nessas ações que hoje são desenvolvidas não só pelas mulheres, embora elas tenham se destacado, mas por toda a organização do movimento sem terra.

Podemos traçar um perfil das represálias, mesmo que superficialmente, que o movimento tem sofrido, desde a sua chegada ao Pontal, no início da década de 1990. A atuação da polícia era intensa, e o contato se dava mais diretamente, com represálias, prisões e despejos. Nesses últimos dois anos, essa perseguição tem se dado de forma muito mais sutil, na qual o poder judiciário tem-se destacado enormemente. A criminalização do MST, de suas principais lideranças, tem sido a nova forma assumida contra o Movimento. O objetivo de tirar as lideranças de ação é enfraquecer, desnortear e desmobilizar os trabalhadores. Nesse sentido, a única saída encontrada pela organização é preservar seus militantes, e dar encaminhamento a ações de contraposição a essa represália. A participação das mulheres tem sido fundamental:

Dentro do movimento não poderia ser diferente. A gente vai construindo a história do MST e dentro do movimento se constrói a história das mulheres, dos homens, das crianças, tudo de acordo com o que vai acontecendo.

(Militante do Setor de Gênero, assentada no Assentamento Paulo Freire, em Mirante do Paranapanema)

O MST tem sofrido muitas perseguições que afetam diretamente alguns militantes e lideranças nos níveis regional e nacional. A esse respeito e como resposta à prisão de uma militante e integrante do Coletivo em setembro de 2003, as mulheres se mobilizaram novamente e organizaram uma marcha na cidade de Presidente Prudente. Foram extremamente criticadas e combatidas por representantes da elite ruralista local. Nas Figuras 14, 15 e 16 temos essas informações noticiadas no Jornal *O Imparcial*¹⁵.



Figura 14: Prisão de Diolinda Alves de Souza – Jornal *O Imparcial*

O Jornal anuncia na primeira página a prisão da liderança Diolinda e enfatiza a condenação de outros membros do MST.

Fonte: Jornal *O Imparcial*, 2003.

¹⁵ O Jornal *O Imparcial* é um veículo de comunicação regional, cujo pertencimento está vinculado a grupos de interesse específico: defesa do domínio latifundista regional. O posicionamento em relação ao Movimento Sem Terra fica claramente expresso nas reportagens que fazem menção a atuação da organização, quando são analisadas mais detidamente. São evidenciadas as falas e fatos que dizem respeito a qualquer representante dessa elite local em detrimento da fala ou colocação de um representante do MST. É uma via de comunicação que emite uma imagem destrutiva do MST. Mais detalhes ver: SOUZA, S. M. R. Trabalho Social, Imprensa e Construção de Sentidos. *Pegada*, v. 3, n. 1, Presidente Prudente, 2002.



Figura 15: Marcha de Mulheres Sem Terra em Protesto Contra a Prisão de Militantes

Essa marcha organizada pelo Coletivo e com a presença massiva de mulheres, a maioria acampadas de toda região, é um ato de repúdio à prisão de líderes do MST e um pedido pela paz. Notamos na reportagem uma menção à situação vivenciada por esses militantes, que converte a criminalização e a mobilização dos trabalhadores a uma questão jurídica.

Fonte: Jornal *O Imparcial*, 2003.

Para contestar essa perseguição, a organização tem apostado na mobilização das bases, o que fortalece internamente seus quadros, ou seja, seus Setores e os mais diversos elementos que eles representam. Dessa forma, a apreciação das atividades desenvolvidas pelas mulheres foi grande dentro do movimento. É a mulher lutando pelo seu espaço, como militante, como mãe e esposa. Por meio dessas ocorrências, as mulheres passam por um processo de formação e politização; começam a entender o que está acontecendo na região e por que acontece.



Figura 16: Contestação e Repúdio à Marcha das Mulheres Sem Terra

O Prefeito da cidade de Presidente Prudente, considerada a cidade pólo da região e que serviu inúmeras vezes de local para manifestações do MST, anuncia enfaticamente a sua repulsa por qualquer ato do movimento, e dá provas de seu autoritarismo excessivo.

Fonte: Trabalho de campo em equipe, 2003.

A mobilização diante do Fórum em Teodoro Sampaio, citada anteriormente, alcançou um dos seus objetivos principais: esclarecer qual a função do poder judiciário diante do quadro que se estabeleceu no Pontal. É a construção da consciência de classe que está sendo desenvolvida ao longo da história de organização das mulheres, as quais estão sendo encaradas como um poder muito proeminente dentro do MST. Elas possuem uma relevante capacidade de mobilização e, desde sua primeira experiência, têm dado exemplos dessa força. As mulheres já fizeram ocupação de terra, de prédios públicos, mobilizações, acampamentos... Todas as ações surgiram como resposta a uma determinada realidade que se impôs para o movimento.

Um elemento que aparece nesse momento e que se torna relevante discutir, é o papel que foi estabelecido para o Setor de Gênero dentro do contexto geral do movimento.

Existem, dentro do movimento em geral, inúmeros Setores que trabalham e desenvolvem ações para sanar os mais diversos problemas e incrementar esses quadros ao mesmo tempo. Setores como educação, saúde, produção, etc. Ou seja, são Setores voltados para programas de incremento da renda familiar, para desenvolver projetos dentro dos assentamentos, etc.

A característica do Setor de Gênero continuou sendo a ação. Dessa forma, podemos dizer que esse grupo de mulheres sempre esteve, desde sua gênese, voltado para a mobilização e ação das mulheres. A formação e ação política foram a marca desse grupo composto pelas mulheres do Movimento Sem Terra.

Essa inclinação das mulheres para as ações é representativa das transformações que estão sofrendo. Transformações que perpassam as relações sociais, desde o núcleo familiar até o interior do próprio movimento. Estão ocorrendo mudanças nas relações de gênero que compõem a vida dessas mulheres; e os frutos desse caminhar despontam em ações políticas que contestam a situação em que se encontra a classe trabalhadora. Mas a grande questão é: até que ponto chegam essas mudanças e como elas têm alterado de fato o cotidiano da luta e da vida desses trabalhadores?

Dessa forma, as relações de gênero não podem ser compreendidas isoladamente, dentro da sociedade, assim como não podemos fazer uma “leitura” desses grupos de mulheres somente pelo viés do gênero. É preciso considerar que uma sociedade encontra-se dividida em classes, e é evidente que nenhuma relação está desvinculada do contexto da luta de classe. Com o intuito de compreender as relações de gênero, é necessário compreender paralelamente, o funcionamento da sociedade, seu metabolismo societário, sua estrutura econômica, as relações de produção, bem como os mecanismos de controle político, jurídico e ideológico. (THOMAZ, JR., 2003a).

O MST, baseado principalmente na organização desses grupos de mulheres, tem como uma de suas principais conquistas, a construção de novas relações de gênero, já que um dos seus princípios é a transformação da sociedade, mais solidária, com justiça social, etc. Essa transformação, segundo o Movimento, é impossível sem acabar com as bases ideológicas de sustentação da sociedade do capital, das quais, uma das facetas é desigualdade nas relações de gênero.

É impossível imaginar que não exista dentro da organização a desigualdade de gênero que está colocada na sociedade. A mesma, também agrega na sua totalidade, relações sociais, por valores, por desvios, práticas, etc. É por meio das lutas, da formação, que

a sua base vem tendo saltos de consciência, com o intuito de romper com essa ideologia, com essa relação de poder.

A mulher não está apenas conquistando seu espaço do ponto de vista de ocupação em cargos de liderança, o que sugere muito mais do que conquistas quantitativas; ela está também desenvolvendo um trabalho em prol da emancipação da classe trabalhadora. Essa mudança de Coletivo de Gênero para Setor trouxe, como objetivo principal, o estabelecimento de uma série de transformações na forma de organização dessas mulheres, internamente ao MST. Tendo como referência a experiência do acampamento de mulheres, isso alavancou os trabalhos, naquele ano (2003), e deu continuidade à forma de organização e ação da Luta pela Terra. Mas não avançou, não rompeu limites, não superou questões que estavam na pauta do dia. Isso refletiu em mais uma das etapas de construção desse grupo, que foi a retomada do funcionamento do Coletivo. Acreditamos que foi um momento muito expressivo diante do contexto de organização das trabalhadoras sem terra, já que entendemos ser este mais um dos fatos que espelham uma dinâmica territorial de funcionamento e de gestão dos grupos de mulheres no Pontal; e não apenas isso, senão que espelha também as verdadeiras faces da realidade vivida por essas militantes, no bojo da organização dos trabalhadores e nos territórios de luta.

2.3 Do Setor ao Coletivo: Avanços e Retrocessos

Sabemos da reestruturação que as organizações sociais, principalmente quando falamos num movimento social de Luta pela Terra como o MST, em face das demandas e necessidades que se colocam, tem de apostar na mudança e na reorganização de seus quadros. Pautados nessa afirmação, é que damos continuidade a nossas colocações sobre as tendências pelas quais esses grupos de mulheres trabalhadoras sem terra vêm tramitando nos últimos anos.

No ano de 2003, surpreendemo-nos com as transições pelas quais o então Setor de Gênero, como se espera de uma organização dinâmica, novamente havia passado. A organização sofreu um período de “dormência” ou, segundo as palavras de uma militante, voltou-se para dentro de si, na tentativa de rever suas ações e planejar os rumos que seriam tomados nesse período. E, por meio de algumas reuniões de avaliação das ações e da própria estruturação do Setor, votou-se para a retomada do Coletivo de Gênero. O Coletivo que se tornou Setor, volta, novamente, a ser um Coletivo.

2.3.1 As dificuldades

Existem inúmeras dificuldades que as militantes apontaram como motivadoras da mudança. A principal delas é o próprio envolvimento das militantes com as tarefas propostas para o Setor, que deveria possuir um trabalho mais canalizado e mais direcionado das mulheres. Como já salientamos anteriormente, o Coletivo sempre foi constituído de mulheres que já atuavam em outras frentes de luta, principalmente no Setor de Saúde e Educação. O fato de estabelecer um compromisso mais rígido com uma determinada demanda, certamente acabaria por fragilizar o trabalho já desenvolvido nas outras frentes. Como um Coletivo, o trabalho é muito solto. Ou seja, de acordo com a demanda que se colocam, os vários militantes, que atuam em outros Setores, poderiam facilmente estar se comprometendo na realização de um determinado trabalho. Assim, a dinâmica, que é uma das características mais importantes dessa organização, aparece com mais clareza. O Coletivo é constituído de militantes que atuam em vários Setores sendo que, *“todos os Setores estão dentro do Coletivo”*.

A discussão acerca das relações de gênero, marca que sempre caracterizou o grupo, continua sendo um dos principais temas de trabalhos e ações. Entendemos, porém, que esse grupo é responsável pela instauração e realização de ações que cruzam com todas as esferas que englobam o processo de luta pela terra e emancipação da classe trabalhadora.

Ainda assim, foi possível apreender a resistência de muitos militantes de outras frentes no momento da mudança de Coletivo para Setor. Acreditamos que a denominação de *Setorzinho* é uma expressão clara e viva da resistência, preconceito e, mais do que isso, significa uma expressão que diminui e desqualifica o papel desse grupo diante do processo de organização dos trabalhadores. Isso se materializou dentro do próprio movimento. Afirmamos isso, baseados nas observações de militantes que consideravam ser um absurdo reconhecerem o trabalho de um grupo de mulheres e elevá-lo à categoria de Setor. Está muito claro, tanto pela forma de organizar como pelo significado das instâncias organizativas do MST, que um Setor tem qualificações distintas de um Coletivo. E isso se refletiu claramente naquele momento e se concretizou mais tarde quando a iniciativa das mulheres em condensar e qualificar o trabalho, que já era desenvolvido no Coletivo, passando a ser denominado Setor, veio a se desfazer, dando provas das dificuldades e entraves internos pelos quais as integrantes do Coletivo se submeteram. Esse movimento constante de denominações,

Coletivo – Setor – Coletivo, é revelador da instabilidade do grupo, da falta de coesão e, principalmente, da dificuldade de implementação de um projeto de superação.

As mulheres assumiram a realização de inúmeras ações nesse período, dentre as quais destacamos as ações no Dia Internacional da Mulher, em 2002, em que centenas de assentadas e acampadas realizaram um trabalho de panfletagem em São Paulo, discutindo temas como a criminalização, a ALCA, o não pagamento da dívida externa e o FMI. Em março de 2003, na comemoração da mesma data, realizaram uma passeata, em Presidente Prudente, além de reuniões e manifestações em praça pública.

2.3.2. O Encontro Regional

Um dos grandes eventos que o Coletivo de Gênero sempre pretendeu organizar, mas que, em vista das outras demandas, não pôde fazê-lo, em outra ocasião (2003), passou a constituir a agenda de lutas das mulheres: Trata-se do Encontro Regional de Mulheres Assentadas e Acampadas do MST, no Pontal. A idéia de realizar o evento surgiu durante a manifestação realizada no Dia Internacional da Mulher realizado, em Presidente Prudente, nesse mesmo ano:

A vontade de fazer o encontro é muito antiga. As mulheres vêm fazendo muitas lutas e mobilizações. Em 1999, ocupamos o Fórum em Pirapozinho. Em 2002, organizamos o 1º. acampamento de mulheres diante do Fórum em Teodoro. Sempre para protestar. A frente das mulheres cresceu e a sociedade tem simpatia pelas ações.

(Entrevista realizada com uma militante do Coletivo de Gênero em ocasião da reunião para a preparação do Encontro Regional de Mulheres do MST).

Para a organização do evento as militantes se utilizaram entre outros instrumentos, de algumas faixas com frases de reivindicações, organizaram debates e apresentações no evento, místicas e dinâmicas, entre outros. E ainda, a plenária composta pelas participantes, seguida da mobilização das mulheres em Grupos de Trabalho separados por município. Esses Grupos, ou frentes, reúnem as mulheres para debater sobre os principais problemas vivenciados nos assentamentos de origem e deliberam sobre as decisões que devem ser encaminhadas.

Além disso, as mulheres do Coletivo ainda frisaram a importância da realização desse encontro. O mesmo contemplou um público que o Encontro Estadual de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo, (organizado pela Omaquesp e

órgãos do Governo como o ITESP), não incluiu na sua lista de convidados. Segundo as mulheres, o caráter que marca esse Encontro Estadual é a representação; de outra parte, a proposta do Coletivo de Gênero, é trazer para a linha de frente mulheres acampadas, também, trabalhando, portanto, com a participação e inclusão de um público amplo e abrangendo, ainda os acampamentos. Assim, fica clara a diferença nas linhas de ação, na tomada de decisão e no público para o qual os dois encontros são direcionados.

Dentre os pontos da pauta do Encontro, que teve um caráter de luta para os meses seguintes, destacamos o Programa Luz da Terra e Moradia. Segundo as mulheres, que são as que mais sofrem com a decadência de meios adequados de sobrevivência dentro dos assentamentos, esses são dois dos principais problemas enfrentados atualmente. As mensalidades do Programa Luz da Terra estão atrasadas e precisam ser negociadas. No que tange à Moradia, discutiu-se a respeito. Um grupo deverá encaminhar às autoridades competentes o quadro no qual se encontram as famílias assentadas, de acordo com a situação de precariedade. Outro tema tratou da situação dos militantes presos e das ações que deverão ser implementadas, envolvendo o repúdio ao processo de criminalização do MST.

A realização desse encontro que, como já salientamos sempre foi um dos atos que o Coletivo teve por anseio promover, mas que, até então, não se tinha efetivado, pode ser interpretada como uma das estratégias que o grupo adotou para conquistar espaços dentro dos assentamentos e acampamentos, de forma a irradiar, consolidar e construir novas redes de comunicação e intercâmbio com tais espaços. Essa é uma das demandas mais nítidas, não apenas do Coletivo, senão da Omapesp também. Trata-se de construir linhas de comunicação para consolidar sua representação dentro dos assentamentos e acampamentos. As formas como cada uma se utiliza para tal fim, em alguns momentos, são bem distintas, muito embora o objetivo seja o mesmo. A dificuldade em constituir esses canais de comunicação é impedimento à consecução das atividades e pode levar à estagnação, sobretudo ao final da representação dos grupos dentro dos assentamentos. Na sequência, temos uma série de depoimentos que delineiam com muita clareza esse problema.

2.3.3. Os Entraves nos Assentamentos

Segundo as entrevistadas, a falta de recursos para dar encaminhamento a cursos de formação teve, como desdobramento, a perda de influência e apoio dentro do assentamento. Isso culminou com a entrada em cena do ITESP, que munido de recursos e proposta de cursos para as militantes, organizou-se e passou a trabalhar com o grupo de mulheres nos assentamentos:

Quando se discute com as companheiras, sempre volta à discussão para uma coisa básica que é o que a gente pode fazer, para contribuir no orçamento da família, nós queremos um curso disso ou de tal coisa. Nós fomos perdendo. Então entrava de novo naquela coisa que eu já falei, que o movimento não tem pernas para dar sequência ou encaminhamento nestas coisas depois que já é assentado. Aí perdemos espaço para o Estado trabalhar. Diversas vezes eu reuni companheiras aqui e dissemos que queríamos fazer uma horta comunitária, vamos trazer pra cá um curso de corte e costura, mas aí não tem verba, não tem perna pra trazer isso. Aí entrou o Estado na pessoa da dona Geni, e trouxe essa resposta que faltava. Esse respaldo que faltou para gente dar, o ITESP deu. Aí as propostas de trabalho que o Coletivo de Gênero do movimento trouxe aqui pra dentro perderam a credibilidade, perdeu, por não ter tido pernas para dar encaminhamento, não teve a ação.

(Militante do Coletivo de Gênero do Assentamento Santa Zélia no município de Teodoro Sampaio)

Na verdade eu mesma apesar de ter conhecimento de que o movimento não tá mais presente, as companheiras de gênero não estão dentro dos assentamentos dando esta resposta por uma questão de falta de infraestrutura do movimento, de não ter pernas pra estar vindo, mesmo estando lá dentro e tendo conhecimento desta dificuldade acho que faltou esforço, faltou garra, e eu muitas vezes aqui dentro acabei perdendo o respaldo das companheiras por estar trazendo sonhos, a possibilidade de mudança e no final não dar a resposta, porque não tinha respaldo do coletivo, não tinha como financiar isso.

(Militante do Coletivo de Gênero do Assentamento Santa Zélia no município de Teodoro Sampaio)

Está colocado aqui um dos primeiros problemas detectados no que tange ao encaminhamento das ações e do próprio andamento do Coletivo dentro dos assentamentos. Mas quais são os mecanismos que o Coletivo utiliza para que as deliberações sejam passadas para as bases, ou para os sem-terra de forma geral a fim de que possam integrar as ações planejadas pelo Coletivo? Nas reuniões do Coletivo de Gênero, existe a participação das

representantes dos assentamentos, as quais, depois de compartilhar das discussões encaminham as deliberações para dentro do seu respectivo assentamento. Isso se dá por meio das reuniões ou assembléias, cuja organização está fundada na convocação dos assentados. Nos acampamentos o processo é semelhante.

O Coletivo de Gênero sempre foi composto quase que em sua totalidade por mulheres com um engajamento intenso no MST, ou seja, que possuem um histórico de envolvimento mais direto e são, em grande parte, casadas e com filhos. Essas militantes também já possuem uma história de luta muito ampla, dotada de muitas conquistas e um engajamento político destacado dentro da organização. Isso não quer dizer que não existam militantes jovens e com pouca experiência de luta. O que passa é que, desde sua origem, a organização do Coletivo foi forjada por um grupo de militantes que já possuíam um nível de envolvimento e participação muito grande; com o passar do tempo, o ingresso de um número maior de mulheres participantes aconteceu “sensivelmente”. Mantiveram-se as bases que deram origem e seqüência aos trabalhos. Não existe formação de novos quadros no Coletivo do Pontal do Paranapanema, senão pela presença de militantes vindos de outras regiões, sobretudo das brigadas de formação.

Um dos principais entraves salientados pelas militantes como sendo o responsável pela não entrada de novas mulheres na militância são os filhos. Há também as atividades desenvolvidas nos lotes, as quais se desdobram em duas: a primeira jornada de trabalho, constituída das atividades da casa; e a segunda, relativa ao trabalho na lavoura, além da oposição e/ou negação dos maridos, entre outros. No espaço compreendido pela família, a mulher encontra muitos obstáculos à sua inserção na luta de forma ampliada. O fato de deixar a casa, os afazeres domésticos (que são atividades desempenhadas pelas mulheres), os filhos (cujo cuidado está sob a responsabilidade da mulher), não é bem vistos pelo seus respectivos companheiros, o que impede a saída e a participação delas em eventos, reuniões e demais atos promovidos, não somente pelo Coletivo, mas pelo movimento como um todo. É o que salientam as falas de algumas militantes do Coletivo:

Existem mulheres interessadas e o marido não deixa mesmo, tem umas que insistem e falam: eu vou sim, mais têm umas que o marido não deixa mesmo, dizem que o lugar da mulher é lá, já que quis o lote, tem que ficar lá tem o serviço, não pode deixar sozinho, depois vêm os filhos e é assim.

(Militante do Coletivo de Gênero do Assentamento Che Guevara, no município de Mirante do Paranapanema)

A participação das companheiras não está sendo totalmente ativa, já que estamos numa fase inicial. Muitas não participam por conta da família, muitas são impedidas pelos companheiros, eles não deixam a companheira participar. Outras acham que a carga de trabalho fica muito difícil para encontrar um tempo.

(Militante do Coletivo de Gênero do Acampamento Padre Josimo, em
Teodoro Sampaio)

É um desafio para cada mulher, um desafio para todas, tanto militantes do coletivo, quanto as outras que trabalham com outros grupos. O desafio é o enfrentamento com os próprios companheiros, com os próprios homens da militância, que portam o machismo da sociedade. Eles não deixam avançar a companheira. Por isso acho que um dos nossos grandes desafios é trabalhar o machismo nos companheiros. Que às vezes se traduz por podar o que aquela mulher tem de importante, o que tem de potencial para poder levar a frente a luta do homem e da mulher.

(Militante do Coletivo de Gênero do Acampamento Padre Josimo, em
Teodoro Sampaio)

O envolvimento delas era grande internamente, fora era mais ou menos. Pois a grande dificuldade que as mulheres têm de estar participando lá fora são os filhos, que têm uma parcela de responsabilidade nesse entendimento da mulher não sair. Mas eu acredito que mais ainda pelos companheiros que não deixam sair. É um dos grandes entraves não ter companheiras à frente de trabalho, de participar, mais mulheres na militância, ocupando cargos, isso tudo pelo machismo. O companheiro achar que tem que ficar lá lavando, cozinhando e passando. Então essa é a razão das mulheres não participarem mais. Aqui, se for perguntar pra companheira se ela gostaria de participar nesse acampamento do dia 8 de março, com certeza todas diriam ótimo, elas têm essa ânsia, esse desejo de participar, mas infelizmente os companheiros não deixam.

(Militante do Coletivo de Gênero, assentada no Assentamento Santa
Zélia, em Teodoro Sampaio)

Seria este mais um dos elementos que impedem uma participação mais ativa das mulheres em assentamentos e, em menor, grau nos acampamentos.

Mas não existe, em contrapartida, nenhum trabalho que tenha sido implantado dentro dos assentamentos com o intuito de trazer esclarecimento e formação para mudar esse quadro de isolamento das mulheres. A representante do Coletivo de Gênero participa das discussões e reuniões, porque sua história de luta e formação é outra. Essa mulher já possui um trabalho de conscientização mais amplo; sua realidade não se compara à das outras mulheres assentadas. Essa representante tem que passar o resultado das discussões e deliberações internamente aos assentamentos, mas não encontra espaço para isso, onde não

existem brechas para que possa irradiar as discussões. Há uma resistência muito grande por parte das famílias, sobretudo dos maridos, que não permitem a saída de suas mulheres para participar de tais reuniões.

Ora, de quais resistências estamos tratando? As relações de poder existentes dentro do núcleo familiar são um grande empecilho à inserção e participação das mulheres. O trabalho que a militante, representante do Coletivo, realiza dentro do assentamento fica dessa forma fragilizado, desacreditado e não alcança os objetivos propostos. Isso porque não chega até as bases, não conquista novos sujeitos.

Portanto, não há formação de uma nova consciência, de um novo homem e uma nova mulher com relação às questões de gênero. Nesse momento, um questionamento é inevitável: mas o que tem essa representante de diferente que a faz presente nos assentamentos como uma militante do Coletivo? O perfil de formação dessas militantes e seu envolvimento com o movimento é muito anterior a essa fase de que tratamos aqui. São mulheres que estiveram engajadas nas primeiras lutas iniciadas na década de 1990. Desde então, vêm construindo sua história junto com o Movimento. Tanto é que, se compararmos uma mobilização realizada em 1996 com uma outra mobilização organizada em 2003, observaremos que as mesmas mulheres estão à frente do Coletivo, organizando as atividades. E essa realidade não é específica do Coletivo. O movimento, de forma geral, também sente essa dificuldade na constituição de novos quadros. Isso foi apontado pelos militantes em algumas ocasiões. A título de exemplo, apontamos o depoimento de um dos representantes regionais do MST, quando da visita a um dos maiores acampamentos na região:

Eu, Zé Rainha, Bill, Mineirinho, e tantos outros aí, nós já era pra como se diz, estar aposentando. Mas não tem jeito, a gente tá aí até hoje ainda, à frente na lida, porque não tem ainda assim uns meninos bom mesmo pra organizar a luta. Então nós vamos ficando e trabalhando aí junto com o pessoal.

(Militante e Integrante da Direção Regional do MST)

Mas não é esse o único obstáculo para a efetivação dos trabalhos do Coletivo. O machismo é apontado pelas militantes como um dos principais entraves na participação das mulheres. A própria fala acima referida é, na sua totalidade, reveladora disso. O representante destaca o fato de não haver formação de novos quadros de liderança, mas evidencia, por outro lado, que as lideranças que estão desde o início atuando na organização

dos trabalhadores sem terra e que continuam atuantes, é toda formada por homens...Entre eles, não foi citado nenhum nome de mulher. Certamente, não foi um mero esquecimento.

As mulheres que militam atualmente nas fileiras do MST realizam uma luta por dentro da luta. O seu engajamento é na Luta pela Terra e pela construção de novas relações de gênero. Como já salientamos, internamente essas mulheres também são vítimas do preconceito e do machismo, ambos vivenciados por meio das relações sociais mantidas entre todos os sujeitos incorporados na organização. As diferenças nas relações de gênero existem dentro do MST. A formação do Coletivo veio justamente proporcionar um espaço em que se possam discutir, avaliar e elencar propostas e ações, cujo objetivo é a formação e conscientização de homens e mulheres. A libertação da sociedade não é completa se não houver a construção de novos sujeitos, embutidos em novos valores. Mas, como podemos notar, os próprios homens, militantes do MST, admitem a existência dessa relação de submissão da mulher como militante em potencial para o desempenho das atividades.

Um outro aspecto relevante e que pode ser notado nessa fala é a questão da terceira jornada de trabalho da militante – que configuraria como o seu desprendimento para com a luta dos trabalhadores. Segundo consta, essa militância, muitas vezes, é prejudicada devido a outras atividades desempenhadas pelas mulheres, ou seja, as atividades do lar, o cuidado com os filhos, as atividades na roça. É esclarecedor o depoimento deste trabalhador sem terra:

A questão do machismo é muito presente e forte dentro do MST, como em qualquer outro movimento popular existente no Brasil. É uma marca, uma herança histórica de costumes e valores que estão impregnados na família camponesa. O machismo nada mais é do que uma herança de décadas e mais décadas de formação e educação dentro de moldes conservadores e que vêem a mulher, muitas vezes, como ineficiente para atuar em alguns setores ou assumir determinadas responsabilidades. É a famosa submissão da mulher. Muitos militantes dirigentes são machistas, não aceitam sequer discutir as relações entre homens e mulheres. Sempre estão preocupados com outros problemas, tanto que sempre estão presentes em setores como frente de massa, produção, cooperação, comunicação, etc. As mulheres dentro do MST ocupam em grande parte funções em setores como da educação, saúde, gênero. Muitas vezes as mulheres possuem muito potencial e uma capacidade enorme, superando muitos dirigentes, porém, problemas internos, pessoais, familiares, acabam por prejudicar os trabalhos e a disponibilidade dessa mulher para atuar no movimento e desempenhar seus trabalhos.

(O entrevistado é militante do MST, integrante do Setor de Comunicação e da Direção Estadual, assentado no Assentamento Che Guevara, em Mirante do Paranapanema).

A vontade de interagir com as ações promovidas pelo movimento é notada pelas militantes. Essas mulheres, no entanto, esbarram nas relações de poder estabelecidas internamente no núcleo familiar, o que as impedem de participar. Dentro da própria organização, as mulheres sentem o peso da carga cultural que está presente na sociedade de maneira geral. O que não podemos imaginar é que apenas as mulheres assentadas e acampadas, as quais do ponto de vista de inserção na luta não possuem um engajamento amplo, sejam as únicas que sofrem com o peso da construção desigual das relações de gênero. As militantes também enfrentam os mesmos problemas, (machismo, poder, etc.), pois não são diferentes: são também esposas, mães; têm um universo familiar da mesma forma que outras assentadas. O descrédito dirigido aos seus trabalhos, como a discriminação, também existe dentro do movimento, e não poderia ser diferente, pois o MST não é uma ilha dentro da sociedade, mas é parte dela. Não podemos perder de vista a questão dos valores nos quais a cultura camponesa, extremamente conservadora, encontra-se impregnada na formação desses sujeitos. As militantes têm consciência plena dessa condição, como podemos observar no depoimento que segue:

Não tem autonomia, nós discutimos ainda sobre isso nas últimas reuniões do coletivo nas que eu participei. Infelizmente, mesmo dentro da direção, masculina, hoje composta por 25 membros, ainda que com algumas companheiras ocupando cargos, predomina o machismo, porque uma das grandes conquistas que o MST teve, em 1999, foi através das mulheres, mas ainda assim não se dá valor. Você ainda ouve chacotas: vamos mandar as mulheres, e vamos ver o que acontece. Elas não têm respaldo.

(Militante do Coletivo de Gênero, assentada no Assentamento Paulo Freire, em Mirante do Paranapanema)

As militantes não encontram espaço para desenvolver as discussões que estão instauradas como objetivos norteadores do Coletivo e da organização. O simples fato, de uma mulher organizar e convocar as reuniões, já é visto de forma pejorativa pelos assentados. É como nos assegura uma entrevistada:

Sinceramente, eu tenho medo de continuar lutando lá dentro sozinha. Eu tenho medo. Medo de ouvir o que não quero por parte dos homens. Ainda que eu tenha o apoio do movimento, o trabalho lá dentro fica difícil por causa dos homens.

(Militante representante do Coletivo de Gênero no Assentamento Santa Zélia, no município de Teodoro Sampaio)

Criou-se uma imagem do MST, cujos únicos representantes se resumem geralmente aos homens, ou então, a poucas mulheres. Ou seja, toda a representatividade fica concentrada num número reduzido de militantes, os quais possuem uma maior expressividade na região, mas que não têm condições para encaminhar todas as discussões e deliberações dentro de todos os assentamentos. As militantes, tendo consciência disso, sabem que o MST é um movimento de massa, composto por trabalhadores e trabalhadoras, e não por grupo reduzido de dirigentes. Mas é exatamente esse quadro que está esboçado dentro dos assentamentos: não existe receptividade para as questões que as mulheres levantam. Os assentados não reconhecem o trabalho feminino e não dão credibilidade ao fazer de uma assentada. A cobrança volta-se à direção do movimento, como coloca a entrevistada:

Se eu chegar lá e disser o que foi discutido na reunião do coletivo, eles (os homens) não aceitam, de assentado igual a nós não tem que aceitar. Eles perguntam: cadê o fulano? Por que não vem aqui falar com a gente? Eles acabam cobrando lá de cima e não de nós. Eles não aceitam o que nós falamos, não dão atenção para o que uma mulher tem a dizer.

(Militante do Coletivo de Gênero no Assentamento Santa Zélia)

Apesar de as militantes se conscientizarem de que não estão mais presentes dentro dos assentamentos por uma série de questões que envolvem o universo cultural, a falta de estrutura para dar encaminhamento aos projetos desenvolvidos e planejados pelo MST e pelo Coletivo de Gênero também é colocada como um entrave. A luta pela terra trouxe consigo muitos sonhos, sendo que um deles é a conquista da terra em si. Mas os outros anseios dos trabalhadores continuam a existir. As mulheres do Coletivo de Gênero colocaram a possibilidade de mudança e trouxeram a discussão para as mesas de debate. Além da formação política que se pretendia alçar com as mulheres por meio de cursos e demais formas de organização, foram idealizados, dentro do Coletivo de Gênero e de outros Setores como o de Saúde, Educação, etc., projetos para melhorar as condições de vida do assentado. Porém, o planejado não se tornou realidade. O trabalho dessa forma perdeu respaldo: o recuo dessas ações é, pois, explicável.

2.4. As Transformações Organizacionais da Omaquesp (Pontal do Paranapanema)

A Omaquesp, que é caracterizada pela formação e composição apenas de mulheres assentadas e quilombolas, vem desenvolvendo uma série de atividades, não só na região do Pontal, mas em todo o Estado de São Paulo.

A grande questão que se coloca, contudo, nesse momento, é a reestruturação organizacional e territorial pela qual vem passando a Omaquesp. Como podemos perceber, o ITESP funcionou como fomentador das práticas das mulheres, promovendo cursos de formação, implementando uma série de projetos dentro de assentamentos para melhoria de renda familiar, além de atuar como um dos parceiros e financiadores do Encontro Estadual de Mulheres, ocorrido todos os anos. Essa relação, que como já apontamos em algumas passagens, vem sendo fragilizada.

A organização já demonstrava a dificuldade de desenvolver um trabalho que obedecesse à divisão dos GTC's. Segundo a direção, no momento de arrecadação de recursos em Prefeituras, essa situação se complicava ainda mais, tanto que a primeira idéia era de reorganizar o grupo obedecendo às divisões municipais.

Dessa forma, a reorganização não tardaria a acontecer; contudo, contrariando às primeiras impressões, o que tivemos foi uma divisão territorial em 5 macros regiões, (Tabela 1).

TABELA 1: Divisão Territorial da Omaquesp

MACRO REGIÕES					
MUNICÍPIOS	PONTAL DO PARANAPANEMA	NOROESTE	QUILOMBOS	CENTRO	NORTE-NORDESTE
	Mirante, Teodoro, Euclides, Rancharia e Região.	Andradina, Promissão e Região.	Vales do Ribeira e Paraíba, Taubaté e São José dos Campos.	Araras, Sumaré, Porto Feliz, Iperó e Itapeva.	Bebedouro, Colina e Araraquara.

Fonte: Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo, 2003.
Organização: Renata C. Valenciano, 2003.

Deliberou-se o seguinte: 5 macros regiões para melhor organizar a Omaquesp. Podemos visualizar essa divisão com mais clareza na Figura 17. Todas essas divisões, ou seja, cada regional possui organizados três setores: Setor de Formação, Educação e Cultura; Setor de Geração de Renda, Setor de Direitos e Cidadania. Em todas as regionais, existem as respectivas representantes que estão engajadas e desenvolvendo as atividades à frente do Setor ao qual pertencem.

A organização está dividida em Planos de Ação (Tabela 2), o que, na prática, são as demandas a que o grupo pretende dar encaminhamento. Existem as mulheres responsáveis pelo desenvolvimento desse trabalho e, ainda, uma representante que está incumbida de fiscalizar o andamento das atividades:

TABELA 2: Planos de ação

PLANO DE AÇÃO	PLANO DE AÇÃO
CONVÊNIOS	ORGANIZAÇÃO
RELAÇÃO COM O LEGISLATIVO	RELAÇÃO COM O ITESP
GERAÇÃO DE RENDA	RELAÇÃO COM A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E BEM ESTAR SOCIAL
DIREITOS E CIDADANIA	FINANÇA
EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E CULTURA.	RELAÇÕES COM ENTIDADES, ONGS, SINDICATOS ETC.
NEGOCIAÇÃO COLETIVA	COORDENAÇÃO DO PLANEJAMENTO
COMUNICAÇÃO	SECRETARIA GERAL

Fonte: Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo, 2003.
Organização: Renata C. Valenciano, 2003.

2.4.1. O princípio da separação

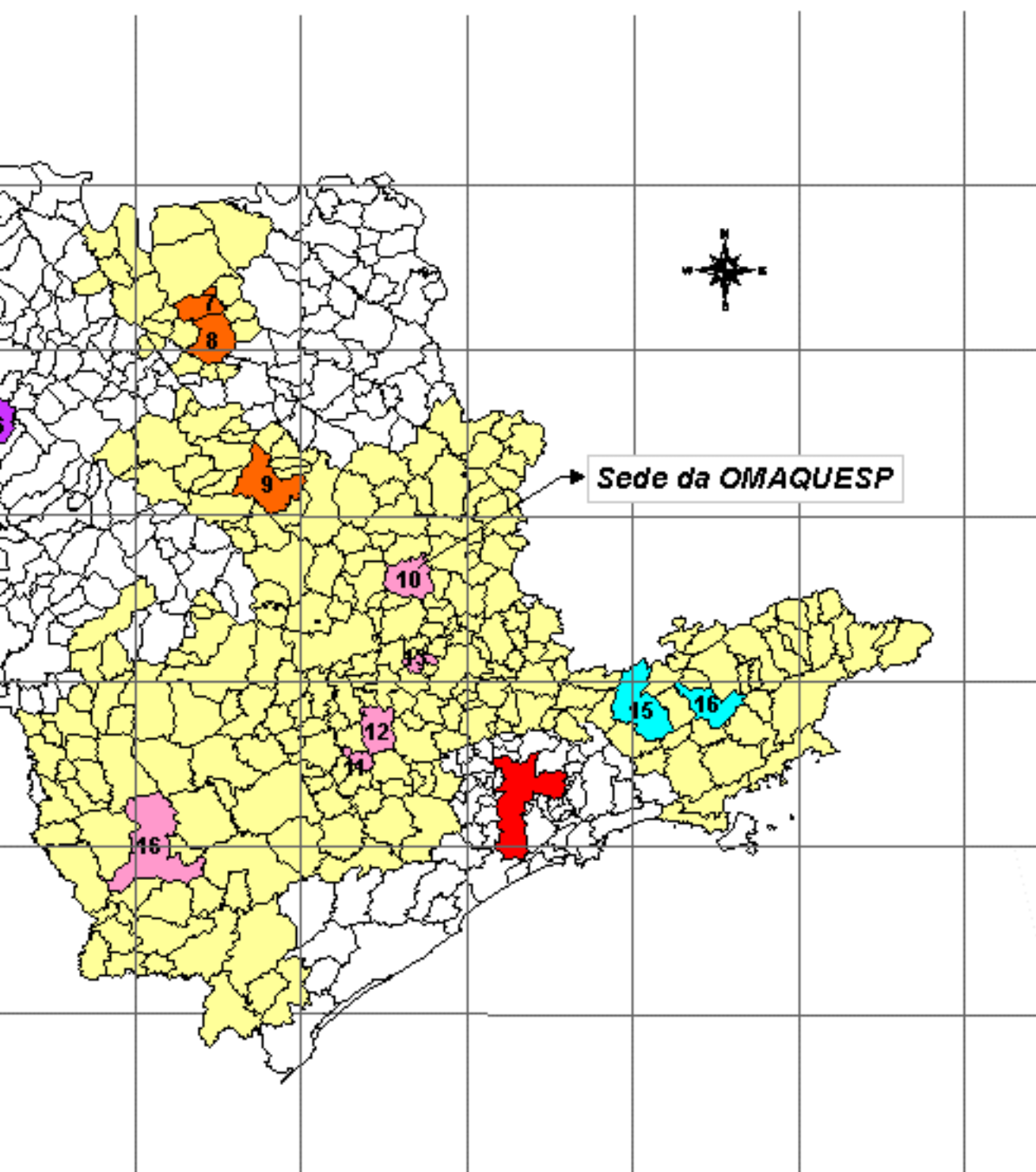
Atualmente, o drama pelo qual passa a organização vai muito além da respectiva divisão territorial. A regional do Pontal do Paranapanema encaminhou, no final do ano de 2003, um ofício à direção da Omaquesp, no qual anunciava o futuro afastamento das mulheres e a desvinculação dessa regional do restante do Estado. A separação foi discutida e aprovada na ocasião de realização do Encontro Regional de Mulheres Assentadas do Pontal (Figura 18). Uma das explicações para esse afastamento seria uma crise no que tange aos cargos e funções estabelecidos dentro da Omaquesp. Sabemos que essa organização está pautada numa divisão de funções que obedece a uma hierarquia, mesmo que não ocorram relações em que transpareçam práticas de poder¹⁶.

¹⁶ Maiores detalhes ver Estatuto da Omaquesp, no Capítulo II, Seção I. Anexo 2.

PRESENÇA DA

ORGANIZAÇÃO

-44°



■ São Paulo

■ Área de Atuação no Estado

■ Eudides o
Mirante do
Rancharia
Teodoro S

■ Andradina
Promissão

■ Araraquã
Bebedouro
Colina (9)

■ Araras (10)
Iberó (11)
Porto Feliz
Sumaré (1)
Itapeva (14)

■ São José
Taubaté (

Fonte: Trabalho
Base Cartograf
Projetos de Ref
Desenhista: An
Organização: R

AP OIO FINA

CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FIGURA: 17



Figura 18: I Encontro Regional de Mulheres Assentadas do Pontal

A imagem retirada do jornal apresenta, resumidamente, o contexto do Encontro: o número de participantes, os municípios presentes juntamente com suas representantes, promoção, etc. Na imagem, podemos visualizar a plenária e as mulheres que compareceram ao evento.

Fonte: Jornal *O Imparcial*, 2003.

Muitas militantes com uma representatividade nos assentamentos do Pontal do Paranapanema não foram indicadas para a ocupação desses cargos. Hoje, acreditam que a organização das mulheres no Pontal está suficientemente articulada, a ponto de não necessitar de vínculo algum com outras regionais.

A necessidade de deslocamento constante também é um dos fatores indicados pelas mulheres como mais uma dificuldade, visto que os custos de deslocamentos são altos e a organização não tem como arcar com esse ônus. O fato deu margem a uma crise que aponta para a formação de um grupo independente, organizado no Pontal.

A grande questão que se coloca é pensar até que ponto as formas de organização dos movimentos, obedecendo a um determinado modelo organizacional, podem influenciar decisivamente na sua viabilização. Outro elemento associado a este, é a questão territorial em si. A disposição da organização, baseada em determinadas delimitações, também é um fator que influencia no êxito do desenvolvimento das suas atividades, bem como da própria articulação das mulheres que estão presentes nos mais diferentes pontos do Estado. Desde o seu surgimento, a Omaquesp tem desenvolvido suas atividades vinculadas

sob uma forma de disposição territorial que mudou constantemente, buscando assim, conquistar uma acertada divisão, da qual surgiriam maiores benefícios e facilidades para a consecução dos trabalhos das mulheres. Nesse momento, uma nova conformação pode ser dada a essa organização, a qual certamente marcará novos rumos e sentidos para a própria Omaquesp e para o novo grupo independente que poderá surgir no Pontal nos próximos anos.

A proposta é a de constituir a Organização de Mulheres Assentadas do Pontal – OMAP, proposta esta que, até o referido momento, não chegou a se concretizar, devido ao pouco ou nenhum envolvimento de suas lideranças com a base, ou seja, a uma ausência de articulação entre as principais representantes e as representadas, bem como desentendimentos entre as próprias lideranças e falta de coesão do grupo.

2.5. As Distâncias: Representação e Mobilidade

A fragmentação da Omaquesp e a reestruturação do Coletivo de Gênero do MST, no Pontal do Paranapanema, sugeriram alguns aprofundamentos a fim de desvendarmos as manifestações que estão por trás desses fatos. Assim o fizemos. Surpreendentemente, deparamo-nos com uma série de motivações para tais transformações, as quais explicam, em parte, como está calcada a real condição de organização desses grupos, com destaque para sua dinâmica, discurso, propostas e principais entraves.

Atentaremos às contradições e transformações recentes para entendermos os significados dos rearranjos presentes hoje no Pontal.

Sendo a Omaquesp uma organização cuja estrutura organizativa está pautada numa hierarquia de poderes e de funções, organizada de cima para baixo, podemos afirmar que este é um dos elementos que contribuíram para sua estagnação e, ainda mais, para a dificuldade de fluidez, circulação e difusão de informações por dentro dos territórios de luta: esse grupo atua apenas em assentamentos. Apesar de ser detentora de um estatuto e de estar legalmente registrada, a organização esbarrou e limitou sua área de ação. Procuraremos entender os motivos que levaram a essa realidade, dificultando o desenvolvimento das atividades, da participação e, por sua vez, comprometendo a busca pela formação de novos quadros, novos integrantes. A luta pela emancipação da mulher ou a formação para reestruturar as relações de gênero vigentes não se concretiza, muito embora a iniciativa tenha sido tomada. (o que, sem dúvida, é um avanço). Porém, nos dedicaremos a esses entraves,

buscando compreender de que forma estão estruturadas as relações de gênero por esse caminho.

Quando analisamos a atuação dos grupos de mulheres, estudamos também quais são suas propostas, as principais reivindicações e as questões que estão na pauta das ações realizadas na região. Nesse sentido, optamos, inicialmente, por fazer uma análise do Estatuto da Omaquesp, o qual traz consigo todas as regras para a composição e organização do grupo. De acordo com o Estatuto, notamos que a organização está pautada em linhas organizacionais hierarquizadas, um dos principais fatores de fragmentação do grupo na região do Pontal.

Poderíamos apontar que as principais representantes desse grupo já foram, num período anterior, ligadas ao MST, participando da militância, e até mesmo do Coletivo de Gênero. Portanto, são mulheres que tiveram uma herança um pouco distinta no que diz respeito à organização de grupos de mulheres. O Coletivo de Gênero, ao contrário da Omaquesp, possui uma horizontalidade no que diz respeito à sua organização. Não existem hierarquias a serem respeitadas, a não ser a direção estadual do movimento; regionalmente, porém, existem frentes municipais, ou representantes municipais, que, juntos, organizam, debatem, deliberam as ações a serem promovidas coletivamente. De certa forma, a saída do Coletivo, por motivos variados, e a entrada na Omaquesp, que possui uma linha de atuação diferenciada, pode ter contribuído para que o conflito interno, no que tange à deliberação de poderes, venha a concretizar-se atualmente.

A representação da Omaquesp no Pontal se deu da seguinte forma: cada município possuía sua representante, que estava inserida em seu respectivo assentamento. Cada ação pensada ou proposta a ser debatida não poderia concretizar-se sem o aval da Presidenta. O que passa é que a Sede da Omaquesp funciona atualmente em Araras. As limitações financeiras e de ordem material impediam que as representantes locais do Pontal se deslocassem com certa frequência para a Sede, a fim de discutir e deliberar as ações. O elemento “distância” é um fator importante para entender os entraves que levaram esta organização a se desfazer localmente:

No encontro regional, que aconteceu antes do Estadual, em Venceslau, já compareceram com a idéia, intenção de fundar uma outra organização, o que se concretizou logo em seguida. As principais alegações são: insatisfação com a Omaquesp, pois elas acreditavam que um grupo regional teria, em função das representantes, uma representação muito melhor, como consequência,

um êxito local, do que se ficasse ligado e dependente de uma articulação estadual.

(Vice-Presidenta da Omapesp, assentada no Assentamento Ribeirão Bonito, em Teodoro Sampaio)

A comunicação sempre foi um dos principais entraves para o desenvolvimento de ação em nível de Estado. A distância e a falta de reuniões para juntar as militantes sempre atrapalharam e comprometeram o andamento dos trabalhos.

(Representante da Omapesp, assentada no Assentamento Gleba XV, em Rosana)

Surgiu dessa forma a idéia de fundar uma outra organização regional, considerando que assim se poderia alcançar maior êxito em suas articulações. Trata-se da OMAP. A questão da representatividade é um elemento a ser analisado mais de perto:

No encontro estadual, ocorrido em Euclides, houve certo ciúme. A Presidenta Adélia, que é de outra região, veio de fora e tomou a frente dos trabalhos, organização das mesas, etc. As militantes locais não “apareceram”. “Mágoa por poder”. A imprensa que esteve presente só conversou com a Adélia, que é a presidenta. As outras representantes locais não tiveram acesso a isso e também ficaram ofendidas.

(Representante da Omapesp em Teodoro Sampaio)

A impressão de projeção pessoal fica evidente. Sem autonomia para organizar e dirigir as atividades durante o Encontro, e sem alcançar uma projeção diante das assentadas presentes na ocasião, as representantes regionais recuaram e passaram, desde então, a articular a separação da regional do Pontal.

Um outro elemento extremamente importante e revelador da grande questão que envolve os entraves e impedimentos do acesso de um maior número de mulheres a essas organizações e suas ações, projetos, etc, é a dificuldade de irradiação da informação. Podemos considerar a esse respeito duas distâncias: uma que faz um intermédio entre a representação dos grupos de mulheres que existem dentro dos assentamentos e a base, ou seja, o conjunto de mulheres presentes nesses territórios de luta; outra, que estaria centrada no universo do assentamento, o dentro e o fora dele. Ou seja, isso significa pertencer e estar presente num território de luta para mulheres que não estejam diretamente ligadas à atividade de militância? Como se compreende o território do acampamento e as relações que estão colocadas nesse primeiro momento? O que significa estar, num segundo momento, em outro território, qual

seja o assentamento? São lugares diferentes, que expressam momentos diferenciados no processo de luta pela terra. Logo, as relações espaciais de gênero que se estabelecem nesses lugares também são diferentes. Isso proporciona tendências diferenciadas, envolvimento com a luta, enfim existe uma série de mudanças que constroem relações de gênero diferenciadas. É graças a essa “leitura” da organização e da atuação dos grupos de mulheres, nesses territórios, que podemos visualizar tais diferenças.

Em alguns assentamentos visitados, as mulheres assentadas não possuem nenhuma noção sobre a existência dessa organização, ou de qualquer outra forma de inserção em ações, manifestações, cursos, etc. Observe-se a fala destas assentadas:

Nunca ouvimos falar disso de Omaquesp ou outro grupo, não. Aqui dentro quem sempre saiu foi a Bia no Encontro estadual. Não chega a informação das coisas pra gente.

(Trabalhadora rural assentada no Assentamento Santa Terezinha da Alcídia, em Teodoro Sampaio)

Eu mesma nunca participei de nada, nunca ouvi falar dessa Omaquesp, tô ouvindo agora que você falou. Pra mim mesma nunca chegou convite nenhum, mas se tivesse vindo eu teria disposição de participar, eu nunca fiz nada, nem quando estava no acampamento, pois foi meu marido que acampou.

(Trabalhadora rural assentada no Assentamento Santa Cruz da Alcídia, em Teodoro Sampaio)

Quem trouxe o convite para participar do encontro estadual da Omaquesp foi o ITESP. Eu me considero uma representante das mulheres e da Omaquesp aqui dentro, porque eu gosto de participar. Participação efetiva mesmo, só de umas duas pessoas. As outras não vão.

(Trabalhadora rural assentada no Assentamento Santa Cruz da Alcídia em Teodoro Sampaio)

Haveria ainda muitos outros depoimentos de mulheres de inúmeros assentamentos. Acreditamos que os relatos acima expostos denunciam a dificuldade de irradiação da informação e da conseqüente falta de participação e inserção nos grupos de mulheres. Os fatores que levam a essa configuração são inúmeros: a falta de recursos para amparar e fomentar as atividades, a mobilidade das representantes, o próprio momento por que passam as mulheres. Elas estão assentadas, inseridas em outra dinâmica de vida, ligadas às tarefas voltadas para a manutenção do lote, da família, enfim, do universo agora dos

assentados. Estão muito mais voltadas para dentro do seu lote, de sua sobrevivência, do que para qualquer outra coisa.

Embora não seja a regra, raras são coletividades, como aquelas que se estabelecem no acampamento: os indivíduos desfrutam de um ambiente que proporciona a interação entre todos, e se anulam as divisões de tarefas entre indivíduos da família, até porque não existe o lugar da casa, da roça para servir de base de divisão dessas tarefas. A disposição espacial desses lugares é desarranjada no momento do acampamento. As coisas, e lugares estão todos diluídos. Logo, a facilidade para organizar, e ter uma resposta de participação de ambos os gêneros é muito positiva. Voltando para dentro do espaço do lote, as divisões espaciais se instauram e as relações de gênero que se constroem sobre esses lugares, são assim materializadas.

O que existe de fato é algumas representantes dentro de assentamentos possuírem facilidade para se deslocar, participar, etc. Mas por que isso acontece? O que dificulta a participação e o deslocamento das mulheres? A princípio, podemos notar que as mulheres que estão à frente da representação, dentro dos assentamentos, tiveram, no processo da Luta pela Terra, uma ligação muito efetiva com a organização (no caso o MST), ligação essa que se construiu desde o período de acampamento. Forjaram-se militantes, representantes, desde o primeiro momento. Isso faz parte da construção da consciência dos indivíduos inseridos na luta. Carregaram consigo essa experiência e, uma vez assentadas, continuaram ligadas diretamente ao exercício da militância interna. Reiteramos, porém, que são poucos os casos de militantes com esse perfil. E ainda, depois de muito tempo como assentadas, na tentativa de desenvolver seu trabalho dentro do assentamento, deparando-se com uma série de obstáculos, acabaram desistindo da representação e entrando numa situação de anomia. Um outro facilitador, para que algumas militantes atuem no assentamento, se observa quando o marido também tem uma ligação anterior muito forte com o Movimento, isto é, ambos possuem consciência e envolvimento, o que facilita a participação da mulher também. Outras, são envolvidas com trabalhos comunitários como de agente de saúde, o que lhes permite circular por todo o assentamento e ter um contato mais amplo com a comunidade. Também, por conta da sua atividade como agente de saúde, possuem uma facilidade no retorno para irradiar as informações e as experiências colhidas em atividades fora do assentamento. Contudo, são poucas as mulheres que se disponibilizam e se envolvem em atividades de representação e militância. Depois, não encontram uma resposta positiva para o que trazem, não são reconhecidas, enfim existem vários casos de desistência da militância por falta de reconhecimento e repúdio da comunidade assentada.

Quando participamos de algum encontro, manifestação ou outro ato promovido por esses grupos, nota-se que sempre estão presentes as mesmas mulheres. São as representantes que possuem essa *disponibilidade* para sair. De que disponibilidade se está falando? Todos os fatores motivadores de participação que colocamos acima. E não se trata de um número expressivo, mas de apenas uma ou outra mulher por assentamento. A falta de disponibilidade, informação e até mesmo de recursos para o deslocamento, para angariar um número maior de participantes, também é fator inibidor da efetiva participação.

O ITESP, que sempre chega com o convite e aí tira a representante do assentamento para sair, que é mais ou menos sempre as mesmas que gostam de participar, as outras não.

(Trabalhadora rural assentada no Assentamento Santa Zélia, em Teodoro Sampaio)

Eu, aqui, do assentamento que participei, mas também só foi dos encontros estaduais, e nenhuma outra coisa mais.

(Trabalhadora rural assentada no Assentamento Santa Cruz da Alcídia, em Teodoro Sampaio)

Quem sempre participou nessas coisas foi a Bia e a Elaine, só. Mas elas ganharam bebê e se afastaram, mas também quando elas iam nunca fizeram a divulgação dentro do assentamento. Nunca chegou com nada aqui pra nós.

(Trabalhadora rural assentada no Assentamento Santa Terezinha da Alcídia, em Teodoro Sampaio)

Como vemos, a falta de divulgação no interior do assentamento é marcante. Uma militante que sai para os encontros ou qualquer outra atividade não passa, no seu retorno, as informações colhidas no ato da participação. As assentadas alegam a dificuldade de organizar uma reunião, até mesmo devido à ausência de espaço apropriado (coletivo), onde as mulheres possam se reunir e compartilhar as informações. Outro elemento extremamente importante é o conteúdo a ser discutido pelas mulheres nas ocasiões do Encontro:

Como é só conversa fiada, não adianta sair. Sair pra quê? Perder tempo andando a toa? Se tivesse uma promessa, aí sim, uma proposta de melhoria. A gente queria era um incentivo para melhorar nosso assentamento. A assistência técnica? Só vem aqui fazer reunião, mais nada. E aqui tem muitos problemas, o mais grave é a falta de água e ninguém vem aqui fazer nada.

(Trabalhadora rural assentada no Assentamento Alcídia da Gata, em Teodoro Sampaio)

É nesse momento que nos questionamos: afinal, como se colocam as discussões sobre a questão de gênero, para essas mulheres assentadas? Fica muito claro que o eminente problema que circunda esse universo das assentadas e assentados diz respeito às necessidades básicas, como água, financiamento, trabalho, moradia, saúde, infra-estrutura, dentre outras demandas. Discutir ou elaborar oficinas de formação que introduzam discussões sobre questões de gênero é assunto secundário para as pessoas que convivem, diariamente, com dificuldades e problemas relativos à sua qualidade de vida e a de seus filhos. O espaço do lote, do assentamento, traz outros determinantes que incidem sobre a forma de vida dessas pessoas e, que se difere drasticamente do primeiro momento na busca pela terra que é o do acampamento. Conquistada a terra, seguem-se as outras fases. A mais importante delas, é garantir a sobrevivência da lavoura da terra, do seu lote. Qual o conteúdo dos encontros, das manifestações? As demandas que se apresentam para as mulheres parecem ser outras, e o que discute nesses momentos não motiva, não desperta interesse. Logo, elas não participam.

Podemos ainda elencar uma outra problemática que diz respeito às formas de representação política dos grupos ou organizações de mulheres assentadas. Sendo esses grupos atrelados à classe trabalhadora, assistimos ao desenvolvimento de um novo canal de expressão, evidenciando a existência de novos campos de luta, as questões de gênero. Assim, torna-se necessário compreender as formas ou as práticas desenvolvidas por esses grupos representativos das mulheres assentadas e acampadas, as quais trabalham ou planejam trabalhar em projetos e ações dirigidos para a transformação no contexto social que as envolve. Queremos questionar se esses grupos ou os representantes das mulheres trabalhadoras serão capazes ou não, diante das inúmeras dificuldades de apreenderem e conduzirem as demandas sociais efetivamente provenientes dos segmentos os quais representam?

Dessa forma e baseados nas razões expostas acima, que tratam do distanciamento entre as práticas pensadas e elaboradas nas organizações e os entraves e impedimentos que travam a disseminação dessas iniciativas, atentamos para a lacuna existente entre as representações ensaiadas, as quais muitas vezes aparecem como estereótipos de ação política.

Pela forma como se impõem os representantes e mediadores desses grupos, notam-se, ainda que amenamente, práticas que dizem respeito muito mais às representantes do que as representadas. Estas últimas, desconhecem a existência de qualquer organização que as represente, ou, se conhecem, não fazem idéia do conteúdo das propostas nem das reivindicações.

Não quer isso dizer que discussões ou seminários de formação não sejam importantes; ao contrário, são formas de engajamento na luta e de esclarecimento de uma série de questões que corroboram para uma modificação no modo de vida, nas relações sociais entre esses atores, os quais anseiam uma maior participação da mulher, o que, por sua vez, implica um crescimento por dentro da classe trabalhadora. Assim, onde romper com valores de opressão e poder entre os gêneros é significado de demanda e necessidade diárias.

Mas muitas vezes assistimos à idealização de comportamentos desvinculados do universo dos trabalhadores e trabalhadoras. Estes, por sua vez, estão diante de problemas mais concretos e imediatos. Dessa forma, muitos dirigentes e representantes, tendendo a se ligarem ao cenário político, utilizam a sua representação dentro de assentamentos e o conhecimento das demandas mais urgentes dos assentados para benefícios eleitoreiros:

Sou candidata a vereadora nas próximas eleições, e nós, as mulheres aqui do município de Teodoro Sampaio, se tudo der certo, queremos montar uma associação de mulheres, mas vinculada a Omaquesp.

(Vice-Presidente da Omaquesp)

São encontradas muitas dificuldades na divulgação de encontros, seminários de formação, oficinas. Na verdade, estas são conquistas ou espaços para formação e aprendizado das trabalhadoras. Mas, muitas vezes essa bandeira de luta não sensibiliza. Por sua vez, as frentes de luta não vêm obtendo o êxito, ou alcance desejado na construção de projetos alternativos, na melhoria das condições de vida, no rompimento com valores de submissão. O discurso elaborado e pautado nessas questões não se irradia.

Muito embora estejamos assistindo às iniciativas de mobilização das mulheres em prol da classe trabalhadora no Pontal, que, desde 1996, entraram no cenário das lutas com todo o seu potencial, as demandas eminentes, dentro dos assentamentos especificamente são aquelas ligadas à sobrevivência, ao fomento do cotidiano. A impressão que temos é de que as trabalhadoras assentadas estão vivenciando um cenário de anomia social, frutos do prolongamento de uma situação crítica nessas áreas. Isso leva à descrença de qualquer ação ou organização que não estejam interessadas em elucidar as carências mínimas do seu espaço de vivência, do lote, do assentamento.

Situação bem diferenciada é a que se assenta na primeira fase do processo de luta pela terra: os acampamentos. Nestes, as condições estimulam uma alteração da natureza da estrutura ocupacional, pela introdução de novas formas de trabalho, dando lugar a

uma nova divisão das tarefas, a um rearranjo das atividades. Isso desmonta, mesmo que sutilmente, uma mudança nas relações de poder entre gêneros. Um fato importante a se destacar diz respeito às articulações do Coletivo de Gênero do MST, cuja parcela de participantes em ações é composta por muitas mulheres acampadas. Não que esse seja o público-alvo para a articulação do Coletivo. No entanto, os impedimentos de uma maior participação de mulheres assentadas estão pautados em uma série de questões elucidadas anteriormente e, diminuem ainda mais o potencial delas na luta. Assim, acreditamos que seja nesse território de luta, o acampamento, o espaço ideal para se trabalhar e desenvolver atividades de formação, com o objetivo discutir a reestruturação das relações de gênero entre os trabalhadores e trabalhadoras. As relações pautadas no modelo patriarcal se esfacelam momentaneamente, pois observamos o engajamento na luta de uma forma muito igualitária. A própria disposição do espaço de moradia, de vivência, aparece muito mais homogêneo e coletivo. Não existe o lugar da casa e da roça. Ambos os espaços se fundem em apenas um, o espaço de resistência, que é comum entre todos os que se encontram acampados.

E é exatamente nesse momento, em que acampados vivenciam uma situação de cooperação mútua, de paridade entre os gêneros, mesmo que tênue, que temos todo um ambiente propício (não o único) para desenvolver atividades de formação política. As militantes, que atualmente levam à frente as atividades dentro do Coletivo de Gênero do MST, foram forjadas nesse processo. Foi no convívio do acampamento que elas deram os primeiros passos para a constituição desse grupo. Amparando esses trabalhos e fortificando-os no cotidiano da luta, será mais difícil dissipar as experiências vividas, ainda que, no segundo momento da luta, o assentamento, alguns obstáculos impeçam uma participação mais efetiva, pontual e ampla das mulheres.

Um outro elemento extremamente importante e que podemos observar nesse momento de acampamento diz respeito à questão da segurança. Como sabemos, estar acampado é estar compartilhando, com outros indivíduos, num mesmo período de tempo e lugar, uma série de condições, quase sempre muito precárias. São problemas enfrentados coletivamente, sentidos mutuamente pelos membros do grupo. E, para o convívio em comunidade, é traçada uma série de “normas” de convivência, ou seja, existem determinadas práticas que devem ser evitadas para que o convívio seja harmonioso. Caso seja desrespeitada certa norma, o acampado corre o risco de ser expulso do acampamento, pois pratica atos que culminam para existência de problemas e crises entre a sua família e as outras acampadas. Assim, não é comum encontrar, no seio do acampamento, a prática de atos de violência contra a mulher, contra a criança, etc. A bebida alcoólica, muitas vezes causadora desses problemas,

segundo militantes do movimento, é proibida em acampamentos. E não apenas isso, mas uma série de outros tipos de violência que podem causar danos, prejuízo ou qualquer consequência indesejada para a organização do grupo também é proibida. Esse momento do acampamento pressupõe a não-existência de tais práticas, trazendo para as mulheres, no caso, uma sensação de segurança, conforto e confiabilidade no grupo, que não permitirá que uma integrante seja alvo de qualquer violência, seja ela da natureza que for. O grupo sofre junto os percalços que esse caminhar pela busca do pedaço de chão oferece ao longo do período. Se existem crises, situação de miséria, fome, frio, medo e incertezas, o drama será vivenciado mutuamente.

Uma vez no assentamento, a cerca que divide um lote do outro não significa apenas uma mera separação de quintais. As famílias passarão, de agora em diante, a vivenciar os mesmos problemas de antes, só que agora separadas, individualizadas, em seus lotes, em suas casas. A contribuição e solidariedade do grupo já não existirão mais. Logo, as mazelas, problemas e crises serão sentidas pelas famílias e superadas, ou não, por seus membros. Aquela atmosfera de segurança não mais será sentida e a sobrevivência será, não a única, mas talvez, a principal questão a ser discutida.

Nesse processo, a origem do assentamento deve ser destacada. Procuramos ao longo da nossa investigação dispor de maior amplitude possível para as ações empíricas. Dessa forma, visitamos inúmeros assentamentos do município de Teodoro Sampaio e de municípios vizinhos. Cada área visitada possui origem e histórico muito específico quanto à formação. Alguns vieram da mobilização do MST, do MAST; outros, de experiências diversas de alguma mobilização ou movimento que os representasse. Ora, sendo o MST um movimento que há muito tempo privilegia, em sua pauta de discussões e objetivos a dissipação das atuais relações de poder entre gêneros, poderíamos, a princípio, imaginar que, nos assentamentos, cuja origem tenha sido a luta do MST, os aspectos sobre essa questão se demonstrassem diferentes, por conta das experiências, de discussões de formação e mobilização política. No entanto, não é bem isso que notamos.

Como já salientamos anteriormente, a passagem para o assentamento traz consigo a estruturação dos lugares no espaço do lote. Casa, a roça, quintal, todos delimitados. Há a reafirmação do modelo patriarcal de relações; repousam, sobre cada indivíduo, o seu determinado lugar e a sua correspondente tarefa. Além disso, estes são bombardeados, a todo o momento, por problemas relativos à sobrevivência e manutenção do lote. Essa realidade não é diferente para nenhum desses atores sociais, muito embora tenham vindo de experiências distintas, já que todos são levados a operar no sentido de angariar melhores condições de vida, infra-estrutura mínima, etc. A realidade, agora, é outra e a manutenção da vida está em pauta.

A falta de água, energia, produção, dinheiro, comida, etc, é o assunto da pauta do dia. As necessidades pedem iniciativas e incursões no sentido de melhorar as condições de vida, não de transformar ou de romper com valores, identidades. Discutir saúde da mulher, educação, formação é importante. Mas, se não existem suportes básicos para implantar e implementar alguma iniciativa material, concreta, isso se perde, não é valorizado. Por conseguinte, não se irradia, não forma, não é valorizado.

A organização do grupo e a idealização de um objetivo comum entre os membros desse grupo, juntamente com a elaboração de um projeto político de superação, foram a base sustentadora do movimento que deu origem aos movimentos dos trabalhadores sem terra. E foi por meio dessa organização que esses trabalhadores e trabalhadoras conseguiram superar uma condição precária de sobrevivência e alcançaram o que buscavam: a terra para trabalho, a terra para a manutenção da vida. E não será apenas se organizando que esses trabalhadores e trabalhadoras conseguirão superar dificuldades e todos os problemas que dizem respeito à sua sobrevivência estando, agora, assentados? Não será apenas por meio do exercício da coletividade, da união, que esses assentados e assentadas poderão novamente superar as mazelas que envolvem diretamente a manutenção da vida e da família?

A questão é: como resgatar e fazer fluir, dentro dos assentamentos, aquele ideal de superação? Ou seja: qual será a condição, comum a todos, que poderá novamente trazê-los para o seio de uma organização de trabalhadores, que se encontram nesse momento assentados?

2.6. Do Acampamento ao Assentamento: As Relações de Gênero nos Territórios de Luta

Pretendemos, por meio desse exercício analítico, compreender, pelas divisões sexuais e sociais do trabalho, de que forma estão estruturadas as relações de gênero nos dos territórios de luta, ou seja, nos assentamentos e acampamentos. Queremos identificar também as práticas sociais e simbólicas na construção dos papéis sexuais e sociais. Assim, ao estabelecer um recorte que evidencie papéis sexuais e sociais, estamos concebendo estes como facetas de um mesmo movimento. Uma outra problemática colocada está em compreender de que forma as transformações nos papéis sexuais-sociais refletem na divisão sexual e social do trabalho, ou mesmo nas relações entre trabalho e poder.

Essa questão foi abordada por Franco (2004) quando trata da divisão entre trabalho produtivo e reprodutivo¹⁷, destacando as diferenças existentes entre o acampamento e o assentamento, onde a passagem para este segundo comporta mudanças decisivas no que diz respeito à divisão sexual do trabalho:

A separação entre trabalho produtivo e reprodutivo por gêneros se traduz na divisão espacial do assentamento, onde o espaço público, da roça, do futebol, do boteco, da militância, é masculino e o privado feminino, a casa e o lote. A igreja quando existe, destaca-se como lugar de convívio social para a maioria das assentadas. Franco (2004, 67-68)

Como já sabemos, a região do Pontal vivencia uma série de transformações do ponto de vista agrário, por conta da ação dos movimentos de trabalhadores rurais em prol da efetivação da reforma agrária. Por dentro desse processo, as mulheres têm se organizado e, com certa frequência, vêm realizando atividades na região. Essas atividades já foram descritas e mencionadas em outro momento, quando tratamos da emergência de grupos e organizações de mulheres. Assim, a nossa indagação central é saber se o papel sexual e social atribuído à mulher (na esfera da reprodução), transformou-se, ou não, no decorrer desse período.

As práticas sociais ligadas aos papéis sexuais podem determinar a estruturação dos espaços da produção e da reprodução social. Isso permitiu as representações sexuadas do trabalho. Isso equivale a dizer que há papéis sexuais utilizados para justificar e ancorar uma divisão sexual do trabalho e, por conseguinte, a divisão social do trabalho. Quando analisarmos as distribuições de tarefas vinculadas aos papéis sociais-sexuais, ficará clara a hierarquização dos mesmos, isto é, da produção (trabalho assalariado, mantenedor da família) e da reprodução (trabalho doméstico, esfera do lar). Tanto pela origem simbólica, quanto pela forma de organização patriarcal da sociedade, a distribuição dos papéis obedece à relação mulher-mãe, homem-provedor. Nessa distribuição, às mulheres ficaram destinadas a reprodução e o trabalho doméstico como identidades.

Os estudos dos territórios de luta vêm apontando algumas transformações que têm afetado a natureza das relações estabelecidas entre os indivíduos. O movimento recente, porém, significativo de inserção no processo de luta pela terra é a expressão nítida dessa questão. Essas mudanças podem nos dar pistas de uma possível reorganização do trabalho e de suas expressões na divisão sexual de tarefas produtivas e reprodutivas. É

¹⁷ Para a autora existe em toda formação social uma produção social de bens e uma outra de seres humanos, sempre distintos mas relacionados entre si. Assim atribui a primeira o nome de produção e a segunda o nome de reprodução.

eminente a participação de um número considerável de mulheres em todos os âmbitos da luta. As mulheres seguem-se inserindo e participando das lutas, quando necessário. Assim, fica evidente a importância de se apostar em formas ou meios de articular esses grupos, fomentando discussões, ações e estratégias que deverão partir, sobretudo, das entidades que estejam diretamente ligadas ao universo da luta pela terra. O objetivo final dessa idéia seria introduzir as discussões acerca da condição da mulher, mas de modo a buscar a superação da opressão, da discriminação e garantir os direitos e a participação efetiva nos mais diferentes níveis de envolvimento. Assim defendemos a proposta de introdução dessas questões que abordam a condição da mulher em projetos e ações a serem desenvolvidos em assentamentos e acampamentos, com o objetivo de alcançar maior êxito na execução de políticas públicas voltadas para os trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra.

CAPÍTULO III

GÊNERO, TERRITÓRIO E MOBILIZAÇÃO POLÍTICA



“Não se nasce mulher. Torna-se mulher”.

Simone de Beauvoir

“É nessa dialética que a feminização do trabalho ao mesmo tempo emancipa, ainda que de modo parcial, e precariza, de modo acentuado. Oscilando, portanto, entre a emancipação e a precarização, mas buscando ainda caminhar da precarização para a emancipação”.

Claudia Mazzei Nogueira

3.1. Gênero: Uma Categoria Importante para Análise Geográfica¹⁷

A partir dos resultados da análise até então realizada, na qual destacamos, primeiramente, o contexto de surgimento das organizações de mulheres que atuam no Pontal e, ainda, suas dinâmicas de organização territorial, principais entraves e conquistas, levantamos uma série de questionamentos que desembocaram em algumas questões de relevância com base nessa abordagem. Uma delas reverencia a constituição de projetos ou formulação de políticas públicas, estratégias de viabilidade dos assentamentos rurais, dos movimentos sociais, sindicatos, etc. Contemplamos esse aspecto porque, como vimos anteriormente, existe uma transição de uma série de condicionantes da vida do trabalhador e da trabalhadora sem terra do momento em que saem da condição de acampados e passam a ser assentados. Essa transição enumera modificações que vão desde a relação que marca o núcleo familiar até a esfera da produção, da reprodução, etc. Uma nova questão vem à tona, a da sobrevivência no lote, e isso desloca todas as atenções para formas e/ou meios que lhes permitam alcançar essa condição. A mobilização política das mulheres, como já vimos, se desestrutura, perde respaldo e importância, dando lugar a medidas que venham a sanar essa condição que se apresenta. A mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras foi o caminho que os permitiu chegar à condição de assentados. Logo, seria o caminho que também lhes conduziria à conquista de uma série de benefícios que poderiam corroborar para a viabilidade dos assentamentos. Contudo, não é esse o quadro que assistimos.

A realidade dos assentamentos e dos agentes envolvidos no processo de luta pela terra comporta atores sociais que não são homogêneos: homens e mulheres vindos de diferentes lugares, com trajetórias de vida distintas e inserção na luta também diferenciada,

¹⁷Parafraseando o artigo pioneiro nos estudos de gênero, da historiadora Joan Scott, intitulado: Gênero: Uma Categoria Fundamental de Análise Histórica. Educação e Realidade, 1995.

tudo isso dá conta da diferencialidade que marca tais sujeitos. Justamente pautados nessa diferença é que justificamos o nosso enfoque, o sujeito da nossa análise. É a opção que tomamos ao analisar essa viabilidade dos assentamentos e a mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras. Essa opção por trabalhar com a categoria de gênero é válida devido à importância dessa categoria para a “leitura” geográfica dos movimentos sociais, aqui vislumbrados como organizações de mulheres trabalhadoras sem terra.

As categorias homem e mulher são socialmente construídas¹⁸. Essa é a perspectiva analítica que utilizamos para compreender as diferenças que marcam homens e mulheres. As implicações dessa abordagem são muito claras na arguição de Louro¹⁹:

Ao dirigir o foco para o caráter fundamentalmente social, não há, contudo, a pretensão de negar que o gênero se constitui com ou sobre corpos sexados, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas. (...) Pretende-se, dessa forma, recolocar o debate no campo do social, pois é nele que se constroem e se reproduzem as relações desiguais entre os sujeitos. As justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas, (se é que mesmo essas podem ser compreendidas fora de sua constituição social), mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação. (1999, p. 21 e 22):

Noutra posição estão aqueles que, como a mesma autora coloca:

justificam as desigualdades sociais entre homens e mulheres, remetendo-as, geralmente, às características biológicas. O argumento de que homens e mulheres são biologicamente distintos e que a relação entre ambos decorre dessa distinção, que é complementar e na qual cada um deve desempenhar

¹⁸ As sociedades constroem um padrão sócio-cultural que determina como deve ser o papel masculino e feminino, ou seja, “o que é coisa de homem e o que é coisa de mulher”, assim como todos os desdobramentos dessa configuração. Segundo Alves e Pitanguy (1991, p. 55 e 56): “O masculino e o feminino são criações culturais e, como tais, são comportamentos apreendidos através do processo de socialização que condiciona diferentemente os sexos para cumprirem funções sociais específicas e diversas. Essa aprendizagem é um processo social. Aprendemos a ser homens e mulheres e a aceitar como “naturais” as relações de poder entre os gêneros. Os papéis produzidos são reveladores de relações de poder que se estabelecem entre homens e mulheres, que estão, por sua vez, ligados a relações de poder muito mais abrangentes: as relações de poder da sociedade. Em cada momento histórico esse padrão vai se adequando aos interesses econômicos e ideológicos das classes dominantes. Romper com esse padrão significa não apenas estabelecer relações de gênero mais equilibradas, mas também, realizar uma transformação muito maior: a mudança nas relações de poder presentes na sociedade”.

¹⁹ Esta autora apresenta no livro “*Gênero, Sexualidade e Educação*”, conceitos e teorias recentes no campo dos estudos feministas e suas relações com a educação. Relacionam as relações do gênero com a sexualidade, as redes do poder, raça, classe, a busca de diferenciação e identificação pessoal e suas implicações com as práticas educativas atuais. Enfocando algumas questões centrais das práticas educativas da atualidade, o livro centra-se na forma como são produzidas as diferenças e as desigualdades sexuais e de gênero, em suas articulações com outros “marcadores sociais”.

um papel determinado secularmente, acaba por ter o caráter de argumento final, irrecorrível. (1999, p. 20)

Em todo caso, o que se conclui é que as relações de gênero são um elemento constitutivo na estruturação do espaço, estando intimamente conectadas com as de raça e classe. De acordo com Franco (2002, p. 46):

o gênero é processo, relação, movimento, o que implica a interconexão com outras variáveis sociais como raça, religião, idade e/ou nacionalidade. E, em uma sociedade dividida em classes é evidente que nenhuma relação está desvinculada do contexto de sua luta.

O fato de que tais relações sejam constituídas e constituam espaços, nos leva a discutir a sua estrutura *generificada*²⁰, enquanto produto social.

3.2. Divisão Sexual do Trabalho e Luta pela Terra

As trajetórias de vida dos trabalhadores e trabalhadoras inseridos no contexto da luta pela terra, quando analisadas, deram conta de uma série de implicações do ponto de vista do trabalho, anterior à sua inserção na luta. Isso nos permite avaliar o caminho que a classe trabalhadora tem percorrido em busca da sua emancipação. Existe, por sua vez, uma inserção diferenciada na luta; homens e mulheres são marcados por uma condição de precarização do trabalho que é comum a ambos. Porém, sofrem essa condição de formas específicas, marcados pelas diferenças de gênero.

A mulher, como força de trabalho, faz parte da divisão do trabalho. É objeto da exploração como vendedora de mão-de-obra para a acumulação e reprodução do capital e, à frente da lida nos assentamentos, juntamente com a família, se insere no processo específico de produção de subsistência ou da reprodução simples, além da subordinação de gênero. É ingressando no âmbito laborativo, que a mulher irá se sobrecarregar, mas suas obrigações domésticas não serão afastadas, devido à divisão sexual das tarefas. Isso tudo é decorrente da ideologia pregada pela sociedade burguesa e patriarcal, que afirma a hierarquia social entre os gêneros e a conseqüente divisão de sexo e correspondentes funções. Sobre a primeira divisão social do trabalho, destaca Smith (1988, p. 75):

²⁰ Utilizamos este neologismo traduzindo o termo inglês *gendered*, a qual remete a condição de gênero das estruturas sociais.

uma diferença biológica na natureza é reproduzida como uma divisão social do trabalho. Essa divisão do trabalho social é básica para o processo de reprodução, mas também se propala para a esfera da produção. A divisão sexual do trabalho então se torna geral através da sociedade e desta maneira, novamente através das finalidades da atividade humana, a própria natureza humana começa a ser diferenciada. (grifo nosso)

A argumentação “natural” da divisão sexual do trabalho traz embutida uma diferenciação que está na formação de homens e mulheres e nas representações, e nas imagens que se faz do que é masculino ou feminino. Mas será no âmbito laborativo (assalariado ou não), com a junção da divisão social e sexual do trabalho que a mulher sofrerá descaso ainda maior, pois enfrentará uma dupla jornada de trabalho, o trabalho na lida e o doméstico-invisível. Isso se deve a que “o trabalho doméstico faz parte da condição de mulher, o emprego faz parte da condição de mulher pobre” (Souza, 1991:75). No entanto, quando a autora trata do trabalho doméstico, entendemos que se refere não especificamente ao trabalho, às atividades domésticas em si, mas, sim, ao universo feminino do lar, que se apresenta como condição comum às mulheres, independentemente de sua classe. E ainda, quando afirma que o emprego faz parte da condição da mulher pobre, nos questionamos: será o emprego ou o tipo de emprego (precarizado) que se apresenta no universo da mulher pobre?

A partir da análise das entrevistas realizadas com assentadas e acampadas, sobretudo no que diz respeito ao momento anterior ao acampamento, ou seja, à trajetória de vida da família, observam-se inúmeras características que nos dão pistas para compreender esse universo do trabalho, da dupla jornada de trabalho, do trabalho precarizado, etc. Geralmente, esses trabalhadores e trabalhadoras residiam em cidades, onde se ocupavam de atividades laborativas informais, desqualificadas, mal remuneradas, etc. Grande parte dessas mulheres encontrava-se inserida no mercado de trabalho na condição de domésticas, bóias-frias, ou ocupando funções dentro do setor de serviços e comércio, como balconistas, atendentes, serventes, acumulando ainda as tarefas ligadas à manutenção da família, do lar. Seus companheiros, como diaristas, bóias-frias, ou ainda no ramo da construção civil, como ajudantes, serventes, pedreiros, etc., também se encontravam inseridos no mercado de trabalho informal, ganhando salários reduzidos, desfrutando de uma condição de vida muitas vezes extremamente precária. Toda essa condição de extrema dificuldade, miserabilidade e necessidade os conduziu à organização de trabalhadores na tentativa de tornar seus anseios de

uma vida melhor, uma realidade²¹. Isso revela a pluralidade de atores sociais envolvidos na luta pela terra, vindos de experiências distintas, mas marcados pelo mesmo processo de exclusão e expropriação: na cidade, pelas transformações tecnológicas que envolveram a atividade produtiva; e no campo, pelas mesmas transformações, somadas ainda à concentração fundiária²². Uma vez expropriados de seu meio de sobrevivência, que garantia sua subsistência, a terra, esses trabalhadores e trabalhadoras muitas vezes migraram para as cidades, onde se inseriram em atividades precarizadas e engrossaram as camadas mais pobres nas periferias urbanas. Essa situação conduziu tal classe trabalhadora a se transformar em uma das mais marcantes formas de contestação e resistência das últimas décadas, organizando-se na tentativa de retornar por meio do acesso à terra, às suas origens, às suas antigas atividades e, dessa forma, garantir a manutenção da vida. O anseio de mudança, refletivo no desejo de retorno à terra, pode ser constatado por meio dos depoimentos das trabalhadoras sem terra acampadas:

Eu sempre morei no sítio, desde pequena com minha família. Só que aí os irmãos foram casando e foram todos embora, e eu também acabei casando mas ainda fiquei na roça por algum tempo. Depois, quando o serviço acabou, porque a gente era empregado numa fazenda aqui perto, aí a gente veio para a cidade. O meu marido conseguiu emprego na barragem aqui, e eu logo entrei de doméstica também. Fiquei alguns anos, mas não agüentei, a saúde não deixou. Meu marido também perdeu o emprego quando a obra acabou, e foi aí que a gente resolveu entrar pro movimento, pra ver se a gente conseguia um pedaço de terra, porque a gente sempre gostou, sempre foi mesmo não é...

(Trabalhadora rural acampada no Betinho, em Teodoro Sampaio).

Ah, pra morar na cidade tem que ter um emprego, senão não dá não. Então nós acabamos vindo pra cá, porque desempregado não dá, as coisas são muito caras, tem aluguel, qualquer coisa que você quiser fazer tem que pagar, e aqui não, aqui é mais fácil.

(Trabalhador rural acampado no Padre Josimo, em Teodoro Sampaio).

Outra questão considerável que surge da análise desses depoimentos é a condição marcada pelo gênero que recai sobre tais atividades. A diferença de salários é brutal, as condições de trabalho são precárias e desvalorizadas. Esse quadro se agrava quando as atividades são realizadas no meio rural. As mulheres ganham salários inferiores aos dos

²¹ A esse respeito, Franco (2004) destaca como as novas formas de produção, aumento da tecnologia, a flexibilização do capital, incrementaram o desemprego em nível mundial e, ainda, quais são os reatamentos dessas transformações para o universo do trabalho e da subjetividade do trabalhador sem terra no Brasil.

²² Para saber mais, ver: Thomaz (2001) *“Desenho Societal dos Sem Terra no Brasil”*.

homens para o mesmo tipo de atividade e não possuem registros em carteira. Logo, não gozam de nenhum benefício como licença-maternidade e outras garantias a que teriam direito. As condições de existência da classe trabalhadora tornaram-se mais precárias e a presença feminina em postos de trabalho tem aumentado consideravelmente; contudo, encontram-se concentrados nos segmentos e atividades mais precarizados atualmente. Tudo isso nos leva à conclusão de que esses condicionantes da manutenção e reprodução do capital também se apóiam na opressão de gênero. E é essa mesma condição que vemos perpetuar-se no universo da luta pela terra; assim, servem de base para entendermos como estão estruturadas as relações de gênero a partir das organizações de trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra.

A partir disso, os grupos de mulheres trabalhadoras rurais, organizados e atuantes na região do Pontal do Paranapanema, no Coletivo de Gênero no âmbito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, e ainda na Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo – Omaquesp, ganham em abrangência e magnitude, tendo em vista que privilegiam, nas pautas de discussões, não somente a questão da exploração da mulher trabalhadora (dentre outras opressões de gênero como preconceitos, violência, etc.), mas também questões como emancipação de classe e de gênero. São objetivos e demandas que se apresentam, mas que comparecem de forma muito mais perceptível no Coletivo de Gênero do que na Omaquesp, como já analisamos nos capítulos anteriores.

Nesse contexto, entendemos que a contribuição das análises que visam a apreender as relações de gênero, tendo como pano de fundo o processo de luta pela terra, baseia-se no intuito de revelar os mecanismos que dão condições para o estabelecimento e perpetuação das relações de poder desiguais e que impossibilitam a construção de espaços igualitários de participação na luta.

Analisar a participação da mulher na luta pela terra, seja ela atuante no trabalho doméstico, na lavoura remunerada ou na militância, seja ela assentada ou acampada, é de fundamental importância, já que fornece elementos que mostram como sua participação está contribuindo para a fundamentação e dinamismo do espaço geográfico, rompendo com valores que antes conduziam à sua submissão, exploração, etc. Por meio ainda da análise verticalizada das relações de gênero, que se estruturam no âmbito da Luta pela Terra, procuramos desvendar as formas nas quais estão estruturadas essas relações e os impedimentos relativos à construção desses espaços igualitários de participação.

Assim sendo, evidenciamos que, somente por meio do exercício da pesquisa, sobretudo a participativa²³, é que foi e continuará sendo possível apreendermos as especificidades existentes na construção das relações de gênero. A participação das mulheres nesses espaços sejam eles no trabalho produtivo e reprodutivo, ou ainda nos espaços de ação e militância, está contribuindo para a construção de uma nova dinâmica social. Aspectos de fundamental importância para compreendermos a dinâmica dos espaços resultantes da Luta pela Terra: acampamentos e assentamentos.

Isto nos permite afirmar que é pelo viés geográfico que tais análises poderão contribuir sobremaneira para o desvendamento das manifestações territoriais desse processo, possibilitando-nos, assim, o entendimento das transformações em pauta a partir dos rearranjos que dão formas, contornos e fundamenta-se sobre conteúdos diversos, como processos históricos de construção e transformação. Como forma para apreendermos as configurações geográficas oriundas desse processo atentamos para o movimento contínuo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização do trabalho, que revela o conteúdo das transformações do capital e suas implicações para o mundo do trabalho, logo, a sua expressão nos lugares (THOMAZ JR., 2003).

Sendo o espaço socialmente produzido, ele é resultado das ações e relações sociais que o permeiam, ou seja, é resultado das relações que dão contorno e forma a esses lugares. A esse respeito, destacamos o trabalho desenvolvido por Franco (2002), que versa sobre a forma em que o gênero é produzido e a forma em que este se relaciona com a produção do espaço, tendo como base a discussão das localizações como viés geográfico da construção do gênero, com destaque para como se constroem as paisagens geográficas no contexto da luta pela terra.

Assim, o percurso que procuramos fazer teve como indagação maior entender de que forma as relações de gênero, juntamente com as de classe, comparecem como elementos constitutivos das relações sociais, e ainda de que forma a introdução da discussão sobre a construção de novas relações de gênero é responsável, ou não, pela construção de espaços diferenciados, dentro dos territórios de luta.

As práticas sociais vinculadas aos papéis sexuais estão impressas nas suas determinações no espaço da produção e reprodução social. Essas práticas se constroem e constroem lugares, são as práticas socialmente construídas sobre os sexos que se anunciam em determinados lugares.

²³ Referimo-nos à pesquisa e acompanhamento das ações e do conjunto dos grupos organizados de mulheres da região.

A importância dos estudos sobre tais aspectos é destacada por Hirata (2002), quando aborda a ligação entre relações de trabalho e relações de poder, presentes nas análises da divisão sexual do trabalho, e salienta que esses estudos podem trazer novos elementos de análise para pensar as configurações da divisão do trabalho entre homens e mulheres, em um contexto de movimentos sociais, que compreendem diferentes categorias sociais.

A distribuição das tarefas, papéis e funções, nada mais é do que uma distribuição espacial, que marca e delinea as relações de poder, configurando os territórios de luta. Dessa forma, justificamos a análise das relações de gênero como nosso aporte para compreender as configurações que dão forma e conteúdo aos dos territórios de luta, e não apenas a esses, mas também à busca pela emancipação por dentro das estruturas de poder.

Entendendo o poder instituído dentro desses territórios como expressão clara da opressão de gênero e exploração de classe, consideramos este um ponto chave da nossa investigação. Isso possibilitou apreender como estão estruturadas as relações de poder que envolve o cotidiano espacial de tais atores sociais. Até onde existem brechas ou fissuras que, se bem administradas, podem dar lugar a uma conversão, mudança ou alteração das relações espaciais de gênero entre esses atores? Queremos dizer que a dominação e a hierarquização das relações de poder não podem ser meramente analisadas do ponto de vista quantitativo²⁴, mas, sim, na qualificação dessas relações. Para sermos mais claros: não se trata de avaliar a quantidade, inserção nem a distribuição de tarefas; se existe ou não uma distribuição justa; trata-se de fazer um mapeamento que dê conta de insinuar os motivos que estão por trás da superioridade entre um e outro agente e a conseqüente divisão da classe trabalhadora entre si. Já que o capitalismo se apoderou da divisão sexual do trabalho, utilizando-se disso para instaurar uma exploração duplamente qualificada sobre as mulheres, ou seja, marcada pelo gênero, fortaleceu a opressão a que podemos assistir, tanto do ponto de vista do trabalho, quanto da família, da política, da militância, enfim, em todas as esferas da vida social, na subjetividade da classe trabalhadora. Transgredir toda essa construção, como ressalva Franco (2002), “significa uma revolução cultural, que implica uma revolução da subjetividade”.

O MST e o Coletivo de Gênero são exemplos a serem analisados, já que propõem, como um dos objetivos de sua luta, a participação efetiva das mulheres, pautada na tomada de consciência. Ou seja, foi no contexto da luta e da busca pela emancipação da classe trabalhadora, que esses movimentos atinaram para uma das facetas da dominação que é a dominação de gênero. A partir disso, criaram espaços para trabalhar e desenvolver uma

²⁴ Queremos destacar que não se trata de distribuição pura e simples de atividades, ou seja, de uma equidade nos números.

discussão que tem como princípio fundamental reverter ou modificar essas estruturas de poder que permeiam o conjunto dos trabalhadores. Como vimos, apesar de terem espaços criados e implementados ao longo de sua constituição, os grupo ainda assim contam com uma série de determinantes, que são empecilhos a serem quebrados. Os seus limites estão colocados e os entraves que dificultam o êxito da sua luta, também.

Os estudos sobre os territórios de luta têm apontando algumas dessas transformações que afetam a natureza das relações estabelecidas entre esses atores sociais: o movimento recente, porém significativo, de inserção no processo de luta pela terra das trabalhadoras rurais sem terra. Essas mudanças nos dão pistas de uma possível reorganização do trabalho e de suas expressões na divisão sexual e social de tarefas. Tem sido marcante a participação de mulheres, em todos os âmbitos da luta. Isso é sintomático de que outras transformações podem estar em vias de acontecer.

Por isso, essa empreitada nos fez mergulhar na esfera do pessoal, focando, por dentro dos movimentos e grupos de mulheres, todos os embates, contradições, avanços e entraves que delineiam o conjunto das relações sociais que se dão no processo de luta pela terra, nos assentamentos e acampamentos, bem como nos espaços de militância. Falar em luta pela terra, movimentos sociais, tratando esses sujeitos não como seres homogêneos, mas destacar que estão inseridos no processo de formas diferenciadas e comportam características distintas, ou seja, sofrem ou exprimem condições distintas: é qualificar e dar luz a uma série de questões antes obscuras e inalteradas. A luta pela terra comporta diferentes agentes. Esses agentes são diferenciados. É isso que acreditamos estar trazendo à tona quando discutimos as diferentes formas de inserção na luta, protagonizadas pelos grupos de mulheres trabalhadoras analisados.

3.3. O Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais - MMTR como pioneiro na luta e resistência

É importante destacar que a experiência da organização de grupos de mulheres trabalhadoras sem terra, no Pontal, não é algo inédito, ou isolado. Trata-se de mais uma experiência presente no universo plural da luta pela terra. É o desdobramento de um processo muito anterior, que teve início com outros movimentos, particularmente o MMTR, também organizado e pautado em questões que reverenciam a mulher trabalhadora sem terra.

O MMC, organizado em âmbito nacional, pode ser considerado levando-se em conta a sua constituição, contexto e trajetória, como um precursor do que acontece atualmente no Pontal do Paranapanema no que tange à organização de grupos de mulheres trabalhadoras rurais. Assim, não podemos negar a influência e ligação que existem entre esse movimento e os grupos que atuam na região.

Muito embora apenas recentemente esses grupos tenham assumido um caráter organizacional, as ações coletivas, com alta presença de mulheres trabalhadoras rurais, começaram a se efetivar e a ganhar mais fôlego no início da década anterior. Até então, sua presença era bastante reduzida, com uma atuação discreta e minoritária.

Foi a partir da segunda metade da década de 80, que as mulheres começaram a entrar em cena por meio de dois canais principais. Um deles foi o sindicalismo oficial, o qual, segundo Navarro (1996, p. 97):

percebeu que o crescente debate público sobre a condição feminina e a emergência de movimentos de mulheres poderia contribuir no aumento da participação nos sindicatos, se mulheres rurais pudessem ser atraídas às iniciativas sindicais, inclusive trazendo consigo cônjuges eventualmente pouco participantes. Para tanto, os sindicatos da órbita da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (FETAG-RS), que agrega os sindicatos subordinados à estrutura oficial, selecionaram bandeiras de luta consideradas aceitáveis, evitando temas polêmicos no meio rural, em especial os que discutiam relações no âmbito da família. Como resultado, as ações patrocinadas centraram-se exclusivamente no terreno dos direitos.

Questões como reconhecimento da profissão de agricultura e acesso a serviços de saúde diretamente canalizados para mulheres foram as mais tratadas até então. A sindicalização e a iniciativa de formar lideranças que pudessem estar à frente nos trabalhos e formando parte do quadro dos sindicatos, também foram objetivos colocados para as

trabalhadoras. Mas isso não significou uma participação efetiva e qualitativa das mulheres nas estruturas sindicais, já que estas se mostraram muito seletivas, e poucas mulheres chegaram a ocupar posições relevantes dentro dessas estruturas. A presença delas em encontros, manifestações ou outras ações promovidas pela FETAG se mostrou muito tênue. E mesmo assim, dentro das comunidades não se evidenciava a existência de atividades ou ações organizadas por e para as mulheres. (NAVARRO, 1996)

Os outros caminhos pelos quais as mulheres também se aproximaram do ideal de organização surgiram juntamente com a emergência de movimentos sociais, dentre os quais podemos destacar o MST. Para este, a presença delas era fundamental: primeiro, por questões de afirmação ideológica; segundo, porque se reconhecia na mulher um potencial relevante e marcante no que tange às lutas travadas a partir daquele momento em diante. No discurso do MST, o papel da mulher foi sempre exaltado, estando presente obviamente nos objetivos e pautas de discussões do movimento.

Assim, a participação e a mobilização das mulheres foram pontos marcantes nesse período. Embora não se tenha assistido a uma inserção em massa das mulheres por dentro das estruturas da organização, ocupando posições de liderança, sua participação foi decisiva nos momentos de ocupações e manifestações, a voz feminina estava presente e atuante. É nesse contexto de emergência dos movimentos de Luta pela Terra que o embrião do MMTR é forjado.

Internamente a esses movimentos como o MST, uma das questões que surgiram, no que tange à participação das mulheres, foi atrelar as demandas delas às outras bandeiras de luta. Sendo tanto o movimento quanto o sindicato dominados por homens, e sempre atrelados às demandas dos trabalhadores de forma geral, chegou-se à conclusão da necessidade de organizar um movimento autônomo, que discutisse e debatesse questões diretamente ligadas ao universo da mulher.

Os movimentos organizados naquele período, marcados por um discurso e ideário de esquerda, necessariamente introduziriam a questão da discriminação e exploração da mulher nas suas discussões. Com o tempo, apesar de essas questões terem sido abordadas, o que se constatou foi um cenário de lutas e organização, no qual o ambiente era majoritariamente dominado por homens marcados por uma prática que reduzia e desqualificava as questões ligadas à mulher. Assuntos como sexualidade, saúde da mulher, igualdade de participação, foram dados como secundários. Os grandes temas a serem discutidos giravam em torno da organização, da produção, das ocupações, entre outros temas pertinentes.

Dessa forma, as mulheres foram tomando as primeiras iniciativas para constituir uma organização que tivesse, como demanda e bandeira de luta, as principais questões ligadas ao universo da mulher trabalhadora rural. Depois de iniciados esses passos, o debate acerca da autonomia ganhou fôlego, formando em 1988 uma comissão provisória, emergindo em agosto de 1989 o MMTR, fundado formalmente durante o I Encontro Estadual do MMTR. Inicialmente, temas relacionados com a saúde da mulher, aposentadoria, licença-maternidade foram os mais discutidos. Desde então, sua agenda de lutas tem-se ampliado. Muito embora o movimento tenha como base discutir a classe trabalhadora, seu lugar, seus objetivos, sua emancipação, está, aos poucos, trabalhando também com os aspectos culturais e sociais que marcam as diferenças entre homens e mulheres, no âmbito da Luta pela Terra no Brasil.

A partir de então, o movimento tem sido referência nacional no que tange à luta organizada das mulheres trabalhadoras rurais. Por ele, são produzidos materiais de apoio, cartilhas, livros, textos, que abordam desde a saúde da mulher até discussões sobre as redes de poder e a busca pela sua superação no processo de luta pela terra. Aliás, muitos desses materiais foram e continuam sendo amplamente utilizados como apoio por integrantes, tanto do Coletivo de Gênero quanto da Omaquesp, e fazem parte, inclusive, do acervo documental de materiais utilizados em palestras, cursos de formação política, dentre outros eventos realizados pelos grupos, sobretudo o Coletivo de Gênero do MST.

Isso indica a constituição do MMTR e sua influência como precursora dos outros grupos organizados na região. A presença de representantes desse movimento organizado em âmbito nacional foi sempre constatada quando da realização dos Encontros Estaduais de Mulheres Assentadas do Estado de São Paulo.

A luta levada a cabo por esse movimento certamente foi a inspiração para a organização e constituição da Omaquesp como uma organização autônoma de mulheres trabalhadoras rurais. Ao mesmo tempo, sua origem se confunde quando da efervescência da discussão acerca da participação da mulher no MST, já que foi por meio desse movimento, como já salientamos anteriormente, tracejado um dos caminhos pelo qual o MMTR viria mais tarde a se constituir. Da mesma forma, na segunda metade da década de 90 assistimos à emergência do Coletivo de Gênero, organizado e atuante na região do Pontal, dando provas da força e importância da mobilização das mulheres e tendo participação concorrendo até hoje decisivamente no contexto da luta travada pelos trabalhadores rurais sem terra.

3.4. O Feminismo na História da Organização Política das Mulheres

“Os homens, seus direitos
e nada mais.
As mulheres, seus direitos
E nada menos “.

Susan B. Anthony

Em se tratando de movimentos sociais e grupos organizados de mulheres, não poderíamos deixar de repensar sua construção e seu processo histórico de formação. Tampouco poderíamos negar que se atualmente existem expressivos trabalhos e novas formas de organização feminina, isso se deve a um acúmulo de experiências e avanços que tiveram sua emergência e concepção com os movimentos feministas. O surgimento dos trabalhos e estudos que discutem o conceito de gênero está diretamente ligado a essa história, e ao significado das lutas políticas de emancipação feminina.

É impossível falar em mobilização política, sobretudo uma mobilização que envolve particularmente mulheres sem fazer menção ao feminismo. Este aparece como um elo comum entre as lutas desencadeadas pelas mulheres ao longo da história. Apesar de estarem vinculadas a iniciativas e demandas específicas, o elemento norteador dessas lutas sempre esteve ligado ao ideário de mudança, conquista e superação das condições que envolviam o universo feminino. Essas conquistas feministas têm sido progressivas, apesar de não terem alcançado a conquista total de seus ideais. Mas devemos salientar que muitos desses objetivos têm sido alcançados, superando suas expectativas.

Esse movimento que sempre esteve pautado num ideário político feminista tem conquistado, ao longo de sua trajetória, muitos avanços, inicialmente com as lutas por melhores salários, saúde da mulher, direitos, etc., e que são agora, reportados para o universo da luta pela terra.

O movimento feminista organizado conheceu sua emergência ainda no século XIX, ganhando maior visibilidade naquele que é considerado por muitos a primeira onda deste movimento, conhecido como “sufragismo”²⁵. Organizado então nos países do Ocidente, o movimento ganha novos ingredientes na segunda metade da década de 1960. É nesse momento que os estudos e elaborações teóricas começam a ganhar fôlego. Contudo,

²⁵ O sufragismo foi uma das bandeiras de luta do movimento feminista, segundo o qual as mulheres reivindicavam a extensão do direito de voto.

devemos salientar que essa primeira onda do movimento feminista não esteve vinculada a uma luta de classe, na qual as mulheres não ergueram a bandeira da emancipação da sua condição, mas reivindicaram apenas direitos civis.

A exaltação à libertação da mulher, e à sua emancipação foram elementos que compareceram mais tarde, sobretudo a partir da década de 1960. Cabe aqui compreender melhor o que significou a emancipação e libertação no contexto em que foi forjado o feminismo. Emancipar-se tinha o sentido de equiparar-se ao homem em direitos jurídicos, políticos e econômicos, correspondia à busca de igualdade. A idéia de libertar-se ia adiante, significava marcar a diferença, realçar as condições que dariam margem às significativas mudanças nas relações de gênero. Eram essas as principais reivindicações que estavam imbricadas nas manifestações do movimento, já que era esse o objetivo almejado numa sociedade que ainda mantinha a mulher como oprimida, subtraída, explorada.

As mudanças tão profundas não poderiam ser alcançadas apenas com mudanças jurídicas na sociedade, nem mesmo com a mudança para outro modelo de sistema econômico, como queriam Marx²⁶, Clara Zetkin²⁷ e outros. Uma das principais obras de contextualização da situação da mulher e de abordagem da questão da mudança do sistema econômico como um dos meios para sua libertação foi escrita em 1889. Trata-se *O Socialismo e a Mulher*, de Bebel, que concordava com a tese de Engels de que a sociedade retrocedera de um período mítico, matriarcal e feliz, para um período patriarcal, fundado na propriedade privada. Assim, julgou que a abolição da propriedade privada significaria a libertação da mulher, no que se equivocou (BETTO, 2001).

O socialismo no leste europeu comprovou que não se liberta a mulher abolindo a propriedade privada e introduzindo-a no processo produtivo. É preciso mudar também a superestrutura cultural e psicológica da sociedade e, sobretudo, reinventar formas de produção e de exercício de poder que tenham as mulheres como sujeito. Enquanto o masculino for o paradigma do feminino, esse ideal não será alcançado, a menos que as

²⁶ Marx, em *O Capital*. Vol. 5. São Paulo: Nova Cultural, 1998.

²⁷ “Foi ela uma das mulheres que propôs a criação de um dia para as mulheres operárias, o que posteriormente acabou resultando no Dia Internacional da Mulher, 8 de março. Isso ocorreu durante o II Encontro das Mulheres Socialistas, realizado em Copenhague. Tal proposta se devia às grandes movimentações femininas que marcaram vários países em anos anteriores, principalmente por melhores condições de trabalho e direito de voto. No dia 20 de junho de 1933, com 76 anos de idade, Clara Zetkin morreu em Archangelskoje, próximo a Moscou. Seu corpo foi sepultado nas muralhas do Kremlin e seu nome continua sendo lembrado toda vez que se fala em Dia Internacional da Mulher e em luta das mulheres socialistas. Deixou como contribuição várias pesquisas sobre o papel das trabalhadoras na sociedade capitalista”. Disponível em: www.mcls-rj.org/biozetkin.htm. Acesso em: 20/12/2004.

mulheres descubram que elas próprias são o paradigma de si mesmas. Segundo Antunes (1999, p. 110):

A luta das mulheres contra as formas históricas e sociais da opressão masculina será, além disso, uma luta pós-capitalista, pois o fim da sociedade de classe *não significa o fim da opressão de gênero, pois esta é pré-capitalista*. (grifos do autor)

Nessa lógica, muito mais do que buscar a emancipação feminina há que se buscar a emancipação do gênero humano, compreendido na sua totalidade. Essa mudança de base cultural e psicológica prevê a revolução estrutural que marca todas as classes. Deve haver uma revolução nas estruturas de poder, nas quais estão mergulhadas não só o gênero, mas também a raça, a classe.

As mulheres eram consideradas inferiores ao homem, pelo que apareciam como “naturalmente” inferiores, segundo a relação dicotômica entre os pólos: dominador/dominado, produção/reprodução, razão/sentimento. Nesse sentido, o primeiro é sempre superior ao segundo. Quando os questionamentos se dirigiam à possível libertação do escravo e sua transformação em religioso, entendia-se que o escravo era socialmente inferior, enquanto a mulher era naturalmente inferior.

Simone de Beauvoir publica, em 1949, *O Segundo Sexo*²⁸, considerado um dos marcos sobre a história das mulheres e do feminismo. Colocando as profundas raízes da opressão feminina e analisando o desenvolvimento psicológico da mulher e as condições sociais que a tornam alienada e submissa ao homem, denunciava a opressão da mulher, a angústia do eterno feminino, da mulher sedutora e submissa. A partir dessas novas idéias, o movimento feminista alastrou-se pelo mundo. Sutiãs foram queimados nas ruas; a libertação sexual tornou-se um fato político; as palavras de ordem se multiplicaram. O modelo tradicional do ser mulher entrou em crise e um novo perfil feminino começou a se esboçar. As mulheres brasileiras participaram ativamente da resistência à ditadura militar. Segundo Betto (2001, p. 16):

²⁸ Esta obra foi lançada numa época em que o termo 'feminismo' nem sequer havia sido cunhado. O livro pode ser considerado, hoje, o marco inicial da prática discursiva da situação feminina. Neste primeiro volume, Simone de Beauvoir aborda os fatos e mitos da condição da mulher numa reflexão que interessa a ambos os gêneros humanos.

o primeiro grupo organizado de feministas pós-Simone de Beauvoir surgiu em São Paulo, em 1972. Aos poucos, o tema do feminino e do feminismo passou a ocupar fóruns nacionais de debate, como ocorreu na reunião anual da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC), em Belo Horizonte, em 1975. No mesmo ano, um encontro na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio, deu origem ao Centro da Mulher Brasileira. Também no mesmo ano, em São Paulo, realizou-se o Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista; surgiu o Movimento Feminino pela Anistia, liderado por Terezinha Zerbine; e foi lançado o jornal Brasil Mulher que circulou de 1975 a março de 1980.

A presença das mulheres no tocante às questões políticas, foi, assim, se evidenciando no período da ditadura e tornando-se um dos principais elementos de contribuição aos avanços na mudança do regime político, como coloca Álvarez (1988). Além disso, as mulheres também compuseram a coluna vertebral de muitas das organizações de sociedade civil e partidos políticos de oposição, que, com êxito, desafiaram regras autoritárias durante os anos 70 e início dos 80.

Dessa forma, a imprensa feminista ganhou respaldo e se ampliou, assim como destaca Louro (1999, p. 16):

É, portanto, nesse contexto de efervescência social e política, de contestação e de transformação, que o movimento feminista contemporâneo ressurge, expressando-se não apenas através de grupos de conscientização, marchas e protestos públicos, mas também através de livros, jornais e revistas. Algumas obras hoje clássicas – como, por exemplo, *Lê deuxième sexe*, de Simone Beauvoir (1949), *The feminine mystique*, de Betty Friedman (1963), *Sexual politics*, de Kate Millett (1969) – marcaram esse novo momento. (grifos do autor).

No Brasil:

entre os anos trinta e sessenta, assistimos à emergência de um expressivo movimento feminista, questionador não só da opressão machista, mas dos códigos da sexualidade feminina e dos modelos de comportamento impostos pela sociedade de consumo. No contexto de um processo de modernização acelerado, promovido pela ditadura militar e conhecido como “milagre econômico”, em que se desestabilizavam os vínculos tradicionais estabelecidos entre indivíduos e grupos e a estrutura da familiar nuclear, as mulheres entraram maciçamente no mercado de trabalho e voltaram a proclamar o direito à cidadania, denunciando as múltiplas formas da dominação patriarcal. (RAGO, 2003²⁹).

²⁹ Ver mais em: RAGO, M. Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global. Labrys Estudos Feministas, no. 3, janeiro/julho 2003. Disponível em: www.unb.br/ih/his/gefem/labrys3/web/marga1.htm. Acesso em 10/01/2005.

É importante salientar as diferentes marcas dos ideários que marcaram o feminismo ao longo de sua trajetória e como ele veio adicionando novos elementos e transformando sua bandeira de luta. Essa bandeira foi, inicialmente, erguida pelas mulheres da classe média e, agora é defendida pelos setores mais precarizados da população.

Entre 1970 e 1980, as mulheres organizadas centraram-se na luta pela redemocratização do país. Nos setores mais pobres, surgiram, com o apoio da Igreja Católica, clubes de mães e associações de dona-de-casa. Muitos outros movimentos brotaram pelo território nacional, em defesa dos direitos da mulher e da ampliação da cidadania feminina. Milhares de mulheres reuniram-se em eventos, congressos, sendo que, em 1979, aconteceu o I Encontro Nacional Feminista, em Fortaleza, que teve a sua 13ª versão, em João Pessoa, no ano de 2000³⁰.

Grande destaque deve ser dado aos movimentos feministas sindicais, que, desde 1963, se faziam presentes, tendo sido sufocados pelo golpe militar. Somente ressurgiram em meados da década de 1970.

No I Conclat (Congresso das Classes Trabalhadoras), em 1981, a voz feminina soou, sobretudo com as demandas das empregadas domésticas pelo reconhecimento da profissão e extensão dos direitos trabalhistas à sua categoria.

A reação contra o preconceito e violência doméstica deu condições para que mais tarde fossem criadas as Delegacias da Mulher, empenhadas nos casos de violência ou quaisquer outros dirigidos à mulher. Cada vez mais, ganhou espaço na mídia a violência contra as mulheres, sobretudo os assassinatos cometidos por seus companheiros.

Mais tarde, já nos finais da década de 1970, o movimento feminista fragmentou-se em diversas tendências, algumas mais voltadas para a discriminação do aborto, outras centradas na isonomia profissional com os homens. Muitas mulheres, após conquistarem postos de trabalho antes ocupados exclusivamente pelos homens, lograram também assumir funções políticas de comando.

Contudo, aquilo a que assistimos é uma ampliação das relações de poder que regem esses dois pólos: masculino e feminino. A sobreposição da figura do homem que reforça a tendência de discriminação e desvalorização da mulher está inserida em práticas que se reforçam no nosso dia-a-dia. No plano cultural, tal tendência se mostra muito forte. Por esse motivo, ressaltamos, novamente, que a transição dessa realidade caracteriza-se não

³⁰Mais detalhes, ver: <http://168.96.200.17/ar/libros/lasa98/sarti.pdf>. Acesso em: 10/01/2005.

apenas por transformar os meios de produção, mas também pelas mudanças culturais e comportamentais que regem as relações sociais.

Mas, foi a partir de 1979, que as trabalhadoras despontaram e começaram a se organizar em movimentos de mulheres, nos sindicatos, nas associações, lutando pelos seus direitos. O MST foi o berço de alguns desses grupos e ajudou a impulsionar tais objetivos, denunciando e combatendo, em sua luta, todas as formas de discriminação à mulher. Como já pudemos aspirar em momentos anteriores, os grupos de mulheres oriundos da Luta pela Terra, como o Coletivo de Gênero, deram margem a uma série de reivindicações, protestos e anseios, presentes em vários encontros, passeatas, caminhadas, acampamentos e assentamentos. E ainda não se restringiam às questões essencialmente feministas; objetivavam questionar a condição da classe trabalhadora na qual estavam inseridas. Esse é um elemento diferenciador.

Entre 1985 e 1990, as mulheres negras começam a dar visibilidade nacional às suas lutas também. Atualmente, estão incorporadas em uma outra organização de mulheres trabalhadoras rurais, alvo de nossas investidas, a Omaqesp, de que participam mulheres negras descendentes dos quilombos no Estado de São Paulo, contudo representam ainda um grupo minoritário dentro da organização.

No plano teórico, muitas transformações se esboçavam. Foi exatamente para mudar o foco das relações entre homens e mulheres da esfera biológica para a social, que o movimento feminista passou a se preocupar em diferenciar gênero de sexo. Por esse motivo o conceito de gênero, que no Brasil só passa a ser utilizado no final dos anos 1980, serve como importante ferramenta política, pois permite enxergar que as relações de gênero vão muito além da “guerra dos sexos”. Segundo Nizza da Silva (1987), no Brasil, os estudos de gênero representam uma área do conhecimento que vem ganhando espaço e autonomia dentro das universidades. Existem inúmeros núcleos de estudos e pesquisa em vários Estados, a destacar: Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, entre outros. (BLAY: 1990).

Os estudos e pesquisas refletiram as transformações da sociedade. O feminismo e/ou as consequências de seu estabelecimento, crescimento e ideais também se fizeram ver dentro da academia. Prova disto são os inúmeros trabalhos que vêm sendo elaborados e que, de uma forma ou outra, trazem uma análise para a condição da mulher. Na Geografia, esse fato ainda tem sido tênue. Já assistimos a um crescente e expressivo movimento de pesquisadores, que se debruçaram sobre o universo da mulher, analisando seu trabalho, sua presença nos movimentos sociais, entre outros, muitos já estabelecidos enquanto

grupos de estudo, o que indica o fortalecimento e a relevância desse tema para o próprio entendimento da sociedade.

3.5. Gênero e Desenvolvimento Territorial: Questões para o Debate

Avaliar a história de exclusão das mulheres trabalhadoras rurais e buscar, em suas iniciativas de organização, o reforço para romper com as amarras dessa mesma exclusão, foi o caminho percorrido até então. Acreditamos que parte de nossa contribuição, talvez, esteja centrada na proposição de algumas reflexões que nos permitam ir além, ou seja, pensar em algumas alternativas, ações e iniciativas para promover uma integração, de fato, maior e com mais alcance no que diz respeito ao tema. Esses conjuntos de ações podem e devem ser estudados, elaborados e praticados pelos agentes ligados ao desenvolvimento do campo, de modo a promover uma inclusão das mulheres nesse processo e nas políticas públicas. Dessa forma, pensamos em ações que unam desenvolvimento social e integração da mulher.

Falar em desenvolvimento sempre implicou ou ao menos sugeriu uma ligação com a área econômica, muitas vezes, dissociado da noção de práticas que integram para além de uma atuação econômica, ou seja, sem privilegiar aspectos sociais. Como já pudemos analisar anteriormente, o movimento feminista sempre esteve distante do universo econômico, privilegiando em sua pauta de lutas, questões que envolviam a saúde da mulher, os direitos trabalhistas, a aposentadoria, a assistência à mulher, a violência, etc.

Alguns projetos voltados à mulher começaram a despontar no período que corresponde a duas décadas. Foram experiências que instituíram as mulheres como mediadoras de políticas, algumas das quais com o objetivo de combater a pobreza e a miséria. Porém, tais práticas não chegavam a promover essas participantes a sujeitos do processo. As mulheres sempre foram chamadas a participar pela questão das privações, das necessidades, da pobreza, de modo geral, não pela questão de gênero. Isso pode se explicar pelo fato de elas estarem inseridas num segmento que passa por um quadro crônico de pobreza, e que tem maior contato com esses grupos. As mulheres vivenciam de forma muito especial, essas condições: estão ligadas a esse universo na família, na comunidade, etc. Logo, acredita-se que, dirigindo determinadas ações de combate à pobreza para as mulheres, indiretamente estariam sendo trabalhados, também, aspectos como da saúde (natalidade, mortalidade, gestação), alimentação, entre outros. Ou seja, por meio da pobreza da mulher, sanava-se a pobreza da família.

Assim, as políticas e/ou iniciativas de desenvolvimento, além de reforçarem a tradicional divisão sexual do trabalho não promovem a inclusão positiva³¹ das mesmas; pelo contrário, há uma especialização naturalizada na qual a mulher é formada. **Inserir autora**

No Pontal do Paranapanema, podemos notar essas linhas de atuação. Alguns órgãos públicos, ong's e as próprias organizações de mulheres, que têm seus trabalhos voltados para a manutenção e desenvolvimento do campo, contam com algumas iniciativas, projetos e atividades na área econômica que privilegiam a geração de renda e também ações de caráter assistencialista. Grande parte delas se ocupa da produção, comercialização e prestação de serviços pautados nas habilidades tradicionalmente consideradas como femininas (corte, costura, artesanato, culinária, etc.). Para comprovar isso, basta focar as iniciativas destacadas nos capítulos anteriores. Em vista da condição de precariedade vivenciada pelas famílias assentadas, chegou-se à conclusão de que era necessária uma renda extra para somar aos outros rendimentos da família. Tais iniciativas mostraram que o trabalho feminino não passa de uma renda complementar na organização e manutenção da vida familiar. Assim essas mulheres pobres passaram a ter dupla jornada de trabalho, sobretudo em épocas de crise. Logo, são trabalhadoras secundárias, ocasionais, temporárias, *quebra-galho*.

Esse tipo de iniciativa, na verdade, não se mostra como transformadora da condição vivenciada pelas mulheres trabalhadoras rurais. Um plano de desenvolvimento que tivesse como foco tal mudança teria, nas mulheres, as protagonistas dessa transformação. Isso só se efetivaria se houvesse uma simetria de gênero, uma decisão consciente de transformar as desigualdades no acesso aos recursos, nas tomadas de decisão e no controle sobre os resultados dos projetos de desenvolvimento. Quantas mulheres atualmente são as titulares ou beneficiárias dos lotes de assentamentos rurais? Quantas mulheres têm acesso a créditos ou benefícios? A quem cabe o papel de decisão e gestão na manutenção do lote, nas atividades ali desenvolvidas, e na programação do que será futuramente desenvolvido?

Se a condição para as mulheres, de forma geral, tem sido o que destacamos no decorrer deste trabalho, frisamos que, para as mulheres do campo, outros agravantes se somam. Enquanto no meio urbano elas se encontram mais próximas dos canais de informação, e até mesmo do contato com outras mulheres, pela comunidade, no campo, as limitações são ainda maiores. O isolamento e o fechamento, aliados ao conservadorismo, são armas potentes. As marcas culturais vivenciadas também se diferem. As mulheres estão muito

³¹ Por inclusão positiva, entendemos a inclusão de fato transformadora, que traga no bojo de suas ações as condições necessárias para construir uma mudança no que tange à participação da mulher; que venha a romper com as tradicionais marcas que caracterizam os papéis delegados às mulheres.

mais presas a estruturas familiares mais tradicionais, sem acesso fácil à educação, à saúde. O quadro se agrava consideravelmente quando se trata de participação política ou de qualquer coisa que as coloque em contato com o universo público. Elas não têm reconhecimento político e não contam com uma ação inerente aos projetos de desenvolvimento para transformar as relações desiguais de poder. Portanto, a realidade das mulheres rurais em nada mudou. As atividades realizadas por elas não são consideradas produtivas, por isso não tem reconhecimento.

A desvalorização, a invisibilidade e a negação das atividades das mulheres, na produção, conduziram ao esfacelamento de inúmeros projetos geralmente ligados à geração de renda, os quais acabaram se concentrando em atividades pouco remuneradas e segregadas por sexo, já que se estabeleceram em âmbitos femininos próximos às atividades domésticas, vinculadas, majoritariamente, às mulheres. Para tanto, basta retomar os exemplos vivenciados pelas integrantes da Omaquesp e o atual trabalho desenvolvido pelo Itesp no município de Teodoro Sampaio, onde as mulheres se dedicam à confecção de paninhos bordados, pintados, em crochê, etc. Aproveitam-se os conhecimentos das mulheres prendadas³² para a produção e venda de peças com o objetivo de angariar uma pequena renda extra no fim do mês.

Mas, nem tudo são pedras. Existem avanços no sentido da ampliação dos direitos das mulheres rurais, dos quais podemos destacar o trabalho desenvolvido pelo MMC. Este reivindicou: titulação conjunta da terra, revisão do sistema de pontuação para a seleção dos candidatos, demanda de crédito específico, assistência técnica, etc., ou seja, políticas agrárias consoantes com outras lutas como: ampliação dos direitos das trabalhadoras rurais na previdência, serviços públicos, salário mínimo, salário maternidade, violência contra a mulher, saúde, documentação pessoal e profissional etc., aliadas ainda às lutas gerais do conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras. Os movimentos sociais passaram a se articular destacando o papel da mulher na luta contra o neoliberalismo, contra a ALCA, FMI, almejando um modelo alternativo de desenvolvimento e ruptura dos padrões de gênero.

Nos movimentos sociais rurais, há também outras iniciativas, como as cotas para mulheres, a criação de estruturas específicas dentro dos movimentos, a exemplo do Coletivo de Gênero do MST, etc. Aos poucos, essas demandas políticas das mulheres do

³² Ao nos referirmos a este termo, fazemos alusão a uma condição tradicionalmente conhecida em grande medida no meio rural, que versa exatamente sobre os conhecimentos das mulheres com relação a artesanato, culinária, cuidados com a família, etc. Referir-se à mulher como prendada significa que ela é dotada de inúmeros conhecimentos e potencialidades nessa área, conhecimento esse que é transmitido no convívio familiar através das gerações.

campo foram tomando corpo e acumulando experiências e poder político para legitimar as conquistas e a interlocução com Órgãos ligados à questão agrária, dentro dos movimentos sociais e por dentro dos próprios movimentos de mulheres.

Mas existem muitas coisas a fazer, as quais passam pela necessidade de um avanço considerável. O trabalho da mulher continua oculto e desvalorizado. Elas são vítimas da violência verbal. Como constatamos muitas vezes, este não é o único tipo de violência; ao contrário, é talvez o mais ameno. O fato de considerar o trabalho realizado pela mulher como uma ajuda, um apêndice, dá mostras da submissão e exploração a que estão subordinadas as mulheres.

O grande obstáculo é enfrentar as diferentes dimensões da exclusão que marcam as mulheres. Isso passa por desafiar um padrão secular de subordinação e negação das mulheres trabalhadoras rurais sem terra como sujeitos políticos e econômicos no campo. O Estado, igualmente, vem legitimando essa desigualdade social estruturada pelo sexo. As relações sociais de gênero, porém, são um dos aspectos estruturadores das relações sociais no campo. Logo, devemos reconhecer nas mulheres, não só indivíduos beneficiados, mas indivíduos capazes e dotados de potencial de transformação.

Um dos caminhos a serem trabalhados leva à esfera da cultura. A opressão e a discriminação das mulheres estão sustentadas na ideologia burguesa machista, que naturalizou essa condição, de que as próprias mulheres são educadas para conduzir as condutas para seus filhos e para a família. Elas próprias são condutoras da sua subordinação. Observe-se a fala da militante analisando a si mesma e tirando suas conclusões a respeito:

Machismo existe no movimento, mas não é culpa dos companheiros. Tanto as mulheres, também têm o machismo feminino. Muitas vezes a mãe ensinou aquilo. Por exemplo, menina brinca de boneca e menino de bola. É muito difícil conciliar ser mãe e militante porque a gente já começou a educar do jeito que a gente foi criado, né?

(Militante do Coletivo de Gênero)

Até agora, tratamos do desenvolvimento do campo e das formas nas quais as mulheres foram inseridas nesses projetos e iniciativas, bem como da necessidade de criação de políticas públicas que forneçam canais de participação efetiva por parte das mulheres inseridas como agentes protagonistas de sua própria transformação. Portanto, devemos nos ater à discussão em torno das formas para alcançar esse objetivo. O Desenvolvimento

territorial³³, entendido como o fortalecimento da ação coletiva identificada com um território, é um desses caminhos.

Assim, utilizamos o conceito de território, destacando um de seus principais aspectos, que são as relações de poder, conceito defendido por Marcelo de Souza. O autor defende a idéia do conceito que abranja o seu caráter político desvinculado ou para além do domínio estatal.

Apesar de existem outras abordagens como as "vertentes culturalista e econômica", as quais destacam primeiro os aspectos ligados às identidades e representações e, na seqüência, os referentes às questões locais, de competitividade, inovações tecnológicas e desenvolvimento, acreditamos que o caráter político supera essas abordagens. Rogério Haesbaert é um dos autores que destaca tais diferentes noções de território. Contudo, é importante analisar o território também pelo viés político, que, aliás, é uma das noções clássicas do conceito. Essa escolha se faz necessária, sobretudo para a formulação de políticas públicas que tenham por objetivo desenvolver ou implementar ações direcionadas para comunidades específicas. (Haesbaert, 1995)

Para o autor, o território, além de ter um sentido político, possui também o seu sentido simbólico. Ele é apropriado simbolicamente, de maneira que as relações sociais vão produzir ou fortalecer uma identidade, repousando sobre um determinado espaço. Nesse sentido, a dupla dimensão do território, cultural e política, pode estar relacionada ou contraditória de acordo com as formas e a intensidade com que se apresenta a relação entre as dimensões político-econômicas e simbólico-cultural.

Um dos objetivos entendidos por meio do desenvolvimento territorial é diminuir a precariedade, a sujeição, as desigualdades; dentre elas, a mais comum e universal, segundo os autores, é a de gênero.

Apesar dos progressos alcançados por algumas mulheres nos últimos anos, elas continuam em situação de desvantagem econômica e política em todas as classes sociais

³³ Para explicitar melhor a utilização deste termo, remetemo-nos ao conceito de território utilizado como uma categoria-chave para compreensão da realidade que se coloca. Assim, entendemos o território como um espaço de apropriação e reprodução concreta e simbólica, definido e delimitado por e a partir de relações de poder, logo, é base para entender *quem domina ou influencia quem nesse espaço e como?* (SOUZA, M., 1995). Consideramos o espaço, não apenas com seus atributos naturais, senão que comporta uma dimensão cultural, simbólica por meio de uma identidade territorial dotada pelos grupos sociais, que como formas de controle simbólico sobre o espaço onde vivem, são capazes de ordenar, dominar e disciplinar os indivíduos. São relações sociais, que quando projetadas nesse espaço, afirmam um controle, um domínio, uma delimitação. O território explana essa teia de relações sociais, dentre as quais o gênero é uma delas, logo permeada por relações de poder que os grupos projetam no espaço.

(trabalhadoras e capitalistas), em todas as raças (negras, caboclas, orientais, brancas) e em todas as regiões (no norte e nordeste, centro oeste, sul e sudeste):

“Porém, ainda que tais desigualdades estejam presentes em áreas urbanas e rurais, são estas últimas, como salientado anteriormente, onde a identidade de gênero é mais determinante para o acesso aos recursos, para a participação política, e para a divisão sexual do trabalho no espaço doméstico. Atendendo a isso podemos constatar como o gênero define, não só quem faz quê ou quem tem acesso ao quê, senão que como uma dimensão cultural importante nestes espaços condiciona as mudanças e determina de forma decisiva a aceitação de inovações”.³⁴

Os projetos de políticas públicas para o campo, inclusive a formulação de uma Reforma Agrária plena, são omissos a essa desigualdade: não estão atentos a tal realidade. Mas não é apenas isso. Os movimentos sociais que lutam por terra e na terra não têm a superação como meio e fim das suas lutas. Apesar de alguns terem em sua lista de objetivos, algumas questões que aludem à busca pela emancipação feminina, na prática, não alcançam nem de longe tais objetivos. Trabalhar com uma perspectiva de gênero implica tratar homens e mulheres na sua especificidade, o que requer uma ampliação das estratégias de desenvolvimento. Por isso, é uma concepção a ser praticada pelas instituições públicas, pelas agências de desenvolvimento, pelos ministérios, sindicatos, associações e cooperativas, e demais possíveis agentes de mudanças ligados ao universo agrário.

Isso, contudo, requer o estabelecimento de novas discussões, dentre as quais podemos destacar: 1) a necessidade de ir além da análise sobre quem faz o quê e onde na esfera produtiva, pois as relações de poder se estabelecem não somente na esfera pública, mas também na doméstica; 2) analisar as formas de inserção no espaço público é fundamental, mas é no espaço privado que estão as sementes das desigualdades do atual padrão de gênero. Logo, trabalhar nesse espaço também é fundamental; 3) no espaço, a promoção dessa mudança se dá por meio da criação e do fortalecimento de organizações que promovem os interesses dos grupos sub-representados na cena política do território. Isso pressupõem ações específicas para fortalecer as organizações que representam os interesses das trabalhadoras assentadas, acampadas e militantes.

Apesar de estarem diante de uma série de entraves, conflitos, dificuldades inter e intra-organizacionais, as iniciativas que conduziram ao estabelecimento das experiências configuradas no Coletivo de Gênero e Omaquesp, no Pontal, podem e devem

³⁴ In: www.iica.org.br/eventos/arquivos/genero Acesso em: 20/08/2003.

servir de base para essa análise e demais proposições que venham a se apresentar. Não se alcançará o objetivo buscado se não houver o reconhecimento da necessidade de fortalecimento das políticas públicas voltadas às mulheres trabalhadoras rurais. Devido a isso, tais grupos são exemplos a serem tomados.

Basta para tanto tomar como exemplo os grupos estudados nesta pesquisa. Procuramos aqui destacar desde sua gênese até os conflitos atuais, mas sem perder de vista as conquistas das mulheres trabalhadoras rurais que se organizaram e foram capazes de estabelecer representações importantes, cujo reconhecimento é inevitável.

São essas iniciativas, com a criação de espaços específicos de ações direcionadas para as mulheres, que poderão nos dar saltos de realização e confirmação de um projeto de integração que rompa com valores, com preconceitos, com submissões e explorações, desafiando a ordem e estabelecendo a igualdade de gênero. É preciso apostar nessas iniciativas e injetar, em outras que não foram promissoras, uma nova mentalidade, que reconheça definitivamente a importância de trabalhar a opressão de gênero como um elemento bloqueador do desenvolvimento econômico e, sobretudo, social, e por isso, territorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito mais do que apresentar um estudo aprofundado de reconhecimento das diferentes formas de organização de mulheres envolvidas na luta pela terra, presentes no Pontal do Paranapanema, ou seja, o Coletivo de Gênero e a Omaquesp, tentamos refletir uma série de condicionantes que influenciam diretamente sobre essas instâncias, especialmente para destacarmos articuladamente as formas de organização, com as de mobilização. Entender os porquês que estão por trás das tomadas de decisão, mapear onde estão os principais obstáculos e dificuldades para a implementação das políticas específicas de gênero no âmbito da luta pela terra, eis o que nos propusemos.

Para tanto, devemos destacar o que significou trabalhar com algumas técnicas de levantamento e de pesquisa voltadas para a temática em apreço. A opção metodológica utilizada, a pesquisa qualitativa e participativa, se mostrou, mais do que necessária, fundamental. É uma opção que, como pudemos notar baseados em outros trabalhos cujos objetos de pesquisa são semelhantes, vem ganhando em amplitude e significação. Para esta experiência, sobretudo, elas se mostraram muito eficazes.

Quando iniciamos nossa pesquisa, uma questão que se apresentava, sobretudo se pensarmos em estudos na Geografia, era a sensação de estarmos um tanto desamparadas. A quantidade de estudos sobre Geografia de Gênero, apesar de estar em constante crescimento, ainda era modesta. Hoje, porém, com a finalização deste trabalho, podemos afirmar que os estudos sobre gênero vêm ganhando abrangência a cada momento.

Fazer uma “leitura” na qual a mulher se desperte como sujeito histórico, uma “leitura” que privilegie todas as relações em que estão inseridos esses sujeitos, sejam elas relações de classe, de gênero, é vital. Acompanhar e vivenciar o dia a dia das lutas, as preocupações, as demandas e empreitadas vislumbradas por essas mulheres foi, sem dúvida, o maior aprendizado. Conviver com as dificuldades, os empecilhos e as discriminações fortaleceu as provas de quanto são necessárias e importantes as iniciativas levadas adiante pelas mulheres envolvidas na luta pela terra no Pontal do Paranapanema. A partir desse convívio, foi possível constatar uma série de elementos, os quais destacamos a seguir e que se configuram enquanto as contribuições da nossa pesquisa para os estudos sobre questão agrária no Brasil.

No primeiro capítulo pudemos constatar a iniciativa levada pelas mulheres inseridas no MST, e ainda da Omaquesp, baseada na necessidade de organizar-se em torno de um objetivo comum, ou seja, buscar a contestação de uma série de condições que permeiam a luta pela terra e atuam diretamente sobre o cotidiano dessas mulheres: como a mínima participação em atividades desenvolvidas pelo movimento; o difícil acesso aos cargos ou funções de liderança; a necessidade de iniciar o debate acerca da exploração, violência, saúde da mulher, entre outros temas relacionados. Assim, elas passaram a se organizar em determinados lugares sociais, criando sua representatividade dentro dos territórios de luta: os acampamentos e assentamentos.

A partir da organização desses grupos, passamos a compreender de que forma estavam pautadas as relações de gênero nos territórios de luta onde estão inseridos os grupos de mulheres, no qual constatamos que:

- a) O momento do acampamento vivenciado pelos trabalhadores e trabalhadoras sem terra, sem dúvida, permite, pela forma como são estruturadas as relações e os lugares, que exista uma temporária dissipação da opressão feminina, o que culmina com uma maior participação em atividades, encontros, marchas etc., enfim, com um contato maior com o espaço público. Existe uma momentânea simetria entre os gêneros. Essa condição se dissipa quando da transição do acampamento ao assentamento;
- b) No assentamento é criado e estabelecido o lugar da morada, o lote, onde são resgatados os valores que circundam a família, e, com eles, as atividades ligadas ao trabalho, à reprodução, ou seja, a casa, a família, os cuidados com os filhos. Estes são novamente colocados em pauta e a repercussão disso, para a mulher, se materializa no abandono dos grupos de mulheres, do movimento no qual estava inserida, de atividades coletivas, seja de trabalho ou de recreação etc. Acontece, assim, o retorno e a dedicação exclusiva ao trabalho no lote.

Já no segundo capítulo constatamos uma questão extremamente relevante que diz respeito à desmobilização dos grupos de mulheres. Assistimos a um vai-vém de mudanças de denominação, de áreas de atuação, de diretrizes, de abrangência geográfica. Contudo, essas mudanças constantes denotaram o grande caminho a ser percorrido por essas mulheres em busca da transformação da sua condição enquanto mulheres e enquanto trabalhadores: uma mudança de postura, de práticas, que deve partir não apenas do âmbito familiar, mas de toda a organização dos trabalhadores rurais envolvidos na luta pela terra. Caminho esse que se apresenta demasiado longo, diante do quadro a que assistimos. Assim, é

extremamente importante apostar nas iniciativas de organização que buscam trabalhar essa transformação.

Mapeamos as diferentes formas de organização, atuação e diretrizes que formam parte dos grupos de mulheres, que atualmente desenvolvem ações no Pontal. Assim, foi possível identificar suas estratégias, limitações, avanços, entraves e obstáculos. Enquanto estratégias, os grupos pautados em formações e bases distintas, utilizaram sua representatividade dentro dos assentamentos e acampamentos para envolver as mulheres e ampliar sua área de atuação. Justamente nesse momento que as limitações se apresentaram enquanto barreiras a essa ampliação: a própria distância física foi um elemento a ser considerado, uma vez que os assentamentos se encontram relativamente distantes uns dos outros e por várias vezes, as mulheres encontraram dificuldades em divulgar suas ações e envolver as trabalhadoras das comunidades assentadas.

O envolvimento em diferentes setores, ou à frente de ações ligadas a outros temas, como saúde e educação, sobrecarregaram as militantes, as quais encontraram pouco tempo para dedicar-se a atividades voltadas para o Coletivo. O seu desprendimento para atuar em vários setores, no caso do MST, apresentou-se enquanto um empecilho, não havendo uma dedicação pontual para o fortalecimento do Coletivo de Gênero. Quando houve essa iniciativa, ou seja, a de canalizar as ações desenvolvidas pelas mulheres apenas para o Coletivo, as mesmas não encontraram respaldo dentro da organização. Mas internamente ao movimento, assistimos a valorização do debate da questão de gênero, ainda que na prática, essa iniciativa acabe esbarrando nos obstáculos mencionados.

A questão da representatividade dentro dos assentamentos foi considerada como um entrave, pois a comunidade não reconhece nas mulheres, ainda que essas sejam militantes ou lideranças, o seu potencial de articulação e organização dos trabalhadores, reivindicando em todas as ocasiões a presença de homens líderes do movimento.

O cuidado com os filhos e as atividades ligadas à manutenção do lote, da casa e da roça, ou seja, a divisão sexual e territorial do trabalho, é um elemento central que, quando adicionado a esse conjunto de entraves já colocados, sustenta as dificuldades para que outras mulheres sejam envolvidas nos trabalhos e atividades dos grupos. O envolvimento das trabalhadoras ampliou-se dentro dos assentamentos, de forma mais contundente, quando foram iniciados alguns projetos voltados para o incremento da renda familiar, ou seja, atividades alternativas, não ligadas à esfera da produção. Mas esses projetos não tiveram ao longo de sua execução o apoio e incentivo necessário, chegando rapidamente ao seu fracasso total.

Esses entraves também foram notados quando tratamos da organização e implementação de um grupo, cujas origens foram fundadas dentro de um esquema do exercício do poder, do controle, sendo orientado e regido por influências de determinados segmentos que, como não possuem compromisso com a transformação da realidade, sucumbiram e não alcançaram o êxito almejado. Referimos-nos à Omaquesp, uma organização pensada e forjada para implementar ações relativamente diferentes do Coletivo de Gênero, na alçada do MST, a qual veio a se estruturar justamente para buscar espaços, influenciar e criar massa crítica a respeito das demandas em apreço, em espaços em que o Coletivo não atuasse, ou se atuasse, perderia aos poucos sua força. Uma organização que teve em seus próprios princípios os problemas para a sua falência.

De toda forma, ainda que não tenham conseguido ampliar sua base de participantes e militantes, esses grupos estabeleceram no Pontal uma série de ações nunca antes praticadas e levadas à diante apenas por mulheres, como liderar uma ocupação ou um acampamento constituído na sua totalidade por mulheres trabalhadoras sem terra. Ou ainda, organizar e realizar um encontro regional envolvendo mulheres representantes dos assentamentos e acampamentos de todo Pontal. Esse conjunto de ações se apresenta enquanto o principal avanço da luta das mulheres trabalhadoras durante o período de desenvolvimento de nossa pesquisa.

Diante do exposto, essas constatações nos levam a enfatizar a necessidade de incorporar a categoria de gênero na análise espacial, em dois momentos diferentes: a) na elaboração e formulação de planos de desenvolvimento territorial; b) no exercício de formulação e reflexão teórica sobre a complexidade que marca as relações sociais.

Entendemos que para a transformação de uma realidade deve-se ter claro que homens e mulheres ocupam lugares e constroem realidades diferentes, mas não desiguais. Logo, é preciso apostar em ações que dêem conta de sanar essas necessidades diferenciais. Trabalhar com o intuito de transformar e desenvolver os territórios significa incorporar essa abordagem e, portanto, de políticas e ações estratégicas. Assim, nosso trabalho se configura como o ponto de partida dessa prerrogativa, a de levantar e enumerar uma série de entraves para que as mulheres se insiram no projeto de superação. Mas, não só isso. Essas constatações deixam em aberto o caminho para futuras pesquisas, que atendam a elaboração de projetos de desenvolvimento dos territórios estudados, das suas formas de organização e das relações sociais e espaciais que neles se estabelecem.

Por isso, dimensões como representação política, família, trabalho, militância, tem que ser analisadas para a elaboração de diagnósticos e estudos que conduzam à estratégias de superação dos limites e opressões de gênero vigentes.

Um passo seguinte seria apostar em iniciativas como essas existentes no Pontal, que trabalham a organização das mulheres trabalhadoras, executando ações práticas, e desenvolvendo trabalhos voltados para a formação e tomada de consciência. E é justamente nesse trabalho que o Coletivo vem apostando. Um trabalho em que se tentou implementar essas questões durante todo seu período de existência, mas que, por motivos já elencados não alcançou um êxito esperado.

Ainda que as mulheres do MST façam ações em momentos nos quais os militantes estão presos, fora de circulação; ainda que sejam as mulheres e as crianças as escolhidas para levar flores para jagunços, porque são frágeis, e contra mulheres ninguém teria coragem de executar qualquer ato de agressão; é preciso ter claro que existe uma condição de opressão. E isso só poderá ser transformado quando se abrirem os espaços. E, se forem estes, os espaços que se abrirem, ainda que sejam nesses momentos, os mesmos podem e devem ser aproveitados e conquistados. São por essas fendas que vão-se abrindo, que, não só o trabalho das mulheres trabalhadoras sem terra do Pontal, mas que de tantos outros grupos e iniciativas, começaram a ganhar visibilidade e atenção. Isso já significa um avanço, já representa uma saída.

Outro aspecto de igual relevância é a necessidade de trazer ao debate, no que tange à elaboração de políticas públicas voltadas para o âmbito da reforma agrária, a prerrogativa do gênero, já que, para tal elaboração, é imprescindível conhecer os territórios da luta pela terra e também formas como esses territórios estão estruturados, onde a temática gênero é um desses fatores. Afirmamos a importância disso, uma vez que as mulheres têm participado, com um número muito menor do que os homens, em inúmeras atividades e ações. Quando são tratados temas ligados à saúde, educação, existe uma concentração das mulheres, sendo o oposto quando se trata de temas ligados ao âmbito econômico, como produção, comercialização entre outros. As justificativas para essa segmentação aparecem, não raramente, pautadas na diferenciação “natural” de papéis de gênero, as quais apresentam especificidades quando falamos dessas relações no campo. As iniciativas e projetos em desenvolvimento acabam reforçando a tradicional divisão sexual do trabalho pautado na naturalização dos papéis de gênero.

Consideramos as experiências vivenciadas no Pontal muito importantes. Exemplos de que por meio da organização de grupos e implementação de ações conjuntas, as

mulheres caminham para alcançar a transformação da sua realidade, dos lugares sociais que ocupam. A luta travada pelo Coletivo de Gênero e a Omaquesp se constitui como base para se pensar numa ação integradora atenta à desigualdade que oprime as mulheres trabalhadoras sem terra.

BIBLIOGRAFIA

ALVAREZ, S. Politizando as relações de gênero, engendrando a democracia. In: STEPAN, A. (org) – *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ALVES, B. M.; PITANGUY, J. *O que é feminismo*. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* São Paulo: Cortez, 1995.

_____. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARAÚJO, L. “O trabalho da mulher nos assentamentos rurais: o exemplo da Gleba XV de Novembro, Rosana e Areia Branca no Pontal do Paranapanema Paulista”. (Dissertação de Mestrado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 1995.

BANDEIRA, L. M. Divisão sexual do trabalho: práticas simbólicas e práticas sociais. In: SIQUEIRA, D. E.; POTENGY, G. F.; CAPPELIN, P. (orgs.). *Relações de trabalho, relações de poder*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997. p. 155-176.

BARROCO, M. L. S. Capitalismo contemporâneo e trabalho feminino. In: CATANI, A.; OLIVEIRA, F. (org.) *Margem esquerda: ensaios marxistas*. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 198-201.

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. Porto Alegre, L&PM, 2000.

BEBEL, A. A questão de gênero. *Coletivo nacional de gênero do MST*. São Paulo: MST, 1998.

BERGAMASCO, S. M.; NORDER, L.A.C. *O que são os assentamentos rurais?* São Paulo: Brasiliense, v. 13, nº. 3, 1996.

BETTO, F. Marcas de batom. *Caros Amigos*. São Paulo, v. 5, p. 16-17, set. de 2001.

BLAY, E. A. Núcleo de estudo universitário sobre mulher no Brasil. *Núcleo de estudos da mulher e relações sociais de gênero*. São Paulo, 1990.

BONDI, L. Outside the project. *Antipode*, v. 24, n. 1, p. 56-72, 1992.

CAMPOS, C. “*Refletindo sobre as relações de gênero no MST*”. Coletivo de gênero-MST Eldorado do Sul/RS, 2001.

COMBES, D. Produção e reprodução, relações sociais de sexos e de classes. In: _____. *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 24-25.

DELGADO, D. G.; CAPPELLIN, P.; SOARES, V. (org.). *Mulher e trabalho: experiências de ação afirmativa*. São Paulo: Boitempo, 2000.

FERNANDES, B. M. *MST movimento dos trabalhadores rurais sem terra: formação e territorialização em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. *A formação do MST no Brasil*. São Paulo: Vozes, 2000.

FRANCO, M. O gênero como perspectiva de análise na discussão sobre as localizações. *Revista Pegada*, Presidente Prudente, v. 3, n. 1, p. 43-61, out. 2002.

_____. A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema. (Tese de Doutorado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

GONÇALVES, M. Informalidade e precarização do trabalho no Brasil. *Revista Pegada*, Presidente Prudente, v. 3, n. especial, p. 51-66, ago. 2002.

GREMPEL, M. B. *Os assentamentos rurais coletivos do noroeste do Paraná e a participação da mulher nos processos de luta*. Presidente Prudente: UNESP/FCT, 2000.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias de et al. (org). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

HIRATA, H. *Nova divisão sexual do trabalho?* um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: BOITEMPO, 2002.

LAVINAS, L. “Gênero, cidadania e adolescência”. In: MADEIRA, F. (org.) *Quem mandou nascer mulher*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

LEITE, J.F. *A ocupação do Pontal do Paranapanema*. São Paulo: HUCITEC, 1998.

LIMA, E. C. *Os movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária no Pontal do Paranapanema: trama social e dinâmica territorial*. 2002. 67 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2002.

LOURO, G. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1999.

MARTINS, J. S. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

_____. *Expropriação e violência: a questão política do campo*. São Paulo: Hucitec, 1980.

MARX, K.; ENGELS F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1992.

McDOWELL, L. *Gênero, identidade y lugar: un estudio de las geografías feministas*. Valencia: Cátedra, 1999.

MEDEIROS, L. S. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1988.

MELLO, P. D. A. Repensando formas políticas de representação de classe. In: SIQUEIRA, D. E.; POTENGY, G. F.; CAPPELIN, P. (org.). *Relações de trabalho, relações de poder*. Brasília/DF: Editora Universidade de Brasília, 1997. p. 145-152.

MOREIRA, R. *A diferença e a geografia: (o ardil da identidade e a representação da diferença na geografia)*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1999. mimeografado.

MST/Coletivo de Gênero Nacional. *Refletindo sobre as relações de gênero e/no MST*, [s.n.], [199?]. mimeografado.

MST. Programa de reforma agrária. *Caderno de Formação*, São Paulo, n. 23, Jul. 1995.

NAVARRO, Z. “Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no Estado do Rio Grande do Sul, 1978-1990”, In: Navarro, Zander (org), *Política, protesto e cidadania no campo*. Porto Alegre: Editora da Universidade, p. 62-105, 1996.

NIZZA da SILVA, M. B. História da mulher no Brasil: tendências e perspectivas. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 27, p. 75-91, 1987.

NOBRE, P. S. M. O que é ser mulher. *Coletivo nacional de gênero do MST*. São Paulo: MST, 1998.

NOGUEIRA, C. M. A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização. São Paulo: Autores Associados, 2003.

OLIVEIRA, A. U. *Geografia das lutas no campo*. São Paulo: Contexto, 1990.

PLACCO, V. M. N. S. *Um estudo de representações sociais de professores de ensino médio quanto à aids, às drogas, à violência e à prevenção*. O trabalho com grupos focais. Presidente Prudente, 2004. (mimeo)

RAGO, M. Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global. *Estudos Feministas*. n. 3, janeiro/julho, 2003. Disponível em: <<http://www.Unb.br/ih/his/gefem/labrys3/web/marga1.htm>> acesso em: fev. 2004.

RIBAS, A. D. MST, Cooperativismo e território: dinâmica e contradições. In: THOMAZ JR. A. (org.) *Geografia e trabalho no século XXI*. Presidente Prudente: Centelha, 2004. p. 8-69.

ROMEIRO, A. et. al. (org.). *Reforma agrária, produção, emprego e renda: o relatório da FAO em debate*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

ROSSINI, R. E. *Geografia e gênero: a mulher na lavoura canavieira paulista*. 1988. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Filosofia e Letras, Universidade de São Paulo. São Paulo.

ROY, L. *O modo de ser mulher trabalhadora na reestruturação produtiva*. São Paulo: Alínea, 1999.

SABATE, M. A. *Mujeres, espacio y sociedad: hacia una geografia del género*. Madrid: Síntesis, 1995.

SAFFIOTI, H. Rearticulando gênero e classe social. In: OLIVEIRA, C.A.; BRUSCHINI, C. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SÃO PAULO (Estado). Instituto de Terras. Terra e cidadãos: aspectos de regularização fundiária no Estado de São Paulo. *Caderno do Itesp*, São Paulo, n. 4. 1998.

SILVA, C. B. *Homens e mulheres em movimento*. Relações de gênero e subjetividade no MST. Florianópolis: Momento Atual, 182 p., 2004.

SILVA, M. A. M. *Os errantes do fim do século*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

SCOTT, J. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 20, 1995.

SMITH, N. *Desenvolvimento desigual*: natureza, capital e produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand. 1988.

SOUZA-LOBO, E. *A classe operária tem dois sexos*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias et al. (org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, S. M. R. Trabalho social, imprensa e construção de sentidos. *Revista Pegada*, Presidente Prudente, v. 3, n. 1, 2002.

THOMAZ JÚNIOR, A. Território em transe. In: *Seminário Internacional sobre Perspectivas de Desarrollo en Iberoamérica*. 1999. Santiago de Compostela. Departamento de Geografia, Universidade de Santiago de Compostela, 1999.

_____. A trama societária da reestruturação produtiva e territorial do capital na agricultura e os desdobramentos para o trabalho. In: *O Pensamento de Milton Santos e a construção da cidadania em tempos de globalização*. Bauru: AGB/ Bauru, 2000.

_____. Desenho societal dos sem-terras no Brasil, 500 anos depois. *Revista ABRA*, Campinas, v. 30, n. 1/3, jan/dez, 2001.

THOMAZ JÚNIOR, A. *Por uma geografia do trabalho*: reflexões preliminares. Presidente Prudente: FCT/UNESP. Disponível em: <<http://www.prudente.unesp.br/ceget>> acesso em ago. 2003.

_____. O metabolismo do capital no campo no estado de São Paulo: fragmentação e alienação do trabalho. In: BATISTA, R. L.; ARAÚJO, R. (org.) *Desafios do trabalho: capital e luta de classes no Século XXI*. Londrina: Práxis, 2003a. p. 83-114.

VALENCIANO, C. R. “Processo de luta pela terra e seus desdobramentos no município de Teodoro Sampaio”. *Revista Pegada*. Presidente Prudente, v. 2, n. 2, 2001.

VIEZZER, M. *Se me deixam falar*. 3^a. ed., São Paulo: Símbolo. 1978.

WHITAKER, D. *Análise de entrevistas em pesquisas com história de vida*. Cadernos CERU, Araraquara, n. 11, p. 147-158, 2000.

MARIA SEM VERGONHA DE SER MULHER

Já são tantas
Milhares, milhões
Uma verdadeira rama
Florescendo por todo o planeta. Lilás.
São Marias sem vergonha de ser mulher
Não são só florzinhas
São mulheres se agrupando
Misturando suas cores,
Gritando seus encantos,
Exibindo suas verdades.
São domesticas, bailarinas, medicas,
Estudantes, bancárias, professoras,
Escritoras, garis,
Brancas, negras, índias, meninas...
(São agricultoras)
São sem vergonha de lutar.
Acreditar, denunciar, exigir, reivindicar,
Sonhar...
São Marias sem vergonha de dizer
Que ainda falta trabalho
Salário digno, respeito...
Que ainda são vítimas da violência
Da porrada, do assédio, do estupro,
Do aborto, da prostituição,
Da falta de assistência.
São marias sem vergonha de se indi
Diante do preconceito, da escravidã
Da injustiça, da discriminação
De seus cabelos pixaim
E a sua pele negra
São Marias sem vergonha de ser bri
Por creches, educação,
Saúde, moradia, terra,
Comida, meio ambiente,
Pelo direito de ter ou não filhos...
Estar aqui é um sonho
Para alguns é uma proeza...
Em alguns momentos
Estar aqui é estar longe daqui
Estar aqui significa querer
Estar além de onde chegamos
Que não é pouco.
Viemos de várias partes, às vezes nos
quebramos...

De saudades,
De dúvidas,
É um desafio!
A esperança leva nossas pernas
Para pontos distintos deste país
Para aprender a levantar
A andar...
Aprender a cair!
Refazer-se...

Cada mão, cada cabeça
Sementes que estão sobre
E às vezes sob as pedras
Desfazer, quebrar, por fim
A todas as cercas

Curso para formação de militantes, 1999.



Dona Cida, Acampada no Acampamento Padre Josimo, 2002.

